

A *villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso)
e a problemática das *villae* romanas no Entre-Douro-e-Minho.

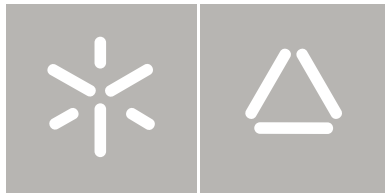


A *villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso)
e a problemática das *villae* romanas no Entre-Douro-e-Minho.

José Manuel da Silva Ribeiro

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

José Manuel da Silva Ribeiro

A *villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso)
e a problemática das *villae* romanas no Entre-Douro-e-Minho.

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho
e do
Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais

Janeiro de 2018

DECLARAÇÃO

Nome: José Manuel da Silva Ribeiro

Endereço eletrónico: jose.silva.ribeiro@gmail.com

Telefone: 965 870 475

Número do Bilhete de Identidade: 10898593

Título da Tese de Mestrado:

A *villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) e a problemática das *villae* romanas no Entre-Douro-e-Minho

Orientadores:

Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho

Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais

Ano de conclusão: 2018

Ramo do Conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, ____ / ____ /2018

Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao concluirmos esta etapa da nossa vida percebemos que tudo o que fazemos é fruto de um trabalho de equipa. Esse trabalho de equipa pode ser de interacção directa ou indirecta de um conjunto de pessoas que gravitam à nossa volta e influem nas decisões, nos estados de espírito e nas decisões que possamos ter para o nosso futuro. Por isso gostaria de manifestar a minha gratidão a algumas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Doutora Helena Paula Carvalho e ao Doutor Rui Morais, orientadores e companheiros, pelo encorajamento constante, pela disponibilidade e ajuda sempre manifestadas. As informações e ensinamentos que, nestes últimos anos, nos prestaram revelaram-se de extrema importância na realização desta dissertação.

À Professora Doutora Manuela Martins, pela cedência de todos os registos da escavação de Via Cova e pelos esclarecimentos e sugestões relacionados com a caracterização do sítio.

A alguns colegas, parceiros nesta etapa, a quem tenho de agradecer toda a paciência e compreensão num período muito difícil para mim e de quem sempre recebi todo o apoio e estímulo, especialmente ao David, ao Ricardo, à Fernanda, à Cristina, ao Gonçalo e à Patrícia.

À Clara Lobo, funcionária do Museu D. Diogo de Sousa (MDDS), pela paciência, disponibilidade e profissionalismo demonstrado ao longo deste trabalho; sem a sua amizade e ajuda este trabalho não se teria realizado.

Aos restantes funcionários do MDDS que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho e que sempre tiveram a disponibilidade e preocupação de me darem elementos e condições para a realização desta tarefa, nomeadamente desenhos e fotografias.

Ao Doutor Mário Cruz pelo profissionalismo demonstrado na classificação dos vidros, bem como pelas sugestões e esclarecimentos sobre esta parte fundamental do estudo dos materiais desta tese.

Ao meu colega David Mendes, o meu muito obrigado, pelo grande profissionalismo e amizade demonstrados durante a tarefa de classificação das moedas, pelo tempo despendido e pelo excelente trabalho realizado.

Ao Luís Sousa pela paciência e apoio na elaboração da cartografia e pela amizade, de mais de duas décadas.

Ao Professor António Dinis pela amizade, pelos “sermões”, pela ajuda, pelo incentivo e ensinamentos que nunca faltaram ao longo destes anos.

Aos meus amigos cujo apoio e incentivo foi indispensável; eles sabem quem são!

As ultimas palavras vão para a minha família, para a Beta pela paciência e incentivo, para a minha avozinha e o meu tio Carlos, para o meu irmão Ricardo, para a Cláudia, para a Marga e o Tim e, por último, para os meus pais: sem vocês eu não teria terminado mais este capítulo da minha vida.

À Beta

Ao Tim ´

À Marga

Aos meus pais

Resumo

Na região do *Conventus Bracarensis*, em particular na sua fachada ocidental, o conhecimento do mundo rural romano continua a sofrer de um grande número de lacunas, em parte devido às características geomorfológicas da região e à extrema divisão da propriedade rural, que dificultam os trabalhos de prospecção e de identificação de estruturas arqueológicas.

Apesar das mais de sessenta referências a *villae* nesta região apenas nove foram alvo de escavações. O mundo rural romano carece, por isso, de uma fonte de informação essencial sobre as novas formas de exploração da terra. Estas falhas só poderão ser colmatadas por projectos regionais de prospecção e, naturalmente, de escavações.

Este trabalho tem como objectivo sintetizar os resultados da intervenção arqueológica da *villa* romana de Via Cova, efectuada nos anos 90, bem como os resultados e interpretações possíveis a partir dos dados existentes.

Procuramos, igualmente, contextualizar este modelo de ocupação rural romana, analisando os diferentes sítios escavados a partir dos dados publicados, tentando evidenciar as características construtivas e formais, cronologias e cultura material, uma vez que cada uma delas constitui o resultado da adaptação ao meio em que se insere.

A nossa análise permitiu fazer um ponto de situação do “estado da arte” das *villae* romanas no Entre-Douro-e-Minho e reconhecer mais alguns dados essenciais para o estudo da romanização do mundo rural.

Abstract

In the region of Conventus Bracarenis, particularly in its western façade, knowledge of rural roman world continues to suffer from a large number of gaps, in part due to geomorphological characteristics of the region and the extreme division of property that hinder the work of prospecting and identification of archaeological structures.

Despite over sixty references to villae in this region, only nine was been excavated. The Roman countryside lacks therefore an essential source of information about new forms of land use. These gaps can only be filled by regional projects prospecting and excavation naturally.

This work aims to synthesize the results of the archaeological intervention of the Roman villa known as “Via Cova”, excavated in the 90s, and analyse the possible results and interpretations from existing data.

We also seek to contextualize this model of the occupying Roman countryside, analyzing the different sites excavated from the published data, trying to highlight the constructive and formal features, timelines and material culture, since each is the result of adaptation to the environment in which inserts.

Our analysis allowed us to make a progress state of the art of the Roman villae of the Entre-Douro-e-Minho region and recognize a few essential data for the study of romanization of the rural world.

Índice

Agradecimentos	iii
Dedicatória	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice	viii
Lista de figuras	xiii
Lista de apêndices	xvii
Abreviaturas	xxi
Introdução	3
Parte I - Introdução ao estudo das <i>villae</i>	
1. A conquista romana do Noroeste Peninsular e as problemáticas da romanização do mundo rural	9
2. As <i>villae</i> : problemáticas e perspectivas de estudo no Entre-Douro-e-Minho	17
3. Objectivos	33
4. Metodologia	34
Parte II – A <i>villa</i> de Via Cova (Póvoa de Lanhoso)	
1. Introdução	43
2. Localização e contexto geográfico	46
3. Contexto de povoamento	48
4. Implantação no terreno	52
5. Escavação	53
5.1. Estratigrafia	55
5.2. Descrição arquitectónica	62
5.2.1. Compartmento 1	68

5.2.2. Compartimento 2	69
5.2.3. Compartimento 3	70
5.2.4. Compartimento 4	76
5.2.5. Compartimento 5	79
5.2.6. Compartimento 6	81
5.2.7. Compartimento 7	83
5.2.8. Espaços exteriores	84
5.2.9. Outros	86
5.3. Materiais de Construção	87
5.3.1. Elementos pétreos	87
5.3.2. Argamassas	90
5.3.3. Terra	93
5.3.4. Telhas	93
5.3.5. Metais	94
5.3.6. Outros	94
5.4. As fundações	95
5.5. Aparelhos utilizados	97
5.5.1. Estrutura UE [83]	98
5.5.2. Estrutura UE [84]	98
5.5.3. Estrutura UE [85]	99
5.5.4. Estrutura UE [86]	100
5.5.5. Estrutura UE [87]	100
5.5.6. Estrutura UE [88]	102
5.5.7. Estrutura UE [89]	102
5.5.8. Estrutura UE [90]	103
5.5.9. Estrutura UE [91]	103
5.5.10. Estrutura UE [92]	103
5.5.11. Estrutura UE [93]	104
5.5.12. Estrutura UE [94]	104
5.5.13. Estrutura UE [95]	104
5.5.14. Estrutura UE [96]	105

5.5.15. Estrutura UE [97]	105
5.5.16. Estrutura UE [98]	106
5.5.17. Estrutura UE [99]	106
5.5.18. Estrutura UE [100]	106
5.5.19. Estrutura UE [101]	107
5.5.20. Estrutura UE [102]	107
5.5.21. Estrutura UE [106]	108
5.6. Pavimentos	108
5.6.1. Pavimento UE [42]	109
5.6.2. Pavimento UE [110]	109
5.6.3. Pavimento UE [111]	109
5.6.4. Pavimento UE [112]	110
5.6.5. Pavimento UE [113]	110
5.6.6. Pavimento UE [114]	110
5.6.7. Pavimento UE [116]	111
5.6.8. Pavimento UE [118]	111
5.6.9. Pavimento UE [119]	112
6. Os dados cronológicos	112
6.1. A cultura material	112
6.2. Crono-estratigrafia	129
6.3. Fases de construção	134
6.3.1. Fase I – 1º assentamento	135
6.3.2. Fase IIa – Remodelação	136
6.3.3. Fase IIb – Remodelação e reparações	139
Parte III – As <i>villae</i> no Entre-Douro-e-Minho	
Introdução	143

1. <i>Villa</i> Romana de Sendim (Felgueiras)	145
2. Paço – Vila Cova (Barcelos)	150
3. Dume (Braga)	154
4. Caxinas (Vila do Conde)	158
5. Quinta do Paço Velho (Ponte de Lima)	161
6. Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim)	162
7. Vila Mendo (Póvoa de Varzim)	163
8. Vila Caiz (Amarante)	165
9. Algumas considerações	166
Considerações finais	179
Bibliografia	185
Apêndices	193

Lista de Figuras

Figura 1 – Limites dos três conventos do Noroeste e respectivas capitais

Figura 2 – Localização de *Bracara Augusta* no contexto das vias terrestres e marítimas do Império romano.

Figura 3 – Iluminura do *Corpus Agrimensorum Romanorum*, onde podemos ver a representação da casa de uma propriedade rural e os limites da mesma.

Figura 4 – As *villae* no Entre-Douro-e-Minho.

Figura 5 – Vista geral da intervenção de 1990 (foto MDDS).

Figura 6 – Vista geral do conjunto escavado (2010).

Figura 7 – Revolvimento de terras no terreno da quinta a Norte do conjunto escavado.

Figura 8 – Localização da *villa* de Via Cova (Google Earth Pro) – imagem de 03/0702016.

Figura 9 – Localização da *villa* de Via Cova – Extracto da CMP n°57 Escala 1/25000 do Instituto Geográfico do Exercito, reimpressão de 1998.

Figura 10 – Localização da *villa* de Via Cova (Cartografia produzida por Luís Sousa).

Figura 11 – Localização das valas abertas para a construção da moradia (foto MDDS).

Figura 12 – Vista geral da escavação após o término dos trabalhos (foto MDDS).

Figura 13 – Perfil Norte do Quadrado (A4), UEs [31] e [32] (foto MDDS).

Figura 14 – Vista geral do Quadrado (F4), UEs [05], [91], [92] e [115] (foto MDDS).

Figura 15 – Plano 6 do Quadrado (D3) [39] [44] (foto MDDS).

Figura 16 – Plano final Quadrado (C3) [119] (foto MDDS).

Figura 17 – Plano final Quadrado (F3) [120] (foto MDDS).

Figura 18 – Plano Quadrado (E2), afloramento talhado (foto MDDS).

Figura 19 – Quadrado E2, afloramento talhado em patamares (foto MDDS).

Figura 20 – Quadrado A4, estrutura [99] e Quadrado B4, estrutura [97] que encosta a estrutura [84] (foto MDDS).

Figura 21 – Quadrado C4, estrutura [101] e [98] (foto MDDS).

Figura 22 – Quadrado (B4), pavimento [118] (foto MDDS).

Figura 23 – Quadrado (C3), estrutura [98] e [102] (foto MDDS).

Figura 24 – Quadrado (C3), estrutura [102], [108] e [109] (foto MDDS).

Figura 25 – Quadrado (C3), estrutura [109] e revestimento [144] (foto MDDS).

Figura 26 – Quadrado (D4), estrutura [87], possível abertura para escoamento de águas (foto MDDS).

Figura 27 – Quadrado C3, perfil Este e UE [42] (foto MDDS).

Figura 28 – Quadrado (C3), Este, UE [119] (foto MDDS).

Figura 29 – Quadrado (D3), pavimento [114] e estrutura de combustão [106] (foto MDDS).

Figura 30 – Quadrado D3, espólio (foto MDDS).

Figura 31 – Quadrado E2, fustes e bases de coluna (foto MDDS).

Figura 32 – Quadrado D3, estrutura [83] e remodelação [136] (foto MDDS).

Figura 33 – Quadrado F2, pavimento [111] (foto MDDS).

Figura 34 – Quadrado F2, vala de fundação [29] da estrutura [83] e vala de fundação [135] da estrutura [143] (foto MDDS).

Figura 35 – Quadrado E4, Pavimento [116] que condensa a estrutura [100] (foto MDDS).

Figura 36 – Local onde foi identificado o capitel coríntio em 1999 (Google Earth Pro) – imagem de 03/0702016.

Figura 37 – Quadrado C3, plano 5 (foto MDDS).

Figura 38 – Quadrado (F2), plano 2 (foto MDDS).

Figura 39 – Quadrado (E3) - plano 6, silhar com encaixe.

Figura 40 – Talha, UE [44], N° Inv. MDDS 2001.1359 (foto MDDS – Apêndice 25.1).

Figura 41 – Talha, UE [125], N° Inv. MDDS 2002.0266 (foto MDDS – Apêndice 26.1).

Figura 42 – Bilha, UE [44], N° Inv. MDDS 1991.0740 (foto MDDS).

Figura 43 – Bacia, UE [05], N° Inv. MDDS 1991.0739 (foto MDDS).

Figura 44 – Taça, UE [81], N° Inv. MDDS 1991.0744 (foto MDDS).

Figura 45 – Jarro que poderá ter servido como recipiente de transporte, UE [44], N° Inv. MDDS 1997.0231 (foto MDDS – Apêndice 24.1).

Figura 46 – Dragendorff 37 (2° estilo decorativo), Vale do Douro UE [04], N° Inv. MDDS 1991.1080 (foto MDDS – Apêndice 50.1).

Figura 47 – Sacho UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2730 (foto MDDS).

Figura 48 – Relha UE [60], N° Inv. MDDS 1991.2731 (foto MDDS).

Figura 49 – Chocalho UE [82], N° Inv. MDDS 1991.2736 (foto MDDS).

Figura 50 – Chocalho UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2737 (foto MDDS).

Figura 51 – Aloquete UE [60], N° Inv. MDDS 1991.2739 (foto MDDS).

Figura 52 – *Pilum* UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2729 (foto MDDS).

Figura 53 – Faca SUE, N° Inv. MDDS 1991.2512 (foto MDDS).

Figura 54 – Estaca UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2732 (foto MDDS).

Figura 55 - Percentagem de moedas por casa de moeda e período de emissão.

Figura 56 – *Nummus* de *Crispvs* cunhado em *Londinium* com o tipo *Beata Tranquillitas* 321 d.C. UE [110], N° Inv. MDDS 1991.4905 (foto MDDS).

Figura 57 – *Nummus* de *Constantinus I*, moeda da série *Gloria Exercitus* (dois estandartes) cunhada em *Thessalonica* 330-335 d.C. UE [05], N° Inv. MDDS 1991.4910 (foto MDDS).

Figura 58 – *Nummus* de *Constans*, moeda da série *Gloria Exercitus* (um estandarte) cunhada em *Treveri* ou *Arelate* 337-341 d.C. UE [05], N° Inv. MDDS 1991.4907 (foto MDDS).

Figura 59 – *Nummus* de *Constantinus II*, moeda *VICTORIAE DD AVGG Q NN* (duas vitórias frente a frente) 341-348 d.C. UE [05], N° Inv. MDDS 1991.4909 (foto MDDS).

Figura 60 – AE3 *Constantivs* II, moeda *Fel Temp Reparatio* 355-358 d.C. SUE, N° Inv. MDDS 1991.4906 (foto MDDS).

Figura 61 – AE3 *Constantivs* II, moeda *Fel Temp Reparatio* 355-358 d.C. [81], N° Inv. MDDS 1991.4913 (foto MDDS).

Figura 62 – Planta de Via Cova enquadrável na Fase I, segundo Manuela Martins (Carvalho 2008: 232).

Figura 63 – Planta de Via Cova enquadrável na Fase II.

Figura 64 – As villae escavadas no Entre-Douro-e-Minho (Cartografia elaborada por Luís Sousa).

Lista de Apêndices

Apêndice 1 – *Villa* de Via Cova - Planta geral.

Apêndice 2 – *Villa* de Via Cova – Unidades Construídas.

Apêndice 3 – *Villa* de Via Cova – Áreas por escavar.

Apêndice 4 – *Villa* de Via Cova – Fases Construtivas.

Apêndice 5 – *Villa* de Via Cova – Fase I.

Apêndice 6 – *Villa* de Via Cova – Fase IIa.

Apêndice 7 – *Villa* de Via Cova – Fase IIb.

Apêndice 8 – *Villa* de Via Cova – Compartimentos.

Apêndice 9 – *Villa* de Via Cova – Coordenação de Achados.

Apêndice 10 – *Villa* de Via Cova – Perfis Este – 1. F4-A4; 2. F2-D2; 3. F3-B3.

Apêndice 11 – *Villa* de Via Cova – Perfis Norte – 1. A4; 2. B3-B4; 3. F2-F4; 4. E2-E4.

Apêndice 12 – *Villa* de Via Cova – Perfis Oeste – 1. A4-F4; 2. B3-F3; 3. D2-F2.

Apêndice 13 – *Villa* de Via Cova – Perfis Sul – 1. A4; 2. B4-B3; 3. C4-C3; 4. D4; 5. E4-E2; 6. F4-F2.

Apêndice 14 – *Villa* de Via Cova – Alçados Estrutura [83] [84] [88] [89] [100].

Apêndice 15 – *Villa* de Via Cova – Alçados Estrutura [87].

Apêndice 16 – *Villa* de Via Cova – Alçados Estrutura [85] [86] [95] [98].

Apêndice 17 – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Fina.

Apêndice 18 – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.

Apêndice 19 – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.

Apêndice 20 – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.

- Apêndice 21** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 22** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 23** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 24** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 25** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 26** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 27** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Comum Grosseira.
- Apêndice 28** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Cinzenta Tardia.
- Apêndice 29** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Cinzenta Tardia.
- Apêndice 30** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Cinzenta Tardia.
- Apêndice 31** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Cinzenta Tardia.
- Apêndice 32** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Cinzenta Tardia.
- Apêndice 33** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Branco.
- Apêndice 34** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 35** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 36** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 37** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 38** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 39** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 40** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 41** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).
- Apêndice 42** – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).

Apêndice 43 – *Villa* de Via Cova – Cerâmica Engobe Vermelho (TSBT).

Apêndice 44 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Africana (ARS).

Apêndice 45 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Africana (ARS).

Apêndice 46 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Africana (ARS).

Apêndice 47 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Africana (ARS).

Apêndice 48 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Africana (ARS).

Apêndice 49 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Africana (ARS).

Apêndice 50 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 51 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 52 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 53 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 54 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 55 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 56 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica Tardia.

Apêndice 57 – *Villa* de Via Cova – Terra *Sigillata* Hispânica.

Apêndice 58 – *Villa* de Via Cova – Vidros.

Apêndice 59 – *Villa* de Via Cova – Vidros.

Apêndice 60 – *Villa* de Via Cova – Vidros.

Apêndice 61 – *Villa* de Via Cova – Lucerna.

Apêndice 62 – *Villa* de Via Cova – Metais.

Apêndice 63 – *Villa* de Via Cova – Metais.

Apêndice 64 – *Villa* de Via Cova – Metais.

Apêndice 65 – *Villa* de Via Cova – Vária.

Abreviaturas

UAUM	Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
UEs	Unidade(s) Estratigráfica(s)
C.	Compartimento
Drag.	Dragendorff
Inv.	Inventário
NO	Noroeste
MDDS	Museu D. Diogo de Sousa
SRAZN	Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte
TSH	Terra <i>Sigillata</i> Hispânica
TSHT	Terra <i>Sigillata</i> Hispânica Tardia
TSA	Terra <i>Sigillata</i> Africana
TSBT	Terra <i>Sigillata</i> Bracarense Tardia
TSGT	Terra <i>Sigillata</i> Gálica Tardia
TSG	Terra <i>Sigillata</i> Gálica
EVNV	Engobe Vermelho não Vitrificável
EV	Engobe Vermelho
EB	Engobe Branco
UM	Universidade do Minho
OSO	Oeste-sudoeste
SSE	Sul-sudeste
NO	Noroeste

NE	Nordeste
P	Pavimento
PP	Preparação Pavimento
EC	Estrutura combustão
EVF	Enchimento da vala de fundação
ER	Estrutura remodelada

Introdução

O presente trabalho constitui a dissertação final do Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, tendo como objecto de estudo a *villa* romana de Via Cova (Póvoa de Lanhoso).

O objectivo fundamental deste trabalho é apresentar os resultados e interpretação a partir dos dados disponíveis da *villa* romana de Via Cova, Póvoa de Lanhoso, enquadrando-a na problemática das *villae* e do povoamento rural romano do Entre-Douro-e-Minho.

Partimos, para o efeito, dos resultados das escavações levadas a cabo pela UAUM entre Janeiro e Agosto de 1990, dirigidas pela Doutora Manuela Martins.

Embora a escavação nunca tenha sido terminada, por motivos alheios à UAUM, o conjunto de dados obtidos bem como a riqueza e importância do espólio recolhido justificam plenamente uma sistematização dos resultados.

A raridade de *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho torna, na nossa opinião, ainda mais premente esta dissertação. De facto, apesar das mais de 60 referências a *villae* no Entre-Douro-e-Minho (Carvalho 2008: 226) apenas dez foram objecto de escavações.

A maioria das *villae* escavadas nesta região está numa fase muito incipiente da sua investigação. O estado actual das investigações prende-se essencialmente com o facto de as intervenções terem sido, de uma forma ou de outra, condicionadas pela própria destruição dos sítios arqueológicos.

Por outro lado reconhecemos a lacuna existente em relação à divulgação dos resultados das intervenções arqueológicas em *villae*, uma vez que os artigos e relatórios se centram num campo muito restritivo, recaindo na sua maioria em resenhas descritivas dos achados e de achados epigráficos, quando estes existem.

A maior parte da informação disponível está inserida em catálogos, cartas arqueológicas e trabalhos de síntese sobre o povoamento pré-romano e romano que fornecem dados muito heterogéneos, pois os critérios utilizados para a caracterização dos sítios pelos diversos autores estão longe de seguir uma taxonomia ou nomenclatura iguais (Carvalho 2008: 26).

Este tipo de problema é transversal a todos os autores/investigadores que têm de trabalhar a informação contida na bibliografia, já que estas fontes apresentam um desequilíbrio em termos de localização e descrição dos achados bem como um tratamento desigual dos espaços e cronologias (Carvalho 2008: 229).

Para além disso, a pouca informação disponível das escassas intervenções arqueológicas em *villae* efectuadas no Entre-Douro-e-Minho carece de uma divulgação adequada.

Na perspectiva de contrariar esta tendência e tentando ajudar a colmatar o vazio científico que se verifica nesta área de estudo, apresentaremos a síntese dos resultados da intervenção arqueológica da *villa* romana de Via Cova, efectuada nos anos 90, bem como as interpretações possíveis a partir dos dados existentes.

Somos da opinião que, com o passar dos anos, torna-se essencial sistematizar, discutir e reanalisar a informação depositada em relatórios e artigos, confrontando-a com novos dados e achados.

Na região do *Conventus Bracaraensis* o conhecimento do mundo rural romano sofre de problemas recorrentes: um conhecimento muito lacunar que se explica pelas dificuldades de trabalho nesta região, pela natureza dos dados e tradição das investigações.

A nossa abordagem ao mundo rural romano estará limitada à análise dos estabelecimentos do tipo *villa*, mais especificamente da *villa* de Via Cova, uma vez que as intervenções até agora efectuadas noutros locais estão pouco divulgadas o que não nos permite reflectir sobre as suas particularidades ou fazer uma síntese mais global.

Assim, não poderemos elaborar uma síntese das características físicas e orgânicas das diferentes *villae* escavadas, pois as evidências arqueológicas, reveladas e publicadas, torna difícil a comparação entre elas ou verificar os modelos adotados em diferentes sítios desta região. Não deixaremos, todavia, de tentar fazer esse exercício.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três partes ao longo das quais procuraremos situar as problemáticas e perspectivas de estudo das *villae* no Entre-Douro-e-Minho, apresentar os resultados e a interpretação dos dados disponíveis bem como a sua valorização no contexto geral do estudo das *villae* romanas nesta região.

Na parte I procuraremos efectuar uma introdução ao estudo das *villae*, fazendo uma síntese da conquista e pacificação do NO peninsular nos seus vários domínios (p.1), dando especial ênfase às transformações do mundo rural romano, abordando o seu povoamento e os problemas do estudo do mundo rural romano nesta região.

Seguidamente, abordaremos as questões relativas às problemáticas e às perspectivas de estudo das *villae* no Entre-Douro-e-Minho (p.2). Nesta I parte enumeraremos, ainda, os objetivos deste trabalho (p.3) e a metodologia de análise utilizada (p.4).

A II parte será inteiramente dedicada à análise exaustiva dos dados da *villa* de Via Cova, de acordo com um conjunto de critérios estabelecidos para este estudo como a localização (p.1), o contexto de povoamento (p.2), a implantação no terreno (p.3), os dados da escavação (p.4) e os dados cronológicos (p.5).

A análise da escavação, propriamente dita, irá centrar-se na estratigrafia (p.4.1) e na descrição arquitectónica do edificado (p.4.2) onde serão equacionados os métodos e técnicas construtivas como os materiais de construção (p.4.2.1), as fundações (p.4.2.2) e os aparelhos utilizados (p.4.2.3). Nos dados cronológicos será dado ênfase à cultura material (p.5.1) e serão propostas as fases construtivas do edificado (p.5.2).

Finalmente, na III parte será feita uma breve caracterização das outras *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho a partir dos dados disponíveis e publicados, tentando estabelecer paralelismos e diferenças entre todas elas.

Parte I
Introdução ao estudo das *villae*

1. A conquista romana do Noroeste Peninsular e as problemáticas da romanização do mundo rural

O início do processo de conquista romana e pacificação do NO peninsular ocorreu no século II a.C. e terá tido o seu início com a expedição militar de *Decimus Junius Brutus* em 138-136 a.C. Este processo consolida-se com a fundação das três cidades romanas do NO pelo imperador Augusto: *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. Este período é também assinalado pelas mudanças nas sociedades da Idade do Ferro que habitavam o NO peninsular. Estas mudanças, ocorridas entre o século II a.C. e a época de Augusto, expressam-se pelo grande desenvolvimento económico originado pelo aumento da produção agrícola, pelo incremento das trocas comerciais e pela reorganização de alguns povoados que já demonstram dimensões e organização proto-urbana que justifica a sua designação como *oppida* (Carvalho 2008: 77-78).

A implementação de um sistema político e administrativo romano, originou significativas mudanças, desde logo uma inovadora organização política e administrativa das regiões conquistadas. Esta nova organização política e administrativa montou um sistema muito eficaz para o controle e exploração dessas regiões, tendo como principais vetores de implantação a construção de uma rede de comunicações que ligava os novos centros urbanos dos territórios conquistados e a criação de novos centros urbanos (Carvalho 2008: 83-85).

A organização do território deu-se sob a égide de uma nova geografia social onde *populi* e *civitates* deverão ter tido um papel essencial. As diferentes posturas dos investigadores face ao problema, demonstram a dificuldade de compreensão dos vários processos em jogo. Basta salientar, por exemplo, que se para alguns investigadores os designativos de *populi* e *civitates* são aplicados aos territórios delimitados pelos romanos com fins administrativos e fiscais (Sastre Prats 1998, 2001 *apud* Carvalho 2008:95), outros autores consideram que as *civitates* se sobrepõem a estruturas territoriais pré-romanas (Tranoy 1981; Martins et al. 2005 *apud* Carvalho 2008:95).

Configurada a nova estrutura administrativa, era necessário implantar os novos centros de poder ligados por uma rede viária eficaz que facilitava o domínio do território conquistado e a sua exploração económica (Carvalho 2008: 97).

Esta estruturação, nos novos territórios setentrionais da Hispânia, levou como já afirmamos à fundação de três cidades por Augusto, *Lucus Augusti*, *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta*, que serão capitais conventuais da província Tarraconense, assumindo um papel importante na orgânica administrativa desta região como capitais administrativas, sendo preponderantes para a pacificação, controle e organização deste vasto território (Carvalho 2008: 97).

A generalidade dos autores aceita que estes novos centros urbanos resultam de uma mesma decisão política, por volta de 16 a.C., apesar das características e do desenvolvimento que cada uma delas apresenta, ser bastante diferenciado (Carvalho 2008: 97).

Estas três cidades têm géneses distintas, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* parecem ter tido origem em acampamentos militares, enquanto os dados arqueológicos apontam para que *Bracara Augusta* tenha uma origem civil. A implantação da cidade de *Bracara Augusta* pode ter sido determinada pela sua posição central em relação ao povoamento pré-romano existente na região e por ser uma zona de confluência de vários eixos de comunicação pré-romanos que articulavam a costa atlântica com o restante território do Noroeste e o Sul da península. Por seu lado *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti*, poderão ter evoluído de acampamentos militares em zonas estratégicas que, com a pacificação e a nova organização elaborada por Augusto, evoluem

para cidades estrategicamente importantes no âmbito da conquista, organização e desenvolvimento do Noroeste Peninsular (Carvalho 2008: 97-108).



Figura 1 – Limites dos três conventos do Noroeste e respectivas capitais (Carvalho 2008: 77)

A par da criação de novos centros urbanos dá-se a estruturação das principais vias de comunicação que seriam fundamentais para o controle do território. A implantação da rede viária na época de Augusto teve o desígnio de ligar as três cidades conventuais, bem como o NO à Lusitânia e ao restante território da Hispânia, onde *Bracara Augusta* teve um papel preponderante (Carvalho 2008: 108).

A centralidade que *Bracara Augusta* possui, numa área privilegiada de cruzamento de rotas de circulação pode compreender-se melhor pelo facto de se situar numa zona de intersecção de dois eixos utilizados pelas populações proto-históricas -um atlântico vindo da orla do Tejo e outro que ligava a Meseta à orla marítima. Simultaneamente, esta posição foi sendo dotada de várias vias, principais e secundárias, destinadas a ligar a rede viária com o seu centro. *Bracara Augusta* torna-se, assim, num centro fundamental na rede viária do NO Peninsular e um mercado privilegiado da região (Martins 1996: 187 *apud* Morais 2008: 110).

A criação de uma rede viária que ligava Braga, Lugo e Astorga a par das vias que garantiam a ligação do NO às restantes regiões da Hispânia constituiu uma das intervenções mais significativas de Augusto. Estas vias garantiam a pacificação efectiva da região, a sua

organização administrativa a exploração económica e o escoamento de produtos agrícolas e mineiros da região (Carvalho 2008: 243).

Este sistema viário integrava vias secundárias, *viae vicinales* e *privatae*, que o tornava bastante mais complexo e se ajustaria aos novos padrões de povoamento e aos interesses da administração do território (Morais 2005: 113; Carvalho 2008: 111).

A articulação da rede viária terrestre com as vias fluviais e marítimas foi feita à medida que a conquista de novos territórios foi avançando, constituindo uma importante ferramenta para a distribuição dos produtos transacionados através da rota atlântica, tendo o porto de *Brigantium* servido de plataforma fundamental para a ligação com o Mediterrâneo e assumido um papel importante no NO peninsular (Morais 2005: 393; Carvalho 2008: 112-117).



Figura 2 – Localização de *Bracara Augusta* no contexto das vias terrestres e marítimas do Império romano (Morais 2005: 393)

A par das grandes rotas marítimas, os principais rios navegáveis no Entre-Douro-e-Minho (Ave, Cávado, Neiva e Lima) terão cumprido um papel preponderante ligado à navegação de pequena cabotagem (Morais 2005: 393; Carvalho 2008: 117).

A consolidação e reforço do poder romano na península Ibérica no período correspondente às épocas flávia e antonina implicou o desenvolvimento e hierarquização do tecido urbano no NO, o reforço da rede viária com a melhoria do *cursus publicus* a par da construção de novos itinerários e de novas estruturas viárias (Carvalho 2008: 117-142).

A exploração dos recursos, especialmente os recursos metalíferos e agropecuários, beneficiou das infraestruturas criadas, como a rede viária, e facilitou a ocupação do espaço rural romano.

Um dos mais importantes recursos do NO Peninsular, foi indubitavelmente a exploração dos recursos mineiros. Esta exploração dependia, essencialmente, dos recursos do potencial de cada jazida, o que originou formas diferenciadas de exploração originando, também, quadros de povoamento variados. No *conventus asturicensis* e em parte do *conventus lucensis* as explorações surgem, aparentemente, ligadas a povoados fortificados fundados em época romana ao contrário do que poderá ter acontecido noutros casos onde se poderá ter verificado a consolidação de povoados indígenas e o surgimento de aglomerados abertos de fundação romana do tipo *vici* (Carvalho 2008: 142-146).

A exploração dos recursos agro-pecuários é um fenómeno ainda pouco conhecido devido a natureza dos dados disponíveis sobre os estabelecimentos do tipo *villae*. Na verdade, é difícil identificar os edifícios ligados às novas formas de exploração da terra bem como datar o início e evolução dos estabelecimentos associados à privatização do solo, o que nos impede de conceber modelos interpretativos claros sobre a romanização do espaço rural no NO peninsular (Carvalho 2008: 146).

A transformação da paisagem rural terá sofrido grandes mudanças com a introdução deste novo modelo de posse e usufruto da terra uma vez que as *villae* eram constituídas por *fundi* resultantes da fragmentação da propriedade comunitária dos anteriores povoados pré-romanos (Pérez Losada 1987 *apud* Carvalho 2008: 146).



Figura 3 – Iluminura do *Corpus Agrimensorum Romanorum*, onde podemos ver a representação da casa de uma propriedade rural e os limites da mesma. (http://dailymedieval.blogspot.pt/2012_08_01_archive.html).¹

A difusão precoce ou mais tardia deste novo modelo de posse e usufruto da terra poderá ter sido influenciado pelo grau de desenvolvimento económico pré-romano nas áreas dos três conventos do NO Peninsular. No entanto, estes desfasamentos na implementação e difusão das *villae* poderão dever-se, também, a problemas de investigação (Carvalho 2008: 146).

Se por um lado temos de considerar que as áreas prospetadas na área dos três *conventus* conheceram desenvolvimentos diferentes, havendo áreas que estão mais bem prospetadas que outras, por outro temos as dificuldades que existem na identificação das *villae* devido às características geomorfológicas destas regiões. Acresce a estas dificuldades a inexistência de um conjunto significativo de escavações sistemáticas e respetivas publicações. Efetivamente, os trabalhos de campo continuam a ser pautados por intervenções sumárias, sem uma problemática definida, sem uma correta divulgação dos resultados o que, naturalmente, dificulta a datação, caracterização e evolução destes sítios (Carvalho 2008: 147).

A questão da datação deste tipo de estabelecimentos é crucial para perceber o próprio processo de romanização no mundo rural desta região, seguramente apoiado na difusão das *villae* como meio de exploração dos recursos agropecuários e marítimos da região. A maior parte

¹ O *Corpus Agrimensorum Romanorum*, é um conjunto de textos que tratam múltiplos aspectos relacionados com as operações de agrimensura romana. Neste caso concreto, o tratado e iluminura foram preservados num manuscrito conhecido como Codex Guelferbytanus 36.23 *Augusteus* 2, dos séculos V ou VI.

das datações sugeridas continua a basear-se, em parte dos casos, na cronologia dos mosaicos com que estes sítios foram ornamentados numa fase mais tardia da sua ocupação.

A asserção de que a difusão deste tipo de estabelecimentos é tardia entra muitas vezes em contradição com a cronologia proposta para a fundação das próprias *villae*. De facto, em muitos casos a fundação das villae, no quadro geral do NO Peninsular, é seguramente alto imperial, como é o caso de Veranes, Murias de Bolono, Boides (Garcia Entero 2001: 50; Fernández Ochoa 1982: 273-284; Fernández Ochoa *et al.* 1997 *apud* Carvalho 2008: 148), El Soldón, Pago de Piégalo, Monasteruelo e Navatejera (Garcia Entero 2001: 138-156; *apud* Carvalho 2008: 147-148).

À luz dos dados disponíveis para a zona ocidental de Braga, podemos caracterizar os estabelecimentos de tipo *villae* nas imediações de *Bracara Augusta* e ao longo dos principais eixos viários como um fenómeno alto-imperial, do século I. Este fenómeno parece contrariar a ideia do que terá acontecido nas restantes regiões do Noroeste, onde parece ter havido uma generalização deste tipo de estabelecimentos tardia, apesar de algumas *villae* terem fundação alto-imperial na zona de León e Gijón (Carvalho 2008: 148-149).

Na área do *conventus bracarenensis* designadamente nos vales do Cávado, Lima e Minho as *villae* estão implantadas em locais com ocupação pré-romana o que poderá indiciar uma articulação dos povoados com os *aedificia* instalados na bordadura dos vales fluviais da região para exploração das terras. Sem dúvida esta associação implicava a apropriação das terras anteriormente controladas pelas comunidades indígenas. Em contraste, no *conventus lucensis* a maioria dos estabelecimentos do tipo *villae* surgem em terrenos sem ocupações precedentes, embora seja de salientar a ausência de estudos sistemáticos sobre esta região (Carvalho 2008: 148-149).

Parece haver, no entanto, uma assimetria registada nos três *conventus* que poderá correlacionar-se com a multiplicidade geomorfológica que temos em cada uma destas regiões, com o diferente substrato da Idade do Ferro e, por conseguinte, com as diferentes formas de romanização destes territórios (Carvalho 2008: 149).

Apesar da pouca informação disponível destaca-se um maior volume de dados para a zona ocidental do *conventus bracarenensis* que conhece uma precoce implantação deste tipo de

estabelecimentos, claramente associado a fundação de *Bracara Augusta*. Nesta zona também se regista um número crescente de *villae* e uma clara diferenciação entre os estabelecimentos do alto e baixo-império, sendo mais notório que a partir dos finais do século I e durante o século II este novo modelo de ocupação entra em franca expansão (Carvalho 2008: 150).

Nesta região, a mais ocidental do NO peninsular, as *villae* são implantadas preferencialmente em vales suaves nos limites entre as terras de cultivo e o monte com um bom controle visual sobre as terras aráveis. Junto à costa também se verifica uma certa concentração deste tipo de estabelecimentos o que poderá indiciar *villae* voltadas para uma exploração mista dos recursos marinhos com actividades agro-pecuárias (Carvalho 2008: 149-150).

Por sua vez, no interior deste território este tipo de estabelecimentos parece disseminar-se no terreno de uma forma mais dispersa e heterogénea, ocupando quer os vales como as zonas de planície com boas potencialidades agrícolas (Carvalho 2008: 150).

O programa construtivo deste tipo de estabelecimentos é ainda obscuro devido à falta de dados arqueológicos, fruto de poucas intervenções arqueológicas que permitam fazer uma adequada caracterização arquitetónica dos espaços. Os dados disponíveis demonstram uma predominância de um modelo de *villa* de planta retangular dotado de corredor ou pórtico flanqueado de corpos laterais ou torres que delimitam um pátio aberto (Carvalho 2008: 150).

Nem só as *villae* constituem um indicador da romanização do mundo rural romano. Há que ter em conta um conjunto variado de formas rurais de ocupação, de menores dimensões, como quintas ou casais.

E, numa perspetiva de desenvolvimento do território, importa também ter em conta os aglomerados urbanos secundários, os *vici*. O desenvolvimento do território far-se-ia também com os estabelecimentos diretamente ligados à rede viária, como é o caso das mansiones e *mutationes* que contribuem para uma maior e melhor eficácia na exploração dos recursos com o consequente aumento de produção que levam a uma consolidação e desenvolvimento da economia (Carvalho 2008: 151).

Esta economia de mercado assente no aumento da produção, fundamental para criar riqueza e aumentar as trocas comerciais, não se apoiou apenas na exploração agropecuária e dos recursos minerais. Carecia, ainda, da exploração de madeiras, da pedra e dos barreiros que

eram utilizados de forma muito diversificada; na atividade para satisfazer as novas técnicas construtivas presentes nos edifícios de tipologia romana bem como o quotidiano das populações. As indústrias oleiras encontravam as suas matérias-primas nos vales dos principais rios do NO e serviam o propósito de fornecer matéria-prima para a produção de material laterício para a construção, cerâmicas de fabrico comum, lucernas, ânforas, cerâmicas de produção local como as cerâmicas “bracarenses” que imitavam as sigillatas, e como os engobes vermelhos² muito bem representados em diversos sítios arqueológicos (Morais 2005).

Não poderemos deixar de referir que estes aspetos ligados ao processo de romanização do NO ainda estão numa fase muito incipiente da investigação, embora seja possível avançar com a ideia de que esta região sofreu mudanças económicas significativas (Carvalho 2008: 153).

2. As *villae*: problemáticas e perspectivas de estudo no Entre-Douro-e-Minho

A historiografia e a tradição das investigações constituem uma das razões que explica o estado da arte no que toca ao conhecimento do fenómeno de romanização do NO peninsular, uma vez que se privilegiou durante muitas décadas o estudo do povoamento pré-romano de um ponto de vista indigenista, defendendo-se uma romanização incipiente nesta região, relegando para segundo plano os vestígios de época romana.

Desde finais do século XIX até a primeira metade do século XX deu-se a primazia ao estudo da denominada “cultura castreja” que convergiu para a identificação e escavação dos numerosos “castros” que o Norte de Portugal e Galiza possuíam (Martins 1995; Carvalho 2008: 11).

² Rui Morales e Adolfo Fernández propõem num recente artigo, ainda no prelo, uma nova terminologia para as cerâmicas de engobe vermelho de produção bracarense que tinham sido classificados por Manuela Delgado como Grupo II de Imitação de Engobe Vermelho não vitrificável (Delgado 1993-1994) e a qual convencionaram classificar como Terra Sigillata Bracarense Tardia (Fernández et al. 2012). Voltaremos a este tema numa outra parte desta dissertação.

As dificuldades no conhecimento do mundo rural romano são potencializadas pela historiografia dos estudos da romanização do Noroeste. Até aos anos 70 do século passado os estudos referentes a este fenómeno eram de cariz essencialmente temático, o que levou à deficiente valorização dos sítios de tipologia romana, da sua cronologia e distribuição espacial. O carácter temático dos estudos realizados, voltados para o estudo da rede viária, da mineração e para a aculturação dos castros implicaram a desvalorização da romanização do NO em especial do Norte de Portugal (Martins 1995; Carvalho 2008: 11-15).

A asserção de uma romanização incipiente baseava-se na falta de indicadores como construções de tipologia romana, cidades monumentais e objectos artísticos tipicamente clássicos. Esta ausência de indícios criava assim a dualidade da invisibilidade da presença romana em contraponto com a forte visibilidade dos castros. O estado das investigações passava pelo desconhecimento do mundo rural e urbano romano que definiam o NO como terra periférica e marginal que apenas era visível pela rede viária e por parte da exploração económica do território (Carvalho 2008: 16-17).

Nas últimas décadas do século passado, em particular a partir dos finais dos anos 70, houve mudanças no paradigma vigente havendo novas técnicas e metodologias de trabalho que permitiram a datação dos sítios; os trabalhos de análise espacial passaram a ocupar um lugar importante, permitindo alguns trabalhos de síntese sobre a cultura “castreja”, quer de âmbito regional ou em contextos mais amplos (Martins 1995; Carvalho 2008: 17).

É neste período que surgem duas novas linhas de investigação que vão relançar o estudo da romanização no NO: a primeira linha de investigação centra-se na revalorização da epigrafia associada ao povoamento e aos processos de aculturação do mundo indígena (Le Roux e Tranoy 1973; 1974; 1975; 1982; 1985; Le Roux 1974; 1975; Tranoy 1977; 1980; 1981 *apud* Carvalho 2008: 18). A segunda apoia-se na Arqueologia Urbana e nas diversas escavações operados no mundo urbano em especial nas três capitais conventuais, que originou vários trabalhos de investigação relacionados com a interação do mundo urbano com o mundo rural romano (Carvalho 2008: 18-19).

Esta nova realidade no campo da investigação proporcionou a realização de prospecções sistemáticas e de escavações que causou a reavaliação de dados disponíveis (Tranoy 1981;

1982; 1983; Fernández Ochoa 1982; 1983; 1983-1984; Martins 1995; 1996; Dias 1997; Amaral 1999 *apud* Carvalho 2008: 19), onde a obra de Jorge Alarcão (1988) merece um destaque pela forma como sistematizou as informações sobre estações romanas disponíveis no actual território nacional o que possibilitou uma mudança nas perspectivas de investigação (Carvalho 2008: 19).

A intensificação dos trabalhos de prospecção permitiu identificar mais sítios de tipologia romana em especial *villae*, apesar destes sítios terem sido reconhecidos em condições que conduziram à sua própria destruição (Carvalho 2008: 20).

O estudo do povoamento em áreas definidas como é o caso das bacias hidrográficas colocou novas questões no que toca à ocupação generalizada destes povoados em época romana e as escavações permitiram a afinação de cronologias (Carvalho 2008: 20).

A articulação da ocupação dos castros com outras formas de habitat de tipologia romana no âmbito dos estudos de povoamento permitiu aumentar os dados sobre a ocupação romana do território e ao mesmo tempo estudar os processos de mudança no povoamento desta região (Carvalho 2008: 20).

As novas linhas de investigação permitiram valorizar a ocupação romana do NO e o conceito de romanização norteado pelos seus processos de mudança cultural (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999; Orejas Saco del Valle 1996; 2005; Ruiz del Arbol 2001; Martins *et al.* 2005; Arias Vilas e Villa Valdês 2005 *apud* Carvalho 2008: 21).

Os estudos de âmbito regional que perspectivaram a evolução do povoamento proto-histórico e romano ganharam preponderância sobre os estudos de larga escala tendo sido importantes os trabalhos de Teresa Soeiro (1984) para a região entre Sousa e Tâmega, Manuela Martins (1990; 1995) sobre o curso médio do rio Cávado, Carlos A. B. Almeida (1990) sobre o vale do rio Lima, António P. Dinis (1993) sobre o vale do rio Ave, Maria F. M. Silva (1994) sobre o vale do rio Coura, Carlos A. B. Almeida (1996) sobre o litoral minhoto, Tarcísio Maciel (1997) sobre o vale do Neiva, Francisco S. Lemos (1993) sobre Trás-os-Montes oriental, Ricardo Teixeira (1996) sobre a região de Chaves (Carvalho 2008: 21), Helena P. Carvalho (2008) sobre o Entre-Douro-e-Minho, Álvaro B. Moreira (2009) para a região entre o rio Leça e Ave ou Luís F. O. Fontes (2011) sobre o Lindoso – Serra Amarela.

Inúmeros trabalhos foram produzidos no campo da arqueologia do território nomeadamente sobre a rede viária (Lemos 2000; 2002; Caamaño Gesto 1995-96; Rodríguez Colmenero *et al.* 2004 *apud* Carvalho 2008: 21), sobre trabalhos que permitiram a identificação de aglomerados urbanos secundários, *vici*, *mansiones* e *mutationes* (Dias 1997; Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999; Pérez Losada 2002 *apud* Carvalho 2008: 21), a identificação de zonas mineiras e povoados associados (Lemos 1993; 2005; Lemos e Morais 2004; Sánchez-Palencia *et al.* 1990; Sánchez-Palencia e Fernández Posse 1993; Sánchez-Palencia 2000 *apud* Carvalho 2008: 22). Desenvolveram-se, ainda, os primeiros estudos sobre a morfologia das paisagens romanizadas (Orejas Saco del Valle 1996; 2001; Ruíz del Árbol 2001 *apud* Carvalho 2008: 22) e realizaram-se escavações em *villae* (Pérez Losada 1995; 2000; Fernández Ochoa e Gil Sendino 2004 *apud* Carvalho 2008: 22) de onde se reconheceram alguns dados para o Entre-Douro-e-Minho (Pinto 2008; Almeida 1990, 1997; Fontes 1983, 1987, 1991-92, 2011; Fontes e Carneiro 2011; Fontes *et al.* 2011; Gomes 1996; Martins *et al.* 2010, Martins 1990a; Almeida C. A. F. 1972; Silva *et al.* 2005; Dias 1997; Bailarim 2009).

O tema da romanização do NO peninsular e em particular o conhecimento do seu processo ainda não é bastante claro apesar dos avanços significativos na investigação nas últimas décadas do século passado e primeira década deste século. O estado fragmentário dos dados disponíveis e as áreas que se encontram por investigar são duas das razões pelas quais não nos é possível colocar de lado os velhos preconceitos indigenistas e o próprio conceito de romanização que naturalmente terá sido um processo dinâmico com diferentes ritmos, consoante a natureza dos agentes envolvidos numa região pautada pela diversidade morfológica (Carvalho 2008: 22-23).

Outra variável que condiciona o conhecimento do mundo romano, em especial das *villae*, é a natureza dos dados encerrados na bibliografia.

A variabilidade da informação decorrente de diferentes proveniências, metodologias e horizontes de referência muito distintos provoca uma materialidade complexa e dissonante começando desde logo pela nomenclatura atribuída aos sítios arqueológicos.

Se por um lado a atribuição das terminologias aos sítios arqueológicos deve ter em conta as condicionantes de cada região, quer do ponto de vista geomorfológico quer da ocupação

humana, variáveis que condicionam os padrões do povoamento, sendo arriscado uniformizar critérios de descrição de sítios de regiões muito distintas, por outro lado também não parece sensato criar novas nomenclaturas que dificultem a analogia de sítios idênticos em contextos diferentes (Carvalho 2008: 41).

A aplicação dos termos latinos aos sítios arqueológicos parece a mais sensata apesar da imprecisão de alguns deles tendo em conta os autores romanos, podendo estes termos possuir vários sentidos (Carvalho 2008: 41).

A utilização dos termos latinos para caracterizar e identificar os contextos do mundo rural romano é, de facto, uma questão bastante complexa pois os próprios autores latinos não foram muito claros na sua definição. Os *vici*, as *mansiones*, os *praetoria*, as *stationes*, as *villae* e casais carecem de uniformização de caracterização para a aplicação destas terminologias tendo em conta as especificidades que cada região possui (Carvalho 2008: 42-50).

O termo *villa* e a sua aplicação para definir sítios romanos é aquela que encerra mais subjectividade, apesar da generalidade dos autores defender que este designativo seja aplicado a estabelecimentos destinados à exploração agro-pastoril. Estes estabelecimentos são constituídos por um conjunto edificado, onde se incluem a residência do proprietário e as dependências de apoio às atividades nela desenvolvidas, e um *fundus* que poderá ser contínuo ou não. Há também a concepção mais ou menos unânime entre os investigadores que o edificado das *villae* não é estático mas sim orgânico, podendo ser na sua génese uma estrutura edificada bastante modesta que vai evoluindo e complexificando-se ao longo da sua vida e consoante a riqueza do seu proprietário (Carvalho 2008: 45).

Desde a época clássica que é notória a falta de unanimidade à volta do conceito latino de *villa*, como é notório nas obras redigidas por quatro importantes agrónomos: Catão, Varrão, Columela e Paladio (Pérez Losada 1987: 82-84).

Apesar da natureza distinta das fontes, todas elas apresentam pontos comuns na definição do conceito de *villa*: implica ruralidade, romanidade e faz-se representar pela sua construção (Pérez Losada 1987: 85).

As *villae* aparentam ter domínios e dimensões relativamente modestas, como defende Varrão, mas que podem evoluir e transformar-se em propriedades maiores dotadas de todos os luxos, próprias de um rico *dominus* (Pérez Losada 1987: 87-88).

No entanto, Tito Lívio e Tácito consideravam que qualquer habitação rural era uma *villa*, o que colidia com a definição de três importantes agrónomos da época romana, Columela, Catão e Varrão (Carvalho 2008: 45).

Columela distingue os vários sectores que uma *villa* possui: a habitação (*pars urbana*), os armazéns e anexos para guardar produtos e alfaías agrícolas e de habitação para escravos e criados (*pars rustica*), e por último o celeiro e zonas de produção da *villa* (*pars fructuaria*). Estas características servem na perfeição a uma propriedade voltada para uma agricultura extensiva cujas produções se destinam à produção e venda de excedentes (Carvalho 2008: 45).

Catão define-a como uma exploração agrícola (composta por *fundus* e *ad fructum*) com habitação (*aedificia*) e instalações específicas para armazenagem dos produtos da terra. Defende a sua implantação junto de uma cidade, do mar, de um curso navegável ou de uma via para o escoamento dos produtos agrícolas (Pérez Losada 1987: 89-90).

Varrão, um século mais tarde, diz-nos que nem todas as casas rústicas merecem a designação de *villa*, para tal esta deveria possuir alguma dignidade arquitectural. O referido agrónomo tem ainda o cuidado de determinar que esta deveria possuir um domínio (*fundus*) capaz de a alimentar (constituído por *ad fructum*), tornando-a independente do mercado (*macellum*) da cidade, e possuir pastagens (*pastio villatica*) nas proximidades da casa que lhe permitisse a criação de gado (Pérez Losada 1987: 89-90).

Esta complexidade acentua-se com a falta de edifícios escavados que não nos permite identificar alguns elementos que caracterizam as *villae*, como as suas partes funcionais, os materiais e estruturas que indiquem a sua riqueza. O reconhecimento destes estabelecimentos baseia-se quase sempre em vestígios encontrados à superfície durante os trabalhos de prospecção, tornando a tarefa de atribuição do termo *villa* bastante mais difícil, uma vez que os critérios identificadores deste tipo de sítios não são claros o suficiente (Carvalho 2008: 45).

A aplicação desta nomenclatura para definir os grandes estabelecimentos de exploração rural do Sul da Península Ibérica e Meseta, detentores de grandes *fundi*, não constitui um

problema, as dificuldades começam onde estes *fundi* seriam mais pequenos e consequentemente teriam menos dividendos para a ampliação e melhoramento do edificado. A propósito desta problemática Manuela Martins refere que na região de Braga estes estabelecimentos eram o reflexo das matérias-primas dominantes, da mão-de-obra pouco especializada e das condições socio-económicas da região que determinavam unidades de exploração de pequena e média dimensão com áreas de construção reduzidas (Martins 1995: 83).

Estes regionalismos acompanham os diferentes níveis de análise e diferentes interpretações do mundo rural romano.

Conceição Lopes no seu estudo acerca da cidade romana de Beja (*Pax Iulia*) e do seu território define uma *villa* como uma exploração agro-pastoril dotada de habitação (*aedificia*), locais de armazenamento e estábulos (*pars rustica*) e um *fundus* que poderá ser contínuo ou descontínuo. É certamente uma análise em termos funcionais que a autora completa com a análise dos equipamentos ou indícios de prestígio, incluindo os estabelecimentos onde se registem estuques pintados, mármore, mosaicos, materiais importados em número significativo e epígrafes que fazem menção a colonos estrangeiros ou com indicação de *tria nomina*. Do ponto de vista cronológico, esta autora, não classifica nenhum sítio com ocupação anterior ao último quartel do século I a.C. como *villa* (Lopes 2003: 236-237 *apud* Carvalho 2008: 46).

Por seu lado, João Bernardes no seu trabalho sobre *Collipo*, define este tipo de estabelecimentos como equipamentos de exploração agrária, que são a base da estruturação do mundo rural romano e se encontram dependentes da cidade. Para este autor estas ricas casas de campo seriam as mais abastadas no mundo rural que hierarquicamente controlariam uma série de estabelecimentos mais modestos e ao mesmo tempo dependiam da cidade, de onde eventualmente seriam originários os seus proprietários, o que acrescentaria a estas infra-estruturas os critérios económicos e culturais. Numa junção dos critérios definidos por J. Gorges e Jorge Alarcão este autor classificou como *villae* apenas os estabelecimentos rurais romanos que apresentassem mosaicos, termas, esculturas ou que possuissem uma dispersão média de vestígios (moedas, cerâmica fina e de importação, pedras aparelhadas e inscrições) entre 1 ou 2 hectares (Bernardes 2007: 20-21 *apud* Carvalho 2008: 46).

Desde logo conseguimos aferir algumas diferenças utilizadas nos critérios que servem de base à classificação de *villae* na região centro e o Alentejo, o que na nossa opinião não é de estranhar pois os regionalismos condicionaram certamente a implantação e desenvolvimento deste tipo de estabelecimentos rurais.

J. Gorges defende que a implantação topográfica e a extensão da área onde se registam a presença de vestígios pode ajudar a definir ou classificar uma *villa*, visto que uma exploração agrária rica estaria num sítio privilegiado e possuía certamente uma grande área construída, *domus* (*pars urbana*), armazéns estábulos, alojamento de caseiros e escravos (*pars rustica*) (Gorges 1979: 14-17 *apud* Carvalho 2008: 47).

Estas diferenças aplicam-se igualmente a outras regiões. Para o Entre-Douro-e-Minho, Jorge Alarcão propôs a utilização da categoria *villa* com base nos seguintes critérios: presença de mosaicos, termas, uma inscrição funerária, a dispersão de materiais de importação, como cerâmicas finas ou de importação, vidros e moedas (Alarcão 1995: 387-401 *apud* Carvalho 2008: 48).

Por seu turno Manuela Martins, tendo em conta as características geomorfológicas desta região, definiu a presença de áreas de dispersão de cerâmica de construção consideráveis associadas a elementos arquitectónicos (bases de coluna, capitéis, fustes) e / ou monumentos epigráficos e tesouros monetários, como indicadores prováveis da existência de uma *villae* (Martins 1990: 224; 2005 *apud* Carvalho 2008: 48).

Helena Paula carvalho catalogou como *villae* apenas sítios que incluíssem achados de cerâmica romana (*tegulae*, cerâmica comum e / ou outra) associados a elementos arquitectónicos com ou sem epigrafia (Carvalho 2008: 226).

A hierarquização do povoamento rural romano contemplava outro tipo de estabelecimentos com arquiteturas mais modestas que as *villae*. A designação destes sítios é também alvo de grande discussão entre os investigadores pois surgem designativos diversos como *villae rusticae* (Mantas 1987 *apud* Carvalho 2008: 49), casais (Mantas 1997; Alarcão 1990 *apud* Carvalho 2008: 49), quintas ou “fermes”, na bibliografia francesa e “farms” na bibliografia inglesa (Carvalho 2008: 49).

O termo *casal* não está documentado na literatura clássica, surgindo apenas na Idade Média para designar uma exploração agrícola (Carvalho 2008: 49).

Jorge Alarcão utiliza o termo para classificar pequenas explorações agrícolas ou pecuárias; no entanto o mesmo autor admite a existência de outros estabelecimentos ligeiramente maiores que os casais que designou por quinta, sendo os seus proprietários, detentores de mais prosperidade socioeconómica (Alarcão 1998 *apud* Carvalho 2008: 48-49).

Conceição Lopes refere que os casais seriam pequenos estabelecimentos rurais familiares com edifícios de pequenas dimensões que poderiam cumprir funções artesanais ou de exploração florestal (Lopes 2003: 241 *apud* Carvalho 2008: 49-50).

Quando se faz a distinção desta categoria com base na prospeção e nas áreas de dispersão de materiais torna-se difícil distinguir aquilo que seriam pequenas *villae*, eventuais quintas e casais (Carvalho 2008: 50).

Uma outra problemática decorrente do estudo dos estabelecimentos do tipo *villae* prende-se com as estimativas relativamente às dimensões das propriedades destes estabelecimentos rurais, os *fundi*.

João Bernardes apresenta uma panorâmica muito interessante sobre o tema, no seu trabalho acerca de *Collipo*, levantando algumas questões que achamos muito pertinentes. O autor defende que, ainda que tenhamos a identificação precisa dos sítios de uma determinada área e a sua contemporaneidade há variáveis que não nos é impossível aferir com segurança, podendo distorcer a leitura das reais dimensões de uma propriedade rural romana. Essas variáveis fazem-se constituir pelos seguintes fatores: não é certo que a área edificada esteja no centro da propriedade; aos olhos daquilo que observamos hoje em dia não é possível aferir se o *fundus* seria contínuo ou descontínuo, sendo neste último caso composto por mais de uma parcela; sendo também difícil de analisar a rentabilidade de uma propriedade (Bernardes 2007: 88-89).

Jorge Alarcão, tendo em conta os condicionalismos geomorfológicos do NO peninsular propõe como área limite de exploração das *villae* uma medida entre os 75 e os 100 hectares (Alarcão 1999: 34).

Manuela Martins, para a região de Braga, refere que os *fundi* seriam de pequenas dimensões e consequentemente geradores de pouca riqueza. Os condicionalismos regionais são determinantes para a constituição de propriedades de médias e pequenas dimensões (Martins 1995:83).

Para a região do Entre-Douro-e-Minho não há qualquer indício que permita o cálculo dos *fundi* das *villae*. Sem documentação escrita ou indícios claros dos seus limites o cálculo da extensão do *fundus* de uma *villa* será impossível, tendo em conta que esta raramente seria continua como acontece em períodos posteriores. Efectivamente, a documentação redigida desde a Idade Média até a actualidade bem como a observação das propriedades rurais actuais indiciam o uso do solo de forma descontínua (Carvalho 2008: 394).

Sobre este tema, queremos salientar o recente trabalho realizado sobre a delimitação do termo de Dume que pode ajudar a estimar, regressivamente, uma aproximação à extensão dos *fundus* da *villa* de Dume³.

Marcelo Mendes Pinto numas notas preliminares sobre o estabelecimento rural na época romana entre os rios Sousa e Vizela, coloca a hipótese inédita no panorama do Noroeste Português da *Villa* Romana de Sendim possuir um *fundus* contínuo. O autor refere que é fácil de abarcar todo o *fundus* da *villa* do alto de Sendim delimitado pelos montes de Santa Quitéria e S. Domingos a poente, e pelos contrafortes de Sabagudo a nascente e se estende até ao rio Bugio a norte. Esta demarcação baseia-se na asserção que em época romana a delimitação das propriedades era efectuada pela linha de cumeada dos montes (Pinto 2008: 33-34).

É possível encontrar na bibliografia vários métodos utilizados para determinar as áreas dos *fundi*, desde a reconstituição dos domínios com base nos polígonos de Thiessen à divisão dos hectares prospectados pelo número de sítios inventariados em determinada área. No entanto é essencial o conhecimento amplo sobre o uso dos espaços e das espécies cultivadas sem o qual é arbitrário qualquer tipo de ensaio (Lopes 2003: 307-319).

³ Helena Carvalho e Luís Fontes ensaiaram a delimitação do termo de Dume com base num documento de 911, onde se verificou que os limites do termo coincidem em grande parte com os eixos de centurição romana. Este ensaio foi publicado em Fontes L., Martins M., Ribeiro M. C., Carvalho H. P. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII, in *Espacios urbanos en el Occidente Mediterráneo* (s. v-viii), Toledo, pp. 255-262.

É importante sublinhar que as *villae* implicaram a posse privada da terra e sua consequente delimitação, apesar de nos ser difícil saber como se processou tal mudança, tanto no plano prático como jurídico, certos que a privatização da terra e os meios técnicos e jurídicos para a sua tributação caracterizam a mudança na reorganização do mundo rural romano (Carvalho 2008: 393).

Na região do Entre-Douro-e-Minho temos uma outra questão que se prende com os critérios de classificação de sítios tendo em conta a dispersão dos vestígios à superfície do solo, princípios difíceis de aplicar a uma região com características geomorfológicas muito particulares aliadas à divisão e uso do espaço rural (Carvalho 2008: 33).

A espessa sedimentação existente em áreas de vale, fruto da deslocação de solos das vertentes dos montes, por processos coluvionares, e da intensa remobilização de terras feita nesta região (Bouhier 1979 *apud* Carvalho 2008: 32) provoca condições para um forte entrave à detecção de vestígios arqueológicos à superfície (Carvalho 2008: 32).

Estes factores aliados ao sistema de propriedade dominante, caracterizado pela extrema divisão da propriedade nos vales, pequenas leiras nas vertentes dos montes e zonas de mato intenso nas zonas mais elevadas condicionam a realização e os resultados das prospecções que só são possíveis em áreas muito pequenas (Carvalho 2008: 32-33).

As dificuldades até agora patenteadas na leitura dos vestígios, no Entre-Douro-e-Minho, que corresponderão a estabelecimentos do tipo *villa* são potencializadas pela falta de sítios escavados que nos permitam conhecer melhor as suas áreas construídas, quer as suas dimensões, quer os métodos e técnicas construtivas que presidiram a sua construção. Nesta circunstância continuamos aquém das potencialidades do território; como já foi referido, das mais de sessenta referências a sítios do tipo *villa* apenas nove foram alvo de intervenções arqueológicas sumárias, e das quais pouco se conhece.

Outros dos problemas que é necessário ultrapassar é a ideia clássica das *villae* serem estabelecimentos de fundação tardia. Na síntese que efectuou sobre os dados recolhidos, Helena Paula Carvalho, concluiu que maior parte das *villae* nesta região têm a sua origem nos inícios do século I d.C., cronologia baseada nas cerâmicas de fabrico indígena encontradas em grande parte dos locais escavados. Em dois casos, Via Cova – Barcelos e Quinta do Paço velho –

Ponte de Lima, será possível admitir, ainda, um primeiro momento de ocupação em casas circulares que estariam na origem das *villae*. A mesma autora refere que durante a primeira metade do século I d.C. as formas de ocupação indígena terão coabitado com as novas formas de ocupação romana, nomeadamente as *villae* que originaram o redimensionamento dos espaços ocupados e da privatização da terra, processo que se terá desenvolvido com modelos e ritmos diferenciados (Carvalho 2008: 235-236).

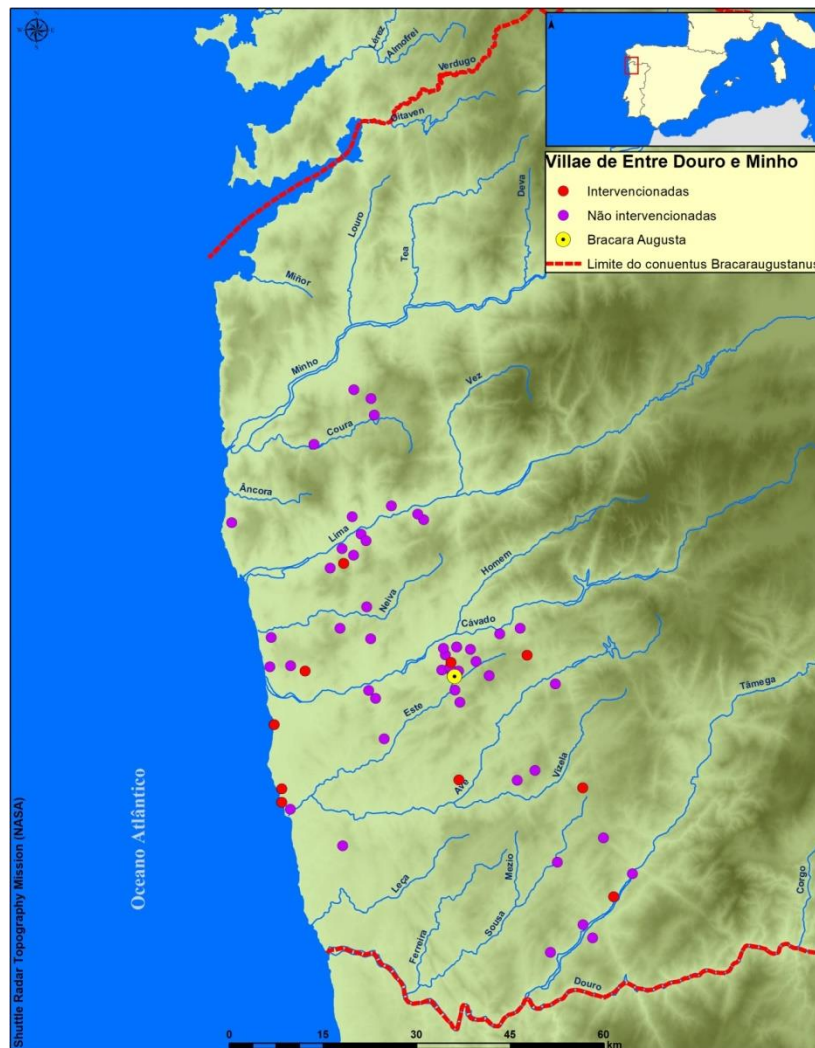


Figura 4 – As *villae* no Entre-Douro-e-Minho.

O abandono destes estabelecimentos aconteceu em finais do século V e VI. Embora esta cronologia não possa ser generalizável, há pelo menos dois casos onde são propostas estas cronologias: Dume e Sendim (Fontes 2011: 41; Pinto 2008: 20-29).

Se no caso de Dume esta cronologia se pode explicar pelo seu estatuto particular na reconfiguração do território no período tardo-antigo e medieval, a ocupação suevo-visigótica e medieval de Via Cova – Barcelos obriga a termos reservas quanto à cronologia para o abandono das *villae* (Carvalho 2008: 236).

Outro caso paradigmático de abandono tardio é a *Villa* Romana de Sendim, onde, segundo Marcelo Mendes Pinto, a ocupação deste estabelecimento se dá entre a segunda metade do século I até ao século VI. O último horizonte de ocupação é atestado pelos materiais tardios, como as cerâmicas foceianas (*Late Roman C*) e as cerâmicas cinzentas tardias detectáveis também em Braga. Apesar de não se distinguir no registo arqueológico a transição do período romano para o período suévico, o autor exalta a “introdução das cerâmicas cinzentas atrás referidas, a utilização de imitações de DSP, de fibulas em “P” e de fivelas com espigão tipo violino, em bronze, como elementos diferenciadores do período anterior”. Em início do século VI a casa ainda se encontra habitada e verificam-se algumas remodelações consentâneas com este período, nomeadamente buracos de poste para segurar tectos e telhados, reconstrução de paredes, encurtamento de corredores e compartimentos. O autor coloca ainda a hipótese de algumas das dependências da casa terem sido reocupadas nos séculos seguintes, apesar da ruína do edificado, atestando a presença de materiais cerâmicos entre o século XIII e XIV, assim como moedas de D. Afonso V e D. Sebastião, período no qual as pedras do edificado da *villa* terão sido alvo de saque para abastecer construções vizinhas (Pinto 2008: 43-45).

Desde a síntese elaborada por Alberto Sampaio (1979) que considera as *villae* romanas uma parte fundamental na identidade da paisagem e do povoamento do Norte de Portugal, numa perspectiva de continuidade das *villae* na matriz territorial do Entre-Douro-e-Minho, tem-se gerado um aceso debate sobre o tema (Carvalho 2008: 234).

Alberto Sampaio idealizou, para o Entre-Douro-e-Minho no período romano, um território povoado de *villae* contíguas, servindo de ponto fulcral à romanização do território. Estas *villae* romanas teriam estado na origem das *villas* da reconquista. Esta asserção mereceu uma crítica global de Jorge Alarcão (1980) que contestava esta visão sobre o mundo rural romano de Portugal e propunha outra origem para as *villae* da reconquista (Alarcão 1998: 91).

Jorge Alarcão contestava essa ideia de continuidade, acabando mesmo por colocar a questão pertinente de saber se as *villae* foram um modelo comum de propriedade no Noroeste romanizado (Carvalho 2008: 234). Apesar de reconhecer o carácter estreito definido por si em 1980, quando propõe o critério de existência de mosaicos para concluir a existência de uma *villa*, critério pouco adaptado à região para a identificação destes estabelecimentos (Alarcão 1998: 91), o mesmo autor levantou algumas questões que ainda hoje estão por esclarecer (Carvalho 2008: 234).

No seguimento da mesma problemática, Manuela Martins, propôs uma avaliação dos critérios para a definição de *villae*, adequando esses mesmos preceitos ao contexto regional em estudo. Tal como já foi acima mencionado a autora propõe a utilização da terminologia *villa* para caracterizar edifícios localizados no campo, construídos segundo o modelo romano e com vocação agro-pecuária, ressaltando que, nesta região, estes estabelecimentos poderiam ser mais pequenos, com áreas edificadas menores e *fundi* também menores, que em outras regiões (Martins 1995: 97 *apud* Carvalho 2008: 234).

Helena Paula Carvalho sintetiza de forma bastante esclarecedora o estado da arte, “continuamos numa situação de balanço entre dois preconceitos: o de forçar a classificação de um sítio como *villa* a partir de elementos inconclusivos ou o de rejeitar a eventualidade de estarmos perante indícios de *villae*, pela ausência de atributos considerados como absolutamente incontornáveis na sua categorização” (Carvalho 2008: 234).

A problematização do estudo do mundo rural romano não se poderá cingir apenas às *villae* pois há uma série de outros estabelecimentos, outras formas de ocupação, que será importante considerar. Qualquer ensaio sobre o povoamento rural romano deverá ter em conta: o interface das novas formas de povoamento com as formas de ocupação do território precedente, perceber a coexistência destes estabelecimentos e a forma como se articulavam; a articulação das outras formas de ocupação de época romana e a sua hierarquização; a economia de subsistência e de mercado operada nesta região; a exploração de recursos naturais. Estes pontos são essenciais para determinar os ritmos e processos de mudança que certamente foram operados no mundo rural.

Na análise que fizemos do estado da arte é notório que possuímos bastantes lacunas sobre o conhecimento do mundo rural romano, desde logo relativamente à dimensão e dispersão no Entre-Douro-e-Minho dos estabelecimentos a partir dos quais se fazia a exploração do território. Tal facto deve-se essencialmente às discrepâncias que existem no estudo das diversas áreas, tendo algumas regiões sido alvo de estudo enquanto outras continuam por estudar.

Estas discrepâncias só poderão ser colmatadas com projectos de investigação regionais onde a prospecção sistemática terá um papel preponderante no real conhecimento da mancha de ocupação nesta região. Apesar dos condicionalismos, do ponto de vista geomorfológico e do uso do solo, anteriormente referidos nesta área de investigação somos da opinião que sem este trabalho é impossível resolver algumas questões relativamente a romanização no Entre-Douro-e-Minho.

A nomenclatura e caracterização dos sítios também são actualmente bastante heterogéneos pelo que seria necessário afinar taxonomias e critérios de classificação de forma a uniformizar os dados disponíveis. O consenso em torno dos critérios de classificação só é possível com a partilha de informação e discussão dos vários intervenientes na investigação sobre o mundo rural.

A conveniente divulgação dos dados das diversas investigações, no âmbito do estudo da romanização e do povoamento rural romano, também se torna fulcral para estabelecermos analogias e diferenças entre as várias regiões.

O desconhecimento dos programas construtivos dos estabelecimentos rurais romanos contribui, de forma muito importante, para a ambiguidade do tema. A baixa percentagem de intervenções arqueológicas executadas até hoje nestes estabelecimentos, condiciona os resultados, com a agravante de apenas uma ínfima parte (cerca de um sexto) dos sítios classificados como *villae* terem sido intervencionados, sendo que na maioria foram intervenções sumárias estritamente ligadas a fatores que promovem a sua própria destruição, agravando ainda mais o problema.

De facto, as poucas intervenções realizadas até ao momento continuam a não fornecer dados sobre o edificado e suas partes constituintes. Nesta perspectiva, estamos em crer que o

desconhecimento integral das diferentes partes de uma *villa* coloca-nos numa situação pouco confortável que leva a colocar algumas questões:

a) O que chamar ao estabelecimento de reduzidas dimensões que originou a *villa*?

É unânime que aquilo que nós designamos de *villa* é o apogeu de determinado sítio que possuía dimensões mais modestas e que foi evoluindo, dotando-se de infra-estruturas de luxo, de acordo com os índices de rentabilidade da sua propriedade (*fundus*) e do poder económico do seu *dominus*. Nesta perspetiva, aceitando que, na sua génese, este estabelecimento não podia ser caracterizado como *villa*, então o que lhe poderemos chamar?

b) Os estabelecimentos do tipo *villae* pressupõem a exploração de recursos naturais que lhes conferiam uma especialização. Esta especialização requeria infra-estruturas adequadas para a armazenagem e apoio à produção tendo em vista a sua maior rentabilidade. Estas necessidades operativas influenciariam certamente o programa construtivo destes sítios pelo que poderemos questionar qual a parte mais importante a ser edificada, a *pars rustica* a *pars urbana*, ou ambas tiveram a mesma génese?

Sentimo-nos no momento tentados a dizer que a *pars rustica* destes estabelecimentos era aquela que seria construída em primeiro lugar, já que sem o apoio à produção ou exploração da terra não haveria lugar à prosperidade do proprietário e da sua propriedade. Numa fase inicial estas áreas edificadas poderiam constituir-se de espaços consagrados a armazenamento da produção e alfaias agrícolas ladeados por espaços de habitação e de vivência mais modestos que servissem o seu propósito principal, a exploração da terra. Com o desenvolvimento económico da propriedade e do seu proprietário é possível construir uma nova moradia de acordo com o seu novo estatuto económico e social, ficando o primeiro estabelecimento apenas consagrado ao apoio e armazenamento da produção da terra.

Contudo, não poderemos excluir que o seu proprietário poderia ser alguém abastado e com estatuto social numa cidade próxima e que decidiu construir a sua casa de campo dotada de todos os luxos, aproveitando simultaneamente a terra para aumentar o seu prestígio social e riqueza económica.

Estas questões dependem das futuras intervenções em sítios do tipo *villa* e das cronologias que poderemos aferir em cada uma destas partes constituintes, para perceber toda a evolução do conjunto edificado.

A epigrafia também será importante para determinarmos a origem do seu proprietário, talvez um indígena que absorveu a nova cultura e *modus vivendi* ou uma pessoa de direito romano que veio para o campo, factor que também influenciará certamente o desenvolvimento destes sítios.

Por isso, somos da opinião que as *villae* devem ser analisadas e consideradas como um todo não descurando nenhuma das partes que a integram. Facilmente nos deslumbramos com a escavação da *domus* e dos seus equipamentos de prestígio descurando a *pars rustica* e o seu *fundus* bem como os equipamentos que possam estar dispersos nessa propriedade.

Em síntese, o mundo rural romano carece, por conseguinte, de uma fonte de informação fundamental que só poderá ser colmatado por projectos regionais de prospecção intensiva e, naturalmente, de escavações. Sem estes dados qualquer ensaio sobre a romanização desta região do *Conventus Barcarensis* estará obrigatoriamente dificultada.

3. Objectivos

Como já vimos, as *villae* são um elemento estruturante da organização do território conquistado e pacificado no NO peninsular. No entanto, estes estabelecimentos foram relegados para segundo plano durante muito tempo e só nas últimas duas décadas do século passado e na primeira década deste século ganham preponderância no estudo do território e do povoamento romano rural. Apesar do estudo do mundo rural romano ter sofrido um enorme incremento neste período, os dados disponíveis são ainda muito escassos e de origem variada pelo que a evidência arqueológica da escavação de Via Cova poderá constituir uma poderosa fonte de informação para a valorização desta temática.

O presente trabalho insere-se nesta perspectiva, tendo como objectivo principal sintetizar os resultados da intervenção arqueológica da *villa* romana de Via Cova, efectuada nos anos 90,

bem como os resultados e interpretações possíveis a partir dos dados existentes. Apesar de reconhecermos que a intervenção arqueológica ainda se encontra por concluir, pretendeu-se analisar detalhadamente a informação recolhida até agora, já que somos da opinião que a riqueza dos dados justifica inteiramente essa sistematização.

A partir dos dados disponíveis, procuramos caracterizar todo o processo construtivo do edificado sem descurar a distribuição espacial e funcional de cada espaço.

Apesar da escavação se encontrar por concluir parece-nos importante avançar com algumas propostas de trabalho no que se refere às cronologias de fundação, evolução e abandono do edificado. A interpretação crono estratigráfica do sítio parece-nos importante para estabelecer os momentos cruciais que o edificado viveu, pese embora o carácter pouco sólido de que esta tarefa se revelará, tendo em conta o estado das investigações.

Por último, e depois de termos apresentadas todas as leituras e interpretações sobre a *villa* de Via Cova, procuraremos fazer uma síntese dos resultados obtidos nas outras *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho, tentando estabelecer analogias e diferenças entre os diversos sítios escavados.

4. Metodologia

Para além do pressuposto prático subjacente a qualquer trabalho que se pretende científico, reconhecemos que a produção científica se deve estruturar com base nas três principais etapas do processo arqueológico. Por isso demos especial ênfase à identificação e recolha da informação, à análise dos dados e, por último, tentamos estabelecer analogias da realidade estudada com outros dados provenientes de outros sítios.

A primeira etapa deste trabalho englobou o levantamento e recolha de toda a informação. Foi sobretudo um trabalho de reconhecimento que abarcou duas fases distintas: a primeira compreendeu a recolha e levantamento de todo o registo arqueológico elaborado em 1990 aquando da realização das escavações, e que se encontrava na UAUM. Neste levantamento foi possível aceder a todo o registo de campo (desenhos de planos, perfis e

inventário de complexos) bem como ao relatório realizado por Manuela Martins (1990a). Na segunda fase desta primeira etapa foi feita uma outra tarefa, sobretudo de localização e reconhecimento de todo o espólio exumado na intervenção arqueológica e que se encontra armazenado no MDDS. Nesta mesma instituição foi-nos possível aceder ao registo fotográfico da intervenção, completando assim toda a panóplia de informação disponível sobre o sítio.

Depois de reconhecidos os dados da *villa* de Via Cova, ainda dentro desta primeira etapa, efetuamos a recolha de toda a informação disponível sobre as intervenções arqueológicas feitas em outras *villae* de Entre-Douro-e-Minho: Vila Caiz (Amarante), Vila Cova (Barcelos), Vila Mendo (Póvoa de Varzim), Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim), Dume (Braga), *Villa* Romana de Sendim (Felgueiras), Caxinas (Vila do Conde) e Quinta do Paço Velho (Ponte de Lima).

A etapa seguinte centrou-se na análise dos dados da intervenção arqueológica de Via Cova que englobou dois patamares de trabalho.

No primeiro foi necessário proceder à reconversão de todos os complexos em UE (unidades estratigráficas), já que o método utilizado em 1990 foi a escavação por complexos. Assim, foi necessário desenhar uma base de dados, com recurso ao programa Microsoft Access 2003, que se compunha de várias tabelas (Descrição UE; Relações; Espólio; Reconversão), as quais tinham uma lista de atributos contemplados para cada uma delas. O campo de ligação entre as diferentes tabelas é a UE; é este que permite a ligação entre as várias tabelas produzidas.

Procuramos proceder à reconversão das camadas para UE, recorrendo aos métodos preconizados por Harris (1991). No decorrer desta tarefa foram-nos colocadas algumas dificuldades; em alguns momentos tivemos de “escavar” o registo arqueológico. O método utilizado em 1990 foi a escavação por estratigrafia artificial, complexos. Os mesmos já tinham sido reconvertidos em camadas, aquando da elaboração do relatório final da intervenção. Este registo nem sempre correspondeu às necessidades do método de Harris; nomeadamente não foram contemplados no registo da escavação diversas interfaces de destruição, interfaces de valas de fundação, bem como a numeração de camadas que não passavam de simples bolsas envoltas por outras UEs. Esta informação foi frequentemente complementada com os registos fotográficos disponibilizados pelo MDDS.

No caso dos desenhos optou-se por fazer a vectorização de todos os perfis e planos finais tendo em vista a produção de uma planta geral e perfis gerais da zona intervencionada, importantes para a interpretação do sítio já que permitiram uma leitura horizontal de toda a área.

Em primeiro lugar fizemos a interpretação dos desenhos dos perfis e dos planos, de forma a possuírmos uma leitura abrangente e clara dos dados registados em campo. Esta tornou-se, em muitos pontos, insuficiente, por todas as razões acima descritas, pelo que tivemos de fazer correcções pontuais através do registo fotográfico de forma a permitir uma melhor leitura, compreensão dos dados e interpretações decorrentes das análises realizadas à informação.

Na ausência de registo gráfico dos alçados das estruturas tornou-se imperativo a realização de uma jornada de trabalho de campo. No entanto, as condições no terreno não se demonstraram ideais para efectuar esse registo, a intensa vegetação e acumulação de sedimentos obrigou-nos a optar pela reconstituição dos paramentos das estruturas através de desenho de campo conjugado com a análise de fotografias disponibilizadas pelo MDDS. Esta opção, apesar de não ser um registo fidedigno, permitiu registar os vários tipos de alvenaria e algumas remodelações do edificado. No entanto, é preciso ter sempre presente que a caracterização que efectuaremos de cada estrutura estará dificultada pelo grau de destruição de alguns muros, pela falta de leitura integral dos muros que possuem banquetas e áreas por escavar e sobretudo pela má visibilidade que as estruturas tinham durante os trabalhos no campo.

O cruzamento dos vários campos de análise, acima descritos, permitiu estudar uma série de particularismos do edificado. Para além da descrição dos vários espaços do edifício, contemplamos a análise dos materiais de construção (elementos pétreos, argamassas, terra, telhas, metais e outros), das fundações, dos aparelhos e dos pavimentos.

As nomenclaturas e terminologias utilizadas nesta análise seguiram os pressupostos definidos por Jorge Ribeiro (2010) no seu trabalho intitulado “Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias”. Esta opção baseou-se em duas premissas que consideramos bastante importantes: se por um lado, a proximidade da *villa* de Via Cova

relativamente a *Bracara Augusta* nos leva a considerar que os processos construtivos seriam iguais ou semelhantes, por outro, e ao abrigo da uniformização de critérios de caracterização que tanto temos defendido, a análise feita pelo autor ao métodos construtivos da capital de *conventus* é muito bem estruturada e destaca-se pela compreensão e valorização dos materiais utilizados e dos sistemas e tecnologias da construção.

Apesar da nossa análise não ser tão aprofundada tentaremos que seja tão pormenorizada quanto possível.

A síntese que o autor realizou sobre os materiais de construção reflecte a capacidade de adaptação que os romanos tiveram no aproveitamento e utilização das matérias-primas existentes na região (Ribeiro 2010: 73-144).

As fundações e subestruturas também ocuparam um lugar de destaque, demonstrada a importância destas etapas da construção por Jorge Ribeiro (2010: 145-192) o que justifica a utilização de determinadas opções e as causas que poderá ter a má execução deste tipo de infra-estrutura.

A sinopse feita dos aparelhos utilizados nas estruturas, enumera uma série de conceitos usados para descrever os elementos verticais de forma muito clara e adequada à realidade desta região (Ribeiro 2010: 193-341).

Por último, o autor aborda de forma bastante aprofundada os solos utilizados em *Bracara Augusta*, onde enumera todos os seus particularismos e especificidades (Ribeiro 2010: 377-389).

Após o reconhecimento de todos estes elementos caracterizadores da arquitectura da *villa* de Via Cova, tentamos realizar a mesma tarefa para as outras *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho. No entanto esta tarefa demonstrou-se bastante difícil e ineficaz já que a natureza dos dados conhecidos sobre estes sítios é bastante limitada e descritiva, quase nunca abordando os particularismos arquitectónicos do edificado.

A fase seguinte do nosso trabalho centrou-se na análise dos dados cronológicos que englobou, como é natural, o estudo do espólio. De entre todo o espólio que foi exumado durante as escavações foi individualizado uma série de materiais passíveis de nos dar cronologias e

morfologias. Assim sendo, foi analisada uma amostragem de cerâmica comum (apenas os elementos que nos poderiam dar formas como é o caso de bordos e fundos), os fragmentos de cerâmica importada (TSH, TSHT, TSA), as cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável - TSBT, os engobes brancos, as cerâmicas cinzentas tardias, os metais, os vidros e as moedas.

Posteriormente procedeu-se à realização do desenho arqueológico. Para tal, e dada a fragmentação do espólio, seleccionaram-se todas as formas de perfil completo, os fragmentos decorados e os fragmentos mais relevantes (compostos por bordos, fundos e asas) que, eventualmente, permitissem identificar formas.

Seguidamente classificaram-se todos os fragmentos cerâmicos, quer em termos tipológicos quer em termos cronológicos, preenchendo na tabela da base de dados anteriormente referida os elementos considerados para a sua caracterização morfológica.

Neste campo queremos salientar que, no decorrer do presente trabalho, foi elaborada uma nova proposta para a classificação dos engobes vermelhos não vitrificáveis. Adolfo Fernández e Rui Morais propõem uma nova terminologia para o grupo II das cerâmicas de engobe vermelho estudadas por Manuela Delgado (1993-94) e mais recentemente revisitadas por M. Delgado e Rui Morais (2009). Este grupo de cerâmicas sempre foi visto como uma parte da produção local de cerâmicas tardias em *Bracara Augusta* similares às TSA e TSHT, ainda que reduzida a um âmbito regional. A razão pela qual os autores incluem este grupo de engobes vermelhos na categoria de sigillatas será a mesma que outros autores utilizaram para classificar outras produções tardias como as africanas ou as hispânicas. A inclusão do termo “Bracarense” na nomenclatura refere a zona de origem da produção como a inserção de tardia visa distinguir a produção Bracarense Alto Imperial desta mais tardia (Fernández *et al.* 2012).

No presente estudo serão utilizadas as duas nomenclaturas por motivos meramente operativos, ressaltando-se sempre as diferenças e similitudes nas cronologias.

A mesma classificação foi efectuada para o restante espólio considerado para este estudo: vidros, líticos e metais, de onde salientamos o estudo dos numismas exumados da realidade arqueológica em estudo.

A última etapa deste trabalho consistiu na análise comparativa entre os diversos estabelecimentos do tipo *villae* na região do Entre-Douro-e-Minho, de forma a podermos aferir

algumas analogias entre os diversos sítios, tendo em conta a sua localização, contexto de povoamento, caracterização arquitectónica e processo construtivo.

Parte II

***A villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso)**

1. Introdução

Em Janeiro de 1990, na abertura dos alicerces de uma casa no loteamento de Via Cova, freguesia de Lanhoso, apareceram estruturas arqueológicas que levaram a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso a pedir um parecer à UAUM (Martins 1990a: 1; Martins *et al.* 2010a).

Chamados ao local, os técnicos da UAUM Dr. Francisco Sande Lemos e Dr. Luís Fontes, constatarem a importância das ruínas datáveis de época romana. Para esta apreciação contribuiu a qualidade das estruturas, a sua organização ortogonal, a sucessão estratigráfica e o material de cronologia alto e baixo imperial exumado no local, confirmando, assim, a presença de ruínas de um estabelecimento romano, potencialmente uma *villa* romana (Martins 1990a: 1; Martins *et al.* 2010a).

O interesse revelado pela autarquia na preservação das ruínas, abandonando o projecto inicial de construção, levou a que fossem efectuadas escavações para uma avaliação mais detalhada da extensão e interesse dos vestígios arqueológicos. Foi então pedida a autorização dos SRAZN, tendo aí sido efectuada a primeira campanha de escavações arqueológicas. Estas escavações decorreram entre o mês de Janeiro e Agosto de 1990. Apesar de inicialmente estarem previstos apenas 6 meses de intervenção esta foi prolongada por mais dois meses, sob a responsabilidade científica da Doutora Manuela Martins, dado o seu interesse pelo estudo do povoamento rural romano da região de Braga (Martins 1990a: 1; Martins *et al.* 2010a).



Figura 5 – Vista geral da intervenção de 1990 (foto MDDS).

Esta intervenção ficou por concluir devido a falta de financiamento, ficando prevista a sua conclusão para o ano de 1991, o que não se veio a verificar até a data⁴. Ficaram assim por escavar algumas banquetas, níveis de derrube, enchimento e ocupação nos quadrados A4, B3, C4, D2, E2, E3, F3 e F4, bem como os níveis mais antigos do edifício que sofreu algumas remodelações (Martins 1990a: 1).

Queremos ainda salientar que a área intervencionada em 1990 não foi alvo de mais nenhum trabalho tendo ficado ao abandono até hoje, ficando a área escavada repleta de vegetação e sedimentos, o que dificulta a observação do conjunto escavado.

Em finais de 1999, a cerca de 100 m a Norte da área escavada, foram identificados muros e elementos de arquitectura, nomeadamente um capitel coríntio. Estes vestígios foram detectados e retirados de níveis que se encontravam a grande profundidade, a cerca de 2 metros e que permitem situar aqui a *pars urbana* da *villa*, reforçando a interpretação do local escavado em 1990 como a *pars rustica* da mesma (Carvalho 2008: 232).

⁴ No decorrer desta dissertação de mestrado, houve a possibilidade de retomar e terminar as intervenções iniciadas em 1990. No início do ano de 2010 a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso entrou em contacto com a Doutora Dr.^a Manuela Martins da UAUM, com a pretensão de aterrar a área escavada em 1990. A investigadora informou a autarquia que as escavações ainda não se encontravam concluídas, sendo prematuro pensar-se no aterro de toda a área intervencionada. A autarquia acabou por acordar com outra intervenção arqueológica que permitiria dar os trabalhos como finalizados. No entanto, foi novamente adiada por parte da autarquia por razões completamente alheias à UAUM.



Figura 6 – Vista geral do conjunto escavado (2010).

O objectivo a que se propuseram as escavações feitas em 1990, foi determinar a dispersão das ruínas no terreno e a sua avaliação, o que permitiu à UAUM emitir um parecer à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso em que era sugerido:

a) O abandono do projecto de construção, a integral preservação do sítio e a sua valorização cultural e turística.

b) A salvaguarda dos terrenos limítrofes da área intervencionada, com vista à delimitação da planta do edifício de cronologia romana, pois no estado das investigações efectuadas na altura, o edifício poderia desenvolver-se para NE e para Sul (Martins 1990a: 2).

O recente revolvimento de solos nos terrenos da quinta que se localizam a Norte inviabilizará a avaliação real da extensão do edificado. Já no decorrer deste estudo foram abertas as valas de fundação para uma moradia que ocupará quase toda a área disponível do terreno. Apesar de se encontrar a um nível inferior do terreno onde se registam os vestígios arqueológicos e não se aferir qualquer evidência arqueológica nos perfis dos caboucos abertos, ficamos sem a hipótese de verificarmos como se articularia o edifício no terreno adjacente a Norte.



Figura 7 – Revolvimento de terras no terreno da quinta a Norte do conjunto escavado.

Face a este parecer e aos últimos desenvolvimentos no local parece-nos fulcral terminar a intervenção arqueológica e tentar aferir as potencialidades de todas as áreas adjacentes para daí retirarmos as ilações necessárias para a preservação deste conjunto de ruínas, ímpar no Entre-Douro-e-Minho.

2. Localização e contexto geográfico

O concelho de Póvoa de Lanhoso encontra-se, na sua quase totalidade, delimitado superiormente pelo Rio Cávado e inferiormente pelo Rio Ave, estando apenas, para além deste, as freguesias de Garfe e Sobradelo da Goma (Reis 2006: 21).

A dimensão da bacia hidrográfica do Rio Ave é, aqui, superior à do Rio Cávado, em largura, revelando encostas mais abruptas voltadas a noroeste, e vertentes mais suaves a sudeste, escoando para os afluentes do Rio Ave (Reis 2006: 21).

A orografia é marcada por um relevo extremamente recortado por diversos acidentes orográficos, pela declividade das encostas e pelas superfícies dos vales, conjugadas pela abundância generalizada de água. Estas ocorrências distribuem-se entre as cotas de 200 m nas

zonas mais aplanadas nas margens dos rios Cávado e Ave, e pelas cotas dos 400 m e superiores a 650 m na zona mais Nordeste e Sudoeste do concelho (Matias *et al.* 2008: 10).

É assim possível identificar três unidades morfológicas que se caracterizam (Reis 2006: 23):

a) “Uma pequena superfície de vales” onde se situam os solos de melhor aptidão agrícola, com especial referência para os vales dos rios Cávado e Ave, com cotas até os 200 m e que compreende parte das freguesias que são tocadas por estes rios e seus afluentes.”

b) “A meia encosta e encosta”, com cotas entre os 200 e os 400 m, por vezes de declives acentuados, onde a agricultura e a silvicultura persistem ainda que por vezes em situações difíceis correspondendo grosso modo à parte central do concelho.”

c) “Uma zona de montanha” (a níveis superiores a 400 m), correspondendo às freguesias de Rendufinho, Frades, Serzedelo e Oliveira a NE, Sobradelo da Goma a SE, e freguesias como Covelas, Ferreiros, Lanhoso e Galegos localizadas a Oeste do concelho, onde em largas manchas sobressaem afloramentos rochosos e os solos são, logicamente, de fraca potencialidade agrícola.”

Do ponto de vista geológico, “a área abrangida pelo concelho da Póvoa de Lanhoso é ocupada por rochas graníticas de Idade Hercínica, depósitos de cobertura plio-pleistocénicos e aluviões actuais” (Reis 2006: 24).

Os vestígios da *villa* situam-se num terreno delimitado para construção, loteamento que ocupa os terrenos da antiga Quinta de Via Cova, lugar de Cimo da Vila, freguesia de Lanhoso (Martins 1990a: 2).

O terreno encontra-se delimitado a Sul por uma estrada, a Norte por um muro de suporte de terras que divide o lote de uma quinta, sendo que o desnível entre o lote e o terreno da quinta é significativo. A Este e Oeste o terreno já foi profundamente revolvido pela construção de duas vivendas e respectivos muros de divisão de propriedade, o que afectou profundamente as ruínas de época romana, mais concretamente a Este para onde se prolongaria certamente a casa. Esta hipótese fundamenta-se nas informações orais dos trabalhadores, que afirmam ter destruído solos de tijoleiras e muros aquando da construção das valas para os alicerces da

vivenda. A esta informação acresce a presença de alguns alinhamentos perceptíveis à superfície num terreno já loteado a Este desta vivenda e à face da estrada (Martins 1990a: 2).

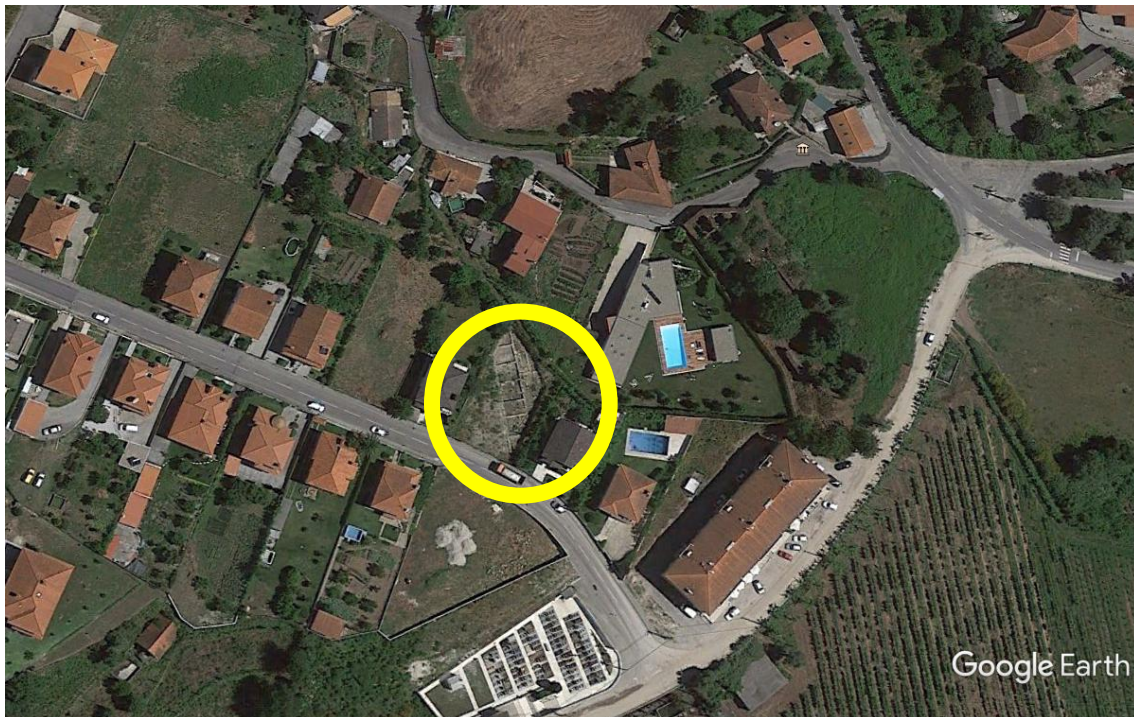


Figura 8 – Localização da *villa* de Via Cova (Google Earth Pro) – imagem de 03/0702016.

O terreno encontra-se delimitado a Sul por uma estrada, a Norte por um muro de suporte de terras que divide o lote de uma quinta, sendo que o desnível entre o lote e o terreno da quinta é significativo. A Este e Oeste o terreno já foi profundamente revolvido pela construção de duas vivendas e respectivos muros de divisão de propriedade, o que afectou profundamente as ruínas de época romana, mais concretamente a Este para onde se prolongaria certamente a casa. Esta hipótese fundamenta-se nas informações orais dos trabalhadores, que afirmam ter destruído solos de tijoleiras e muros aquando da construção das valas para os alicerces da vivenda. A esta informação acresce a presença de alguns alinhamentos perceptíveis à superfície num terreno já loteado a Este desta vivenda e à face da estrada (Martins 1990a: 2).

3. Contexto de povoamento

O conhecimento das realidades arqueológicas da Póvoa de Lanhoso, cujo território se reparte por duas bacias hidrográficas importantes, Cávado e Ave, é bastante diferente. O vale do

Cávado é melhor conhecido fruto de um maior número de trabalhos de investigação, nos quais se destaca o trabalho de doutoramento de Manuela Martins (1990) que incidiu sobre a ocupação proto-histórica e romana desta área (Martins 1990a: 3).

O concelho da Póvoa de Lanhoso, no século I a.C. integrava-se no território dos *Bracari, populi* referidos pelos geógrafos e historiadores da antiguidade e que vários autores localizam entre o Cávado e o Ave. Da mesma forma que outros povos do Noroeste Peninsular, estes povos habitavam povoados fortificados disseminados por montes e vales (Martins *et al.* 2010a).

O povoamento concentrado da proto-história em povoados fortificados faz-se representar por sítios localizados em esporões ou remates de esporão que possuem uma posição de domínio da paisagem: são eles o povoado de Santo Tirso, Castro de Lanhoso/ Monte Castro, e por povoados de vale ou de baixa altitude como o povoado do Monte de Santa Iria (Martins 1990: 90-93, 206-211 *apud* Carvalho 2008: 163-174).

Após as guerras cantábricas, o imperador Augusto criou uma estrutura administrativa nova, sustentada na criação de novos centros urbanos e vias que articulavam estes novos centros entre si, facilitando a circulação de pessoas, costumes e ideias (Martins *et al.* 2010a).

O território do actual concelho da Póvoa integrava-se no território administrativo e económico de *Bracara Augusta*, a única cidade fundada por Augusto a Norte do rio Douro, entre este rio e o rio Minho. Neste território passaria ainda a via XVII do itinerário de Augusto, que ligava Braga a Astorga por Chaves, que para além de ter facilitado a circulação de produtos e pessoas facilitou a rápida romanização deste território (Martins *et al.* 2010a).

Os indicadores importantes da romanização das regiões integradas são patenteadas pelas alterações no modo de explorar os recursos agro-pecuários que se associam às *villae* e estabelecimentos rurais, representados por uma ocupação dispersa do território e também à posse privada da terra. O conhecimento dos sítios com ocupação romana do território de Lanhoso é deficiente, pois foram efectuadas poucas escavações e poucas prospecções (Martins *et al.* 2010a; Carvalho 2008).

Os povoados proto-históricos com sinais de romanização são seguramente o Monte do Castelo, Monte Castro e o Monte de Santo (Martins *et al.* 2010a).

Os vestígios de habitat rural disseminado são mais numerosos mas incaracterísticos quanto à sua tipologia pois quase a totalidade dos sítios foram identificados a partir de cerâmicas recolhidas à superfície, raramente associados a outros elementos construtivos. Com a excepção de Via Cova, que foi alvo de escavações que confirmaram a sua tipologia como uma *villa*, todos os outros são cartografados tendo por base os levantamentos dos anos 80 e 90 efectuados no âmbito de projectos de investigação sobre o povoamento dos vales do Cávado e Ave (Martins *et al.* 2010a).

No lugar de Lamações, freguesia de Friande, são visíveis montículos de pedra que sugerem a presença de estruturas demolidas, associados a fragmentos de tijoleira de tipologia romana (Martins 1990: 90).

Na freguesia de Geraz do Minho, Chã de S. Pedro que corresponde a uma plataforma fluvial que define um pequeno vale abrigado onde são visíveis fragmentos de cerâmica e telha romana, com maior incidência no lugar de Burgos e Infesta (Martins 1990: 91).

No Monte da Chamadoura, freguesia de Monsul, foram detectados fragmentos de cerâmica comum e *tegulae* romana (Martins *et al.* 2010a).

Ainda na mesma freguesia, Monsul, no lugar de Souto – Santa Luzia que se situa numa plataforma fluvial do Cávado foram detectadas vários fragmentos de material de construção (Martins 1990: 91).

Numa área relativamente extensa, que corresponde aos terrenos da Quinta de Arrabalde, freguesia de Moure, encontram-se abundantes fragmentos de cerâmica comum e material laterício de tipologia romana (Martins 1990: 91).

No lugar de Sobradelo, freguesia de Rendufinho, numa zona de confluência de vários montes aparecem abundantes fragmentos de *tegulae*, havendo referências também a um tesouro de moedas romanas, que no entanto desapareceu (Martins 1990: 92).

A freguesia de S. João de Rei é a que fornece mais vestígios de ocupação romana. Uma ara votiva fragmentada encontrada numa parede de uma casa a cerca de 30 m a norte da Quinta do Ribeiro. Conserva apenas as três primeiras linhas e parece ser dedicada a Júpiter Óptimo Máximo. Na vertente Noroeste do Monte Vermelho, encontram-se abundantes

fragmentos de *tegulae*, *imbrices* e pedra trabalhada, apesar de não serem vestígios de alinhamentos. No Campo de Martim, surgem, numa zona de vertente, fragmentos de cerâmica, de telha e de mós (Martins 1990: 93).

Ainda na mesma freguesia, no lugar das Antas, junto à igreja local noticia-se o achado de cerâmicas de construção e doméstica de tipologia romana (Carvalho 2008: 48).

Na freguesia de Verim, junto à Casa das Arcelas encontram-se vários fragmentos de cerâmica romana. Segundo Hipólito (1960-61: 18) em 1939 foi descoberto no mesmo lugar, Sarola, um tesouro monetário, dentro de um pote de barro, sendo este composto por 115 moedas de Constantino Magno (Martins 1990: 93).

Na freguesia de Garfe surgiu uma grande quantidade de vestígios de material laterício, alguns fragmentos de cerâmica comum e um fuste de coluna na Quinta do Barral. Na mesma freguesia, no lugar de Salgueiros, aquando das obras na escola primária em 1968, foram detectadas algumas sepulturas que forneceram algum espólio cerâmico, pregos e uma taça em vidro (Carvalho 1991-92: 159-176).

Na sequência de umas obras na fábrica de Altade em 1978, no lugar da Igreja – freguesia de Brunhais, foi identificado um vaso cerâmico, cuja tipologia sugere a sua inclusão num contexto funerário, sendo de destacar também a presença de inúmeros fragmentos de cerâmica e tegulae nos terrenos envolventes. Esta necrópole situa-se na margem direita do Ave (Carvalho 1991-92: 159-176).

Em Vale da Loura, freguesia de Oliveira numa vasta área compreendida entre os lugares de Passos, Outeiro, Vale da Moura e Fim de Vila, foram identificados inúmeros vestígios de cerâmica e material de construção romano (Martins *et al.* 2010a).

Em Vilar, freguesia de S. Martinho foram identificados vários fragmentos cerâmicos de tipologia romana dispersos por uma grande área (Martins *et al.* 2010a); Carvalho 2008a: 46).

Este conjunto de sítios atesta a intensa romanização do território da Póvoa de Lanhoso que seguramente se relacionarão com o traçado da via XVII que passa na vertente Sul da Serra do Carvalho (Martins 1990a: 4).

Apesar do elevado número de sítios que sugerem a existência de sítios romanos no concelho da Póvoa de Lanhoso, nada sabemos quanto à sua tipologia e cronologia. Por este facto será importante valorizar a *villa* de Via Cova no quadro desta dissertação.

4. Implantação no terreno

A *villa* de Via Cova, ocupa um terreno com suave declive na vertente Sudeste da Serra do Carvalho, à direita da ribeira de Riamondes que pertence a bacia hidrográfica do Ave (Martins 1990a: 3). Situa-se no lugar de Cimo de Vila, num pequeno vale encaixado junto à ribeira de Pregal, sendo delimitado a oeste pelos contrafortes da Serra do Carvalho, a leste e nordeste pelas elevações correspondentes ao monte de S. Pedro e Castro de Lanhoso e, a sul, pela já citada ribeira do Pregal (Carvalho 2008: 231).

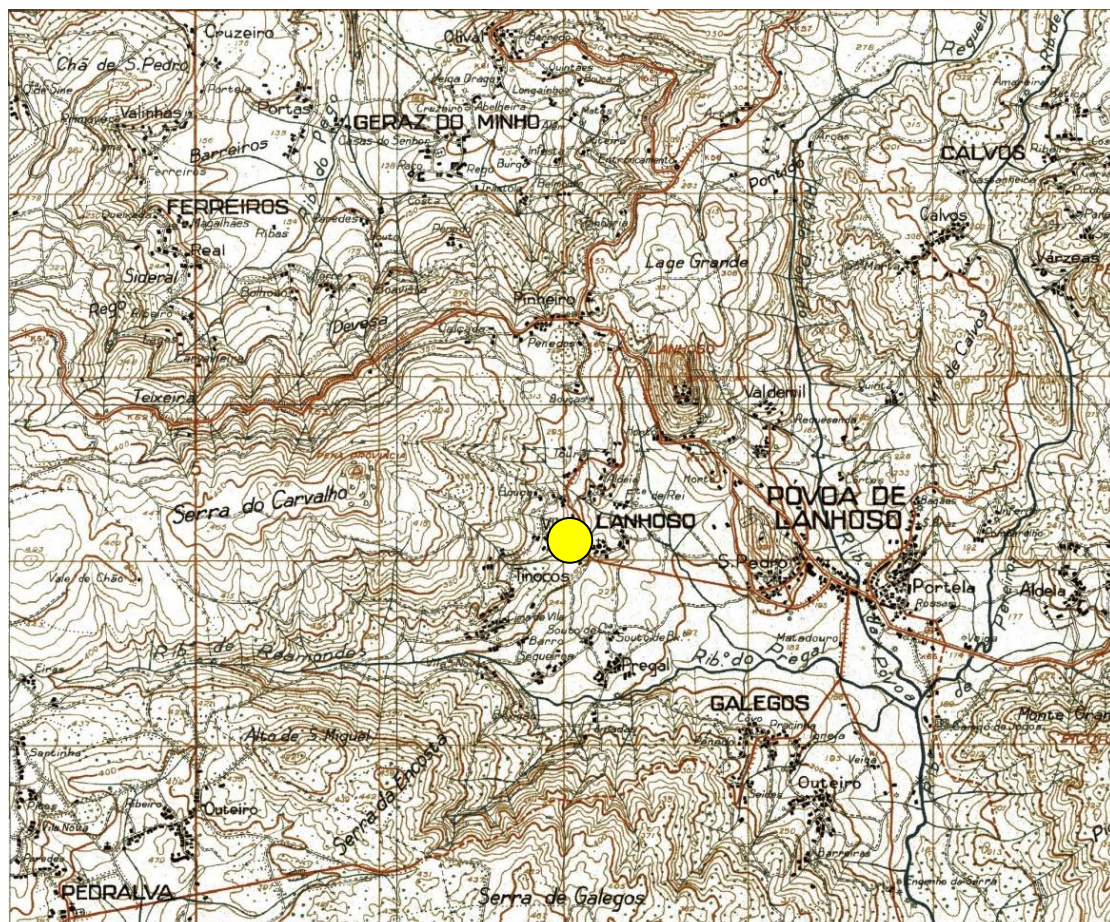


Figura 9 – Localização da *villa* de Via Cova – Extracto da CMP n°57 Escala 1/25000 do Instituto Geográfico do Exército, reimpressão de 1998.

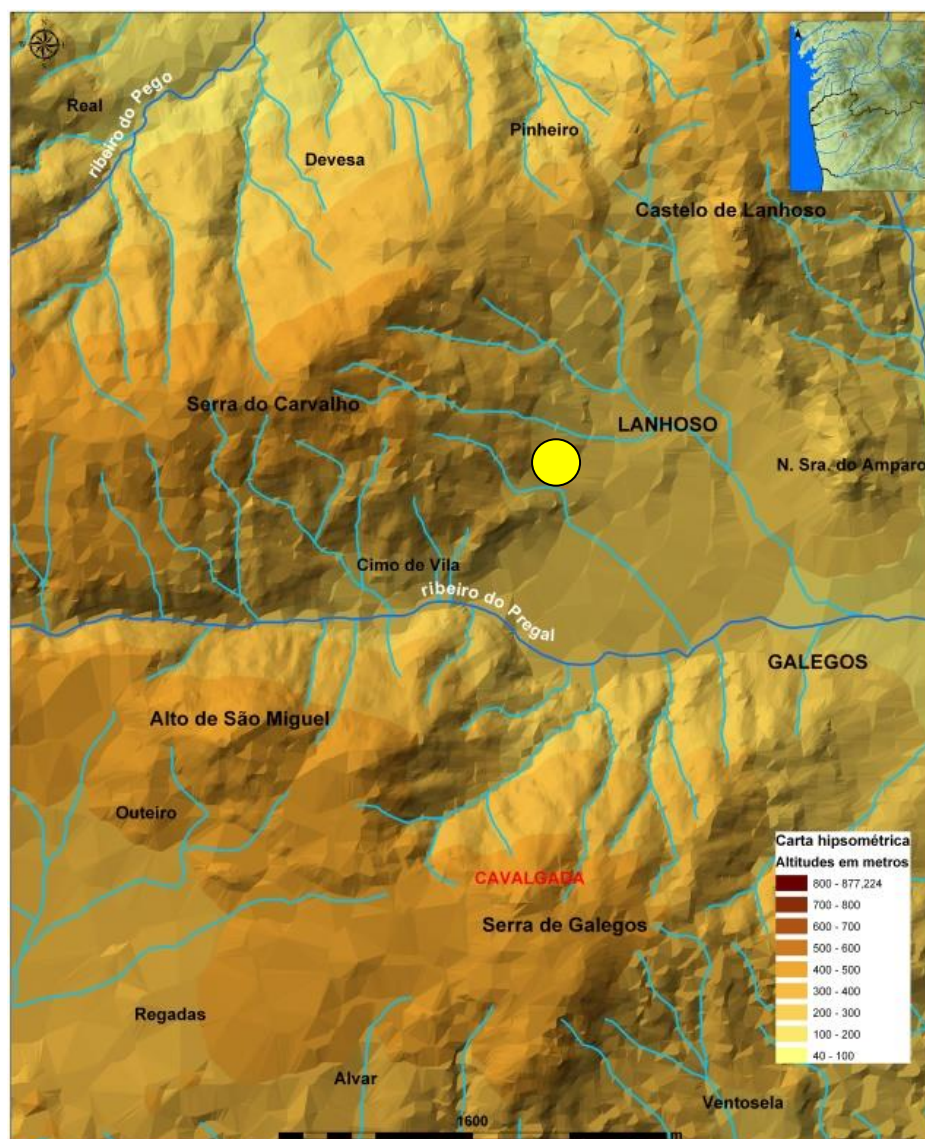


Figura 10 – Localização da *villa* de Via Cova (Cartografia produzida por Luís Sousa).

5. Escavação

A planificação da intervenção arqueológica foi condicionada pelas duas grandes valas abertas em 1990, que se destinavam a implantação dos alicerces da vivenda. Estas valas possuíam uma orientação Sul/Norte e Este/Oeste com cerca de 90 cm de profundidade, onde era possível aferir a existência de um aterro recente, um nível correspondente a camada humosa e um outro que ficava sob este, selando a estratigrafia correspondente a destruição, abandono e ocupação deste sítio (Martins 1990a: 3; Martins *et al.* 2010a).



Figura 11 – Localização das valas abertas para a construção da moradia (foto MDDS).

O terreno disponível para a intervenção arqueológica foi dividido em quadrados de 5m X 5m respeitando a orientação das valas, S/N – E/O, cada um deles identificado por um número e uma letra. Após o início dos trabalhos verificou-se que as estruturas não se desenvolviam para Oeste, onde a alterite se encontra bastante mais elevada, abrindo-se toda a área Este e Norte do terreno.

Até ao momento a intervenção arqueológica, que está longe de se encontrar concretizada, compreendeu a escavação de 14 quadrados, 13 de 4m X 4m e um quadrado de 4m X 2m, separados inicialmente por uma banquetta de 1m. A interrupção das escavações deixou algumas das banquetas e quadrados por escavar, o que nos deixou alguns problemas por resolver entre os quais, as relações entre algumas estruturas, algumas remodelações e a fase inicial do edifício (Apêndice 3).

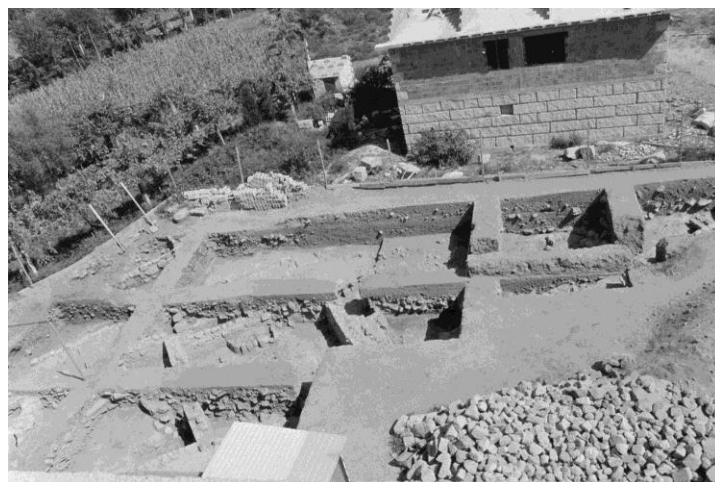


Figura 12 – Vista geral da escavação após o término dos trabalhos (foto MDDS).

5.1. Estratigrafia

Das várias leituras estratigráficas aqui analisadas (Apêndice 10, 11, 12 e 13) nenhuma é completamente esclarecedora de toda a evolução ocupacional do sítio; contudo, traduzem de uma forma bastante explícita as últimas fases de ocupação.

Toda a área demonstra ter sido sujeita a uma terraplanagem recente, que corresponde à UE [01], com sinais evidentes de ser contemporânea ao momento da construção da nova vivenda. A composição das terras e as inclusões culturais, com materiais contemporâneos e romanos em grandes quantidades, que este nível possui demonstra o intenso revolvimento a que foi sujeito o terreno antes da intervenção arqueológica. Em algumas zonas da área intervencionada, este momento de destruição deixou a descoberto níveis arqueológicos onde são visíveis os cortes efectuados no terreno.

Consentâneo com este momento de destruição deverá ser também a UE [02] que corresponderá a mesma acção de terraplanagem.

Apesar de a sua leitura não ser muito clara, a UE [03] configurará um nível mais antigo de nivelamento do terreno após a ruína total do edifício de época romana. Revolvimento a que não serão alheias as UEs [31] e [32] (Apêndice 11.1) que parecem ter rompido os níveis correspondentes à ruína e abandono da casa. Estas duas últimas UEs podem ter sido originadas pela extracção de pedra a que comumente estes sítios arqueológicos são sujeitos.



Figura 13 – Perfil Norte do Quadrado (A4), UEs [31] e [32] (foto MDDS).

Sobre as estruturas, os níveis de derrube e o abandono do edificado detectamos um nível perfeitamente regularizado, só perturbado pelos trabalhos de terraplanagem, que corresponderá ao terreno agrícola, UE [04] (Apêndice 10, 11, 12 e 13), sedimento muito revolvido pelos trabalhos agrícolas que corresponderá à camada humosa deste terreno. Os sinais de agricultura intensa nesta área não são muito claros, mas a diferente largura que esta unidade estratigráfica apresenta, sendo menos espessa a Oeste e apresentando uma maior potência a Este, o que acompanha o pendor natural do terreno, leva-nos a colocar como hipótese que se tratará de um aterro para regularização do terreno para a prática agrícola. Este constituirá a selagem de toda a estratigrafia cronologicamente segura, apesar de persistirem algumas dúvidas sobre os níveis [05] e [06] que poderão ter sido sujeitos a revolvimentos numa acção delineada para extracção e roubo de pedra trabalhada.

As tradicionais queimadas são uma técnica agrícola muito usual no Entre-Douro-e-Minho, estas possuem duas funções distintas: é uma forma dos agricultores tornarem a terra mais fértil ao mesmo tempo que possibilita a limpeza dos campos dos excedentes das podas.

A UE [05] (Apêndice 10, 11, 12 e 13) pelo seu tom escuro, pelas bolsas de saibro e pela concentração de carvões a espaços poderá constituir um nível de derrube com incêndio em determinadas zonas. Por outro lado, se colocarmos a hipótese que sobre este nível existiria uma fina camada de terra onde foram efectuadas queimadas, e se pensarmos que posteriormente, estas áreas foram sujeitas à extracção e roubo de pedra, teríamos um nível de derrube que foi revolvido superficialmente após a sua deposição, misturando os níveis contemporâneos das queimadas com o derrube.

A primeira hipótese, isto é, constituir um nível de derrube com incêndio, leva-nos a questionar como terá ocorrido a ruína do telhado e das estruturas. Teria a ruína do edificado sido sujeita a um incêndio? Não é claro, porque a fórmula mais natural seria os indícios de incêndio estarem distribuídos uniformemente e sob o derrube do telhado, o que não acontece em toda a área escavada. De acordo com o registo arqueológico os níveis de derrube dos telhados, estão sob este nível e sem sinais aparentes de incêndio.

Por sua vez a segunda hipótese, que determina que as queimadas possam estar na origem destas manchas de incêndio, também não demonstra grande consistência, já que não foram exumados materiais que sustentassem de forma inequívoca esta hipótese de trabalho.

Contudo, pensamos que o mais verosímil será tratar-se de um nível de derrube que após a sua deposição foi sujeito a um incêndio a que o revolvimento provocado pela extracção e roubo de pedra não será alheio à sua composição, textura e cor.

É ainda de salientar que UE [05] parece ter constituído a base para a construção das estruturas [91] e [92], apesar das mesmas se encontrarem cobertas pela UE [05]. A escavação do quadrado (F4) ainda não se encontra concluído, o surgimento de restos de um pavimento no seu interior, UE [115], denota um grande revolvimento neste sector, podendo as referidas estruturas, UE [91] e [92], constituir muros de suporte de terra posteriores à ocupação romana (Apêndice 1). Esta asserção também tem em conta os métodos e técnicas construtivas que ambos apresentam.



Figura 14 – Vista geral do Quadrado (F4), UEs [05], [91], [92] e [115] (foto MDDS).

Da mesma forma a UE [06] (Apêndice 10, 11, 12 e 13) que possui uma distribuição mais circunscrita em área, contém uma composição, textura e concentração carvões aproximada a UE [05], diferindo na cor, mais clara de acordo com a tonalidade natural das argamassas.

Por baixo destes dois níveis foram identificados vários níveis de derrube com muito material de construção e pedra trabalhada, alguns apresentam indícios de incêndio que poderão constituir o derrube das coberturas, são eles as UEs [08], [15], [39], [41], [44], [45], [56], [60], [61], [65], [66] e [72] (Apêndice 10, 11, 12 e 13). Destes apenas subsiste a dúvida nas UEs [41] e [45] que apresentam apenas muito material de construção na sua parte superior com manchas de cinza em toda a sua extensão, levando-nos a considerar que poderão ser níveis de abandono. A diferenciação destes níveis de derrube, correspondentes ao declínio e ruína do edifício, baseia-se na sua diferente composição, especialmente na cor dos sedimentos que acompanham os restantes constituintes naturais que definem os derrubes, pedra e material de construção. Veremos ainda neste trabalho, como esta diferenciação corresponderá a momentos diferentes de ruína e declínio deste edifício. Neste aspecto será importante a cultura material que acompanha cada um deles.



Figura 15 – Plano 6 do Quadrado (D3) [39] [44] (foto MDDS).

Num edifício que terá tido uma vida presumivelmente longa é essencial a análise detalhada dos níveis de abandono e ocupação que esta possuirá no interior de cada compartimento. Só assim conseguiremos compreender se a edificação foi abandonada total ou parcialmente e em que período é que isso aconteceu.

Neste aspecto, o estudo analítico da realidade estratigráfica presente no interior de cada espaço é deturpado pela falta de leitura horizontal que uma escavação em área proporcionaria. Contudo, é notória a acumulação de sedimentos sob os níveis de derrube que nos poderão indiciar momentos de abandono e ocupação que tentaremos interpretar da melhor forma.

Um nível de abandono envolve necessariamente que o edifício, antes da sua ruína, tenha ficado determinado tempo sem utilização, o que favorece a acumulação de sedimentos sobre os níveis de circulação.

Este fenómeno verifica-se em algumas zonas onde os sedimentos sobre os pavimentos e sob os níveis de derrube não nos deixam muitas dúvidas na sua interpretação, como é o caso das UEs [63] que se encontra sobre o pavimento [110] (Apêndice 10.2; Apêndice 11.3; Apêndice 13. 6), UEs [52] e [53] que se encontram sobre o pavimento [113] (Apêndice 10.3), UE [41] que se encontra sobre o pavimento [42], as UEs [12], [13] encontram-se sobre os pavimentos [116] (Apêndice 10. 1; Apêndice 11. 3; Apêndice 12. 1; Apêndice 13.4 e 13.5), as UEs [07], [34], [35] e [37] que se encontram sobre o pavimento [118] (Apêndice 11 – 2), as UEs [40], [56], [57] que se encontram sobre o pavimento [114] e a UE [67] que se encontra sobre o pavimento [111] (Apêndice 11. 4; Apêndice 12. 3).

Diferente será o caso da UE [43] que se encontra sobre o pavimento [119], que estando sob o pavimento [42] parece constituir um enchimento propositado para a desafecção da estrutura [146] elevando a cota do compartimento.

É ainda de salientar as UEs [14], [18], [19], [20], [24], [25] e [28] que se encontram sobre o pavimento [116] (Apêndice 10, 11, 12 e 13), e que tendo em conta a sua composição, parecem ser parte do pavimento mas algo degradado, que terá sido escavado por defeito. Estes pavimentos são compostos por sedimentos algo heterogéneos, bastante compactos com carvões e muitos elementos líticos polidos acompanhados de inúmeros fragmentos de material de construção.

Os pavimentos neste tipo de edifício fazem-se compor, na sua maioria, por níveis de terra bastante compactados com alguns carvões á mistura. Com a excepção do pavimento com a UE [119], que parece ter sido um pavimento em *opus signinum*, todos os restantes são níveis algo irregulares bastante heterogéneos que fazem adivinhar a sua funcionalidade; no entanto não colocaremos de parte a hipótese de se tratar da preparação de um pavimento que foi destruído.



Figura 16 – Plano final Quadrado (C3) [119] (foto MDDS).

Queremos ainda referir a UE [51], nível muito compacto com carvões dispersos, que poderá constituir um nível de ocupação. Esta interpretação está condicionada pelas banquetas que dificultam a sua correcta leitura; contudo este sedimento parece constituir um pavimento que condenou as estruturas [89] e [90], encostando à estrutura [94].

Sob a estrutura de combustão com a UE [120] surge um nível que parece estar intrinsecamente ligado à sua utilização / abandono, UE [74] (Apêndice 13. 6). Será ainda de salientar que este nível não se estende de forma uniforme sobre esta estrutura, havendo zonas em que esta estrutura fica sob o nível de derrube UE [65].



Figura 17 – Plano final Quadrado (F3) [120] (foto MDDS).

Apesar da sua interpretação ser algo ambígua, a estrutura de combustão com a UE [137], possivelmente uma lareira, possui um nível com material de construção que também poderá estar ligado à sua utilização / abandono, UE [77] (Apêndice 12.2).

A estrutura de combustão, UE [106] possui um nível, UE [59] (Apêndice 13)., composto por sedimentos escuros com inúmeros carvões que certamente corresponderá ao nível de utilização desta infra-estrutura.

Nem só de níveis de ocupação, abandono e destruição se faz a realidade estratigráfica da área escavada, a provável vida longa da casa criou a necessidade orgânica de reorganização do espaço do edifício. Estas remodelações exigem normalmente a desmontagem de estruturas, abrir e entaipar portas e janelas, e por último repavimentações que originam elevar ou descer a cota dos níveis de ocupação.

É neste último contexto que nos vamos concentrar, sendo os outros tratados aquando da descrição das técnicas utilizadas na construção deste edifício.

Alguns sedimentos estarão nitidamente ligados à desafecção de partes do edifício e de estruturas que foram inutilizadas, vulgarmente considerados como níveis de enchimento, sendo

os casos mais evidentes as UEs [62], [82], [69] e [133]. A UE [69] está intrinsecamente ligada à desafecção da estrutura [89], conjuntamente com o possível pavimento [51], anteriormente mencionado, e o pavimento [113] corresponderá a uma reorganização do espaço de circulação.

As UEs [62] e [82] (Apêndice 10) constituem dois níveis de enchimento claros de um espaço por onde inicialmente se estenderia a estrutura [93] e onde encostaria o pavimento [110], sendo que este último condenou a estrutura [86]. A necessidade de reorganização deste espaço compreendeu a desmontagem parcial da estrutura [93] e o enchimento desse espaço vazio com a UE [62] que nos forneceu alguns elementos arquitectónicos, entre os quais um fuste que se encontrava encostado à estrutura [138].

Resumindo, a realidade estratigráfica da área escavada demonstra cinco momentos muito vinculados: a destruição e revolvimentos provocados pela construção da vivenda, o aproveitamento agrícola do terreno, os derrubes do edifício romano, indicia algumas remodelações e abandono de partes do edifício e por último os níveis de ocupação da última fase de utilização da casa.

5.2. Descrição arquitectónica

As escavações arqueológicas permitiram colocar a descoberto a ala de um edifício, definido por dois grandes muros, [84] e [87] (Apêndice 2), com nítidas remodelações, que se desenvolvem de SSE para NO (Apêndice 1). Com cerca de 24,5 m de comprimento por 5,70 m de largura organiza-se em sete compartimentos distintos e um pátio exterior a NE, que corresponderão à última fase de ocupação.

A análise estrutural do edifício não nos deixa qualquer dúvida, que a construção tal como ela se apresenta corresponde a uma remodelação de uma edificação anterior, cuja morfologia é impossível restituir com exactidão quer pela falta de dados que uma escavação por concluir nos oculta, quer pela falta de leitura integral da área construída.

Numa primeira abordagem ao programa construtivo deste edifício parece-nos importante referir uma etapa prévia à construção propriamente dita, a preparação do terreno. A irregularidade do relevo e o pendor que o mesmo apresenta levava a que muitas vezes se procedesse à regularização da topografia natural do terreno para implantação de um edifício. O

recorte natural do terreno, característico nesta zona, não deixaria muito espaço para a implantação deste tipo de infra-estrutura que se queria sólida e multifuncional, para melhor servir os propósitos do seu proprietário.

Na área Oeste do terreno é evidente a diferente planimetria que o terreno usufruía, com a alterite muito elevada a Oeste e de pendor algo acentuado para Este. Esta morfologia deficiente do terreno terá sido solucionada pelo rebaixamento da alterite a Oeste, UE [46] (Apêndice 2), proporcionando assim terrenos mais sólidos e regularizados para a construção do edificado. Isto é, esta ala terá sido construída numa plataforma sólida obtida através de alguns cortes e surribamentos no granito em decomposição, mais vulgarmente saibro ou alterite, formando uma base para o assentamento dos muros e dos pavimentos do edifício. Da mesma forma acreditamos que este rebaixamento da alterite serviu para ganhar terreno para a construção, podendo assim usufruir de espaços mais amplos, e o aproveitamento de matéria-prima para a construção.



Figura 18 – Plano Quadrado (E2), afloramento talhado (foto MDDS).

De todo o registo arqueológico conservado, a estrutura [84] (Apêndice 2) parece constituir um muro cego, o único muro exterior até agora descoberto, que definiria a fachada

OSO do edifício. Parece constituir uma parede estrutural do edifício, através do qual se desenvolvem as restantes soluções arquitectónicas.

Não nos é possível definir a extensão total desta estrutura; contudo a mesma apresenta algumas evidentes reformulações patenteadas nas diferentes técnicas construtivas, nomeadamente as UEs [138], [139] e [142] (Apêndice 14.1).

Na parte até agora colocada a descoberto podemos aferir que: a estrutura [84] faria parte da edificação inicial, correspondendo assim ao momento mais antigo de construção. No entanto, como anteriormente já foi referido, é uma estrutura bastante reestruturada o que nos dificulta a sua interpretação. Pensamos que a mesma apresenta dois tramos bem conservados que apenas são interrompidos pelas remodelações do edificado. Assim o primeiro tramo apresenta 19,40 m de comprimento por 0.65 m de largura. O segundo tramo aparenta possuir as mesmas soluções e técnicas construtivas do primeiro tramo, possuindo cerca de 1 m de comprimento por 0.65 m de largura.

Apesar da leitura não ser totalmente clara, no quadrado (D2) pensamos estar na presença de uma remodelação [142] que poderá corresponder a uma reorganização do espaço para a construção da estrutura [85].

A possível remodelação, UE [142], possui cerca de 0.85 m de comprimento por 0.60 m de largura e é constituída por elementos com forma e dimensões diferentes que nos permite fazer a sua individualização (Apêndice 14.1). Parece-nos que a utilização das mesmas técnicas construtivas nas estruturas [142] e [85] indicia a contemporaneidade entre ambas.

A NO surgem-nos dois pequenos segmentos de muro que apresentam soluções e técnicas construtivas distintas e poderão corresponder a remodelações/reparações do edificado.

A estrutura [139] possui cerca de 1,10 m de comprimento com um só paramento interno. Da mesma forma a estrutura [138] apresenta as mesmas soluções e técnicas de construção da estrutura anterior, um paramento, com 1,64 m de comprimento (Apêndice 14.1). Estas estruturas poderiam corresponder a momentos diferentes de remodelação/reparação, já que elas possuem aparelhos ligeiramente desencontrados e com indícios de serem autónomos, como iremos exemplificar mais a frente.

A delimitar a NE esta ala do edifício e a fazer a transição para o possível pátio está a estrutura [87] (Apêndice 2), com cerca de 10,30 m por uma largura que oscila entre os 0.45 m e os 0.50 m (Apêndice 15). As remodelações nesta estrutura parecem reflectir-se na zona da estrutura de combustão [106], em cerca de 2 m que poderá estar intrinsecamente ligada à própria construção do referido forno, e à remodelação evidenciada pela UE [143] no extremo NO.

No quadrado (F2) surge no alinhamento do muro [87] um segmento, UE [143], que se distingue pelas suas características dissemelhantes (Apêndice 15); os elementos pétreos são mais toscos e de maiores dimensões e assentam sobre sedimentos. Poderá constituir uma remodelação efectuada na última fase de ocupação.

Esta estrutura, [87] não constitui certamente um muro da fase inicial de construção, já que o mesmo parece desafectar as estruturas [93] e [94] (Apêndice 2), o que nos indicia que a dimensão dos compartimentos mais antigos seria diferente, sendo a estrutura [94] o limite da fachada NE da fase inicial.

A NE da ala detectamos a estrutura [100] (apêndice 2) que parece delimitar um espaço de circulação, corredor, que articularia os vários espaços do edifício pelo exterior e daria acesso a um possível pátio central. Contudo, nitidamente esta estrutura não será da última fase de ocupação já que é condenado pelo pavimento [116] (Apêndice 1) e por todos os outros níveis associados a este, conforme foi descrito anteriormente. Poderá ser contemporânea da estrutura [84] e delimitar um espaço de circulação, articulando esta estrutura com a estrutura [94]. No entanto, o actual estado das investigações, a escavação por concluir do quadrado (E2) e a presença de duas banquetas não nos permite fazer uma leitura clara das realidades arqueológicas para nos aproximarmos desta nossa asserção.

Uma vez que não nos é possível delinear a interpretação do edifício nas fases precedentes ou fase precedente, passamos a caracterizar o espaço correspondente ao edifício da última fase de ocupação.

O programa construtivo deste edifício, tal como chegou até nós, resume-se a sete compartimentos rectangulares e a um pátio exterior, tal como já foi referido anteriormente. Contudo, há muitos aspectos que ainda desconhecemos devido ao facto da escavação ainda se

encontrar por concluir. Um desses aspectos prende-se com as entradas e o circuito de circulação no interior do edifício. Os acessos não poderiam ser efectuados pela fachada sudoeste já que a alterite se encontra a uma cota elevada e não há vestígios de qualquer estrutura que possa servir de acesso.

Neste capítulo queríamos destacar a presença de uma escadaria, UE [109], no interior do C. 3 que encosta ao paramento SSE da estrutura [95] (Apêndice 1 e 8). Aparentemente, a escadaria é composta por dois degraus com 1,25 m de comprimento por 0.35 m de largura no inferior e cerca de 0.40 m no degrau superior. A diferença de cotas entre estes dois degraus sugere-nos que seria uma escadaria com cerca de 0.20 m de espelho.

No degrau inferior foi detectado um revestimento com muito material de construção de pequenas dimensões, provavelmente *opus*, idêntico ao pavimento [119] (Apêndice 1 e 2). No entanto não é de excluir a hipótese que esta escadaria seja contemporânea do pavimento [42] (Apêndice 10.3) já que um espelho de 0.50 m parece-nos exageradamente alto, o que dificultaria a circulação a partir do pavimento [119].

A cota do pavimento [42] é de -1.52 m, o que reduzia a altura do espelho do degrau para cerca de metade, ficando equivalente ao espelho do degrau superior.

A única convicção que temos é que esta estrutura não possui indícios de continuidade no C. 4, onde deveria existir uma infra-estrutura igual ou idêntica para estas escadas fazerem sentido. Os indícios de pavimento no interior do C. 4, UE [114] estão à cota de -1.80 m, mais ou menos ao mesmo nível do pavimento [119], contudo como já referimos anteriormente as escadas, a serem contemporâneas do pavimento [119], não constituíram uma boa solução de acesso.

Ainda dentro desta temática, e apesar de não fazer parte da última fase de ocupação, queríamos mencionar, na zona sudoeste dos quadrados (D2) e (E2), a forma como a alterite foi trabalhada em dois patamares ao longo do C. 5. Como a planta o documenta (Apêndice 1 e 2) e como já anteriormente referimos, neste sector as estruturas aparentam ser fruto de remodelações do edifício. Ao analisarmos o registo fotográfico e gráfico (Apêndice 1) da intervenção arqueológica, nestes quadrados, ficamos com a sensação que estes entalhes na alterite em pequenos socacos, com diferenças de cotas entre patamares que ronda os 0.30 m,

poderiam constituir um acesso lateral do edifício numa fase inicial de ocupação. Hipótese de trabalho pouco consistente que necessitará de confirmação em trabalhos futuros, porque no actual estado das investigações não há nenhuma evidencia que confirme esta tese.



Figura 19 – Quadrado E2, afloramento talhado em patamares (foto MDDS).

Mesmo assim optamos por deixar aqui a linha de pensamento que nos levou a equacionar esta hipótese de trabalho. Esta entrada daria para uma espécie de corredor delimitado a SSE pela estrutura [93], que pensamos ter sido desmontada em todo o C 5, e pela estrutura [86] a NO, condenada pelo pavimento [110] (Apêndice 2). Segundo a nossa linha de investigação, esta provável entrada terá sido entaipada em dois momentos que corresponderão à edificação da estrutura [139] num primeiro momento e [138] num segundo momento (Apêndice 14.1).

Os problemas sentidos nesta fase interpretativa acerca do programa de circulação que articulava os sete compartimentos e o provável pátio central, só serão dissipados com a conclusão da intervenção arqueológica.

O término da escavação poderá dar-nos boas indicações acerca das técnicas construtivas e das soluções utilizadas em cada uma das fases de ocupação. Apesar deste

objectivo ser impossível de concretizar neste momento, iremos seguidamente descrever a configuração de cada um dos oito compartimentos, embora desconheçamos as reais dimensões de alguns deles.

5.2.1. Compartimento 1

Desconhecemos as dimensões exactas do C. 1 (Apêndice 8) porque a estrutura que o delimitaria a SSE está incompleta e não possui área suficiente escavada para aferirmos o seu fecho a NE. Este compartimento é formado pela estrutura [84] a OSO, estrutura [99] a SSE e pela estrutura [97] a NO (Apêndice 1 e 2).

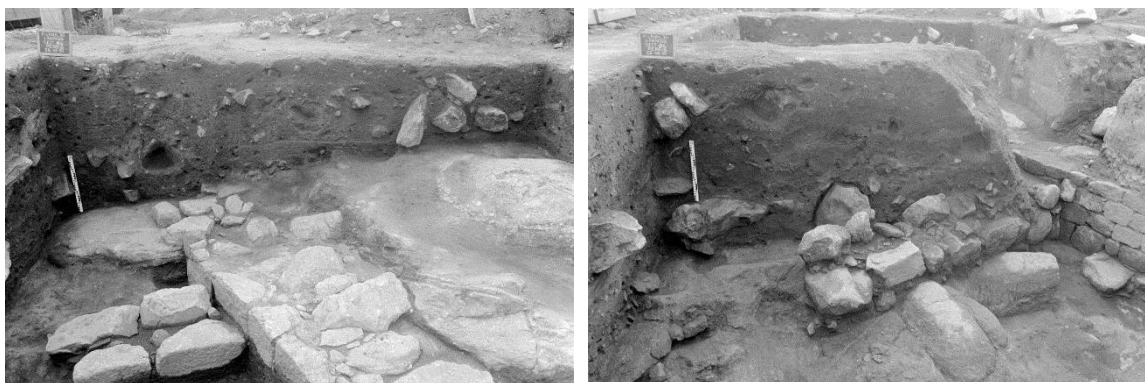


Figura 20 – Quadrado A4, estrutura [99] e Quadrado B4, estrutura [97] que encosta a estrutura [84] (foto MDDS).

Este compartimento configura-se como rectangular (Apêndice 8), à semelhança de todos os outros, no entanto possui uma largura mais modesta, se considerarmos que o seu comprimento será semelhante a todos os outros, as suas dimensões são 3,5 m de largura por 5,75 m de comprimento. Esta asserção baseia-se na dedução que a estrutura [99] terá o mesmo comprimento das estruturas que lhe são paralelas, [97], [98], [95], [85] e [83] (Apêndice 2).

No interior deste compartimento não foi detectado qualquer indicio de pavimento, apesar de a alterite se encontrar perfeitamente regularizada.

A sua funcionalidade é ainda desconhecida quer pela ausência de leitura da área total deste espaço quer pela ausência de materiais que nos indiquem a sua funcionalidade.

5.2.2. Compartimento 2

O C. 2 (Apêndice 8) tem dimensões semelhantes ao C. 4 (Apêndice 8), 5,75 m de comprimento por 5,05 m de largura, sendo delimitado pela estrutura [84] a OSO, [97] a SSE, [98] a NO e pela estrutura [87] a NE (Apêndice 2).

No interior deste compartimento surge-nos um alinhamento SSE/NO composto por dois muretes, estrutura [101] (Apêndice 1 e 2), que dificulta a interpretação deste espaço. A presença desta estrutura sugere-nos uma divisão de espaço interno. A leitura não é totalmente esclarecedora já que a escavação do quadrado (C4) ainda não foi concluída, havendo ainda as UEs [04], [05] e [54] por escavar. Importa frisar que as estruturas [101] e [97] parecem obedecer aos mesmos métodos e técnicas de construção, mas não têm qualquer relação física que possa indiciar a contemporaneidade de ambas (Apêndice 1 e 2). Estes dois muretes [101] podem constituir um marco de divisão de áreas distintas dentro do mesmo espaço.



Figura 21 – Quadrado C4, estrutura [101] e [98] (foto MDDS).

No entanto, uma remodelação numa fase mais tardia de ocupação patenteada por um pavimento em terra batida [118] condena aparentemente estes dois muretes correspondentes à estrutura [101], tornando o espaço mais amplo.

Como já foi referido a escavação deste compartimento revelou restos de um pavimento em terra batida, [118] (Apêndice 1 e 2), que se sobrepõe a três níveis de preparação, UEs [37], [121] e [122], que se caracterizam pela sua heterogeneidade de tons maioritariamente escuros com material lítico e de construção de pequenas e médias dimensões. A estes níveis, que poderemos classificar como enchimentos ou preparação, deveria ter-se sobreposto um piso de tipo *opus*, quase totalmente desfeito que corresponderá ao piso [118].

A ausência de materiais e estruturas que ajudem a caracterizar este espaço do ponto de vista funcional não nos permite avançar na caracterização deste compartimento.



Figura 22 – Quadrado (B4), pavimento [118] (foto MDDS).

5.2.3. Compartimento 3

A intervenção no C. 3 (Apêndice 8) viria a revelar um conjunto de estruturas pertencentes a fases distintas, no entanto a sua correcta interpretação encontra-se dificultada pela presença das banquetas Sul e Este do quadrado (C3) e pela notória destruição provocada pela abertura da vala de fundação para os alicerces da nova construção no sector NE do compartimento.

O C 3 é o resultado da construção da estrutura [84], [87], [95] e [98] (Apêndice 1 e 2), apesar das estruturas [84] e [95] apresentarem uma relação de contemporaneidade, possuem aparelhos algo distintos como vamos ver mais à frente (Apêndice 14.1; Apêndice 16. 4 e 16.5).

Desconhecendo-se mais dados sobre este compartimento, sabemos que possui uma forma rectangular com 5,75 m de comprimento por 3,65 m de largura. Estas medidas correspondem a área definida pelas estruturas [84] a OSO, [87] a NE, [95] a NO e [98] a SSE, contudo é de assinalar que a área utilizável nesta ultima fase de ocupação foi substancialmente reduzida pela construção da estrutura [102], [108], [109] e [146] (Apêndice 1 e 2).

A estrutura [102] ocupa a zona OSO do compartimento e se estende de SSE para NO, ao longo da estrutura [84], possui apenas paramento interno onde encosta a estrutura [98], revelando-nos uma relação de posterioridade.



Figura 23 – Quadrado (C3), estrutura [98] e [102] (foto MDDS).

A largura desta estrutura, ou melhor do seu paramento exterior e respectivo enchimento, corresponde a 1 m, encurtando assim o comprimento do C. 3 para os 4,75 m.

Esta estrutura, apesar de não ser muito claro, parece relacionar-se com a estrutura [108] que se desenvolve de OSO/NE, ao longo da estrutura [95], articulando-se com as escadas [109] (Apêndice 1 e 2). No entanto esta leitura está bastante dificultada pelo grau de destruição que esta estrutura, mas no sector OSO ainda é perceptível um alinhamento de duas pedras que indiciam que esta estrutura teria a mesma largura que a estrutura [102], cerca de 1 m, o que reduz a largura do compartimento para 2,65 m.



Figura 24 – Quadrado (C3), estrutura [102], [108] e [109] (foto MDDS).

Sendo assim teríamos um compartimento que nas paredes exteriores teria as dimensões de 5,75 m por 3,65 m, o qual, ao nível térreo possuiria um espaço de 4,75 m por 2,65 m.

A destruição dos muros levanta-nos algumas dúvidas quanto à sua funcionalidade e real dimensão. De acordo com o registo arqueológico a estrutura [102] (Apêndice 2) é um muro interno de engrossamento da estrutura [84] que possivelmente se articularia com a estrutura [108]. É certo que este engrossamento das paredes só é visível a OSO e NO do C. 3, partindo do pressuposto que as duas pedras perfeitamente visíveis a OSO e no alinhamento das escadas, sejam os alicerces de uma estrutura completamente destruída.

Ambas as estruturas poderiam articular-se com as escadas [109] e estabelecer um patamar de circulação acima do nível de ocupação do C. 3, acedendo-se ao interior do mesmo através das escadas. Tendo em conta os vários aspectos até agora observados, parece-nos que a estrutura [102] poderia ter mais altura, cerca de 0.68 m, relacionando-se com o muro [108], à mesma cota, e as escadas [109] o que viabilizaria esta hipótese de trabalho.

A parte superior destas estruturas teria de ser perfeitamente regularizada e a entrada poderia ser efectuada a partir do C. 2, na zona do quadrado B3 que se encontra por finalizar, através de uma escadaria, para tornar esta interpretação mais assertiva.

Voltando à escadaria parece-nos evidente que a sua presença nos indica que o pavimento deste compartimento possuiria um solo rebaixado, o que justifica a presença destes degraus de acesso adossados na estrutura [95] (Apêndice 1). Assinalamos também, que o primeiro degrau desta escadaria parece possuir indícios de uma camada de *opus* muito destruído, dando-nos indícios que os degraus seriam revestidos por este tipo de acabamento.



Figura 25 – Quadrado (C3), estrutura [109] e revestimento [144] (foto MDDS).

Os indícios de revestimento de *opus* no primeiro degrau poderão indiciar que estamos na presença de um compartimento que teria uma função de conter líquidos, já que uma das

características deste tipo de pavimentos é ser impermeável. A consolidar esta tese temos uma espécie de rego aberto no areão granítico paralelamente á estrutura [95] que será definido por algumas pedras [146], sendo de realçar que a estrutura [87] possuía uma abertura, cuja função poderia estar associada ao escoamento de águas.



Figura 26 – Quadrado (D4), estrutura [87], possível abertura para escoamento de águas (foto MDDS).

A construção das estruturas [102] e [108] paralelamente às estruturas [84] e [95] (Apêndice 2) poderia também reforçar essa impermeabilização do *opus*. Contudo parece-nos estranho que esta solução técnica de impermeabilização não se tenha repetido nos outros quadrantes do compartimento, nomeadamente no sector SSE e NE.

A asserção mais sólida que possuímos é que se trata de um compartimento com o pavimento rebaixado com a funcionalidade de armazenar produtos agrícolas.

Todas as hipóteses interpretativas anteriormente avançadas, acerca das estruturas [102], [108], [109] e respectiva funcionalidade necessitam obrigatoriamente de mais escavação, nomeadamente a desmontagem das banquetas e a conclusão do quadrado (B3).

Não se encontraram aqui vestígios seguros de pavimentos mas, contudo, existem dois níveis que poderão indiciar dois níveis de circulação correspondentes a duas fases de ocupação.

A UE [42] é composta por argamassas bejes bastante compactadas que ocupam quase a totalidade do compartimento (Apêndice 10.3). Desconhecendo-se a informação acerca da constituição do pavimento que provavelmente se sobreporia, optamos por designá-lo por pavimento, porque a sua composição e características leva-nos a supor que, caso não se trate de um pavimento, seria o núcleo de um piso totalmente destruído. No actual estado das investigações pensamos que a construção do solo [42] terá condenado o pavimento [119] e a estrutura [146], mantendo a funcionalidade das estruturas [102] e [108].



Figura 27 – Quadrado C3, perfil Este e UE [42] (foto MDDS).

Abaixo deste surge-nos a UE [119] (Apêndice 1), que apesar de não possuir as características do pavimento [42], é composto por sedimentos bejes amarelados, algo heterogêneo com muito material lítico e de construção de pequenas dimensões misturado com muitos carvões, que lhe confere as particulares de um pavimento ou de um nível de preparação de um piso. A regularidade em toda a sua extensão reforça esta hipótese.

Relembrando a hipótese já levantada anteriormente, a UE [43] que se encontra sobre o pavimento [119] e sob o pavimento [42], parece constituir um enchimento propositado para a desafecção da estrutura [108] e do pavimento [119] elevando a cota do compartimento.

De acordo com os dados recolhidos na escavação, o nível de ocupação correspondente a última fase seria o pavimento [42] já que a diferença de cota entre o pavimento [119] e o primeiro degrau é de cerca de 0.50 m, inviabilizando ou tornando o acesso difícil a escadaria, como já foi referido. Enquanto a cota do pavimento [42] reduziria essa diferença para os 0.20 m, constituído uma medida mais ou menos normal para um espelho de escadas.



Figura 28 – Quadrado (C3), Este, UE [119] (foto MDDS).

5.2.4. Compartimento 4

O C. 4 (Apêndice 8) é definido pelas estruturas [95] a SSE, [84] e a sua remodelação [142] a OSO, [85] e a sua remodelação [136] a NO, e por último a estrutura [87] que possui uma remodelação [140] a NE (Apêndice 1 e 2).

Este compartimento corresponde à maior sala posta a descoberto, de forma aproximadamente quadrada com 5,75 m de comprimento por 5.25 m de largura. No estado actual das investigações não nos é possível aferir por onde seria a entrada; como já foi referido durante a abordagem ao C. 3, há uma hipótese destes dois compartimentos possuírem uma ligação através da escadaria [109]. Contudo, a sua continuidade no interior do C. 4 não se verifica.

A quantidade de pregos que foram recolhidos no interior deste compartimento (Apêndice 9), permite-nos colocar a hipótese que a ligação da escadaria [109] do C. 3 para o interior deste espaço, poderia ser uma construção em madeira, escada, que encostaria à estrutura [95].

Apesar da concentração dos pregos ser aleatória estes possuem alguma centralidade em relação ao espaço do compartimento.

Apesar da fragilidade desta hipótese tendo em conta o registo arqueológico, parece-nos ser uma solução viável para aceder ao interior do compartimento.

A desmontagem das banquetas não nos parece que vá trazer novidades em relação às entradas, apenas a banquetta entre os quadrados (E2) e (E3) nos poderá esconder uma entrada aberta na estrutura [85]. Contudo e baseados no espaço disponível para se escavar, seria uma entrada bastante exígua, no máximo poderá ter 0.90 m, o que nos parece bastante estreita para um compartimento com esta envergadura.

No interior deste compartimento foram observados restos de um pavimento em terra batida, UE [114], e os respectivos enchimentos da preparação para o mesmo, UEs [45], [58], [127], [128] e [129] (Apêndice 1 e 2).



Figura 29 – Quadrado (D3), pavimento [114] e estrutura de combustão [106] (foto MDDS).

No quadrante NE deste compartimento foi detectada uma lareira semicircular, UE [106], constituída por lajes de pedra, rodeadas por um murete de pedras dispostas na vertical

(Apêndice 1 e 2). Manuela Martins (1990: 10) colocou a hipótese desta estrutura corresponder à base de um forno, interpretação logo abandonada pela ausência de material em barro no registo arqueológico, com a qual nós concordamos.

O espólio arqueológico recolhido neste compartimento faz-se compor por inúmeras mós (oito), seixos polidos, bases de talhas de grandes dimensões, bordos de cântaros, uma pia, inúmeros pregos e alguns metais (Apêndice 9).

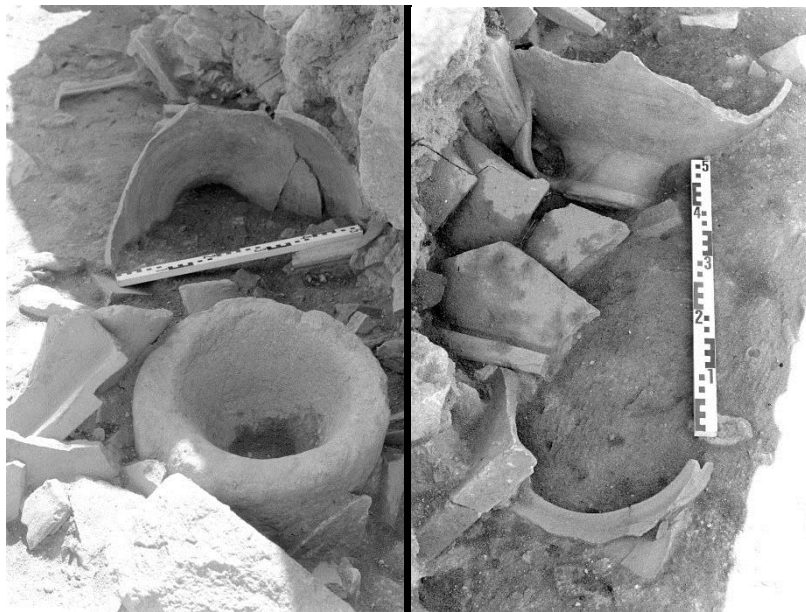


Figura 30 – Quadrado D3, espólio (foto MDDS).

Pela morfologia do espaço e pelo tipo de materiais encontrados no interior deste, parece-nos evidente que este funcionaria como um espaço de transformação de cereais, daí a grande quantidade de mós e de recipientes de armazenamento, sendo a lareira uma estrutura de apoio a essa actividade.

Se a esta interpretação juntarmos a aceção que efectuamos do C. 3, poderemos inferir que estamos numa zona de processamento e armazenamento de produtos agrícolas, nomeadamente cereais, que estariam estreitamente ligados, internamente, por uma escadaria em granito no C. 3 e outra em madeira no C. 4.

5.2.5. Compartimento 5

Sala mais ou menos rectangular (Apêndice 8) com 5.70 m de comprimento por 4.55 m de largura, é definida pelas estruturas [83], [85], [87], [136], [138] e [139] (Apêndice 1 e 2). Quase integralmente escavado, revelou vestígios de um pavimento em terra bastante alterado que inutiliza uma estrutura mais antiga, UE [86].

A estrutura [86] apresenta as mesmas soluções técnicas que a estrutura [84], elementos pétreos talhados de forma rectangular dispostos em fiadas horizontais, encaixado na “arena” granítica perfeitamente trabalhada, o que nos permite estabelecer um paralelo de contemporaneidade entre ambas, colocando-a na fase inicial da construção (Apêndice 16.3).

Deste espaço foram exumados vários elementos arquitectónicos, nomeadamente três fustes e duas bases de coluna. Dois fustes foram retirados no nível de derrube, UE [61], e o outro encontrava-se no nível de enchimento UE [62]. As bases de coluna estavam sobre o pavimento [110]; no entanto estavam nitidamente deslocadas da sua posição inicial.



Figura 31 – Quadrado E2, fustes e bases de coluna (foto MDDS).

Nesta zona do edificado, se juntarmos estes elementos com o fuste de grandes dimensões que surgiu no interior do C 4 e o elemento de coluna que surgiu no pátio, podemos aferir que existia uma zona porticada nas imediações destes compartimentos.

A deposição secundária destes elementos permite-nos aferir a existência de uma construção mais antiga que certamente seria mais cuidada, tendo sido reestruturada e os seus elementos reaproveitados para novas construções ou como materiais de enchimento, como é possivelmente o caso da coluna no nível de enchimento UE [62].

Este nível, [62], corresponderá ao enchimento do espaço vazio provocado pela desmontagem da estrutura [93] aquando da reorganização do espaço desta zona.

Junto à estrutura [87], a NE, surgiram duas tijoleiras perfeitamente niveladas, [107], associadas a uma camada de carvões e cinzas que assentavam numa espécie de preparação, UE [137], composta por sedimentos de cor bege muito compactados e material lítico e de construção de pequenas dimensões (Apêndice 1 e 2).

O registo arqueológico induz-nos a crer que este conjunto seria uma estrutura de combustão, mas da qual não sabemos a funcionalidade.

Outro aspecto que não é claro refere-se ao facto de não haver qualquer indício que assinale a entrada para o interior deste compartimento. A área que ainda se encontra por escavar cinge-se a banquetas que se encontram entre os quadrados (E2), (E3), (F2) e (F3) (Apêndice 3), o que não deixa muita margem para a construção de uma entrada. A zona mais indicada para se efectuar o acesso parece-nos ser a SSE do compartimento, mais concretamente na parte da estrutura [85] que ainda se encontra por baixo da banquetta.

Ao longo da estrutura [87] não nos parece muito plausível haver uma entrada já que possuímos uma estrutura de combustão encostada, UE [107], no interior deste compartimento e uma outra possível estrutura de combustão, UE [105], no exterior, o que não deixa espaço para um acesso ao interior deste espaço (Apêndice 2 e Apêndice 15).

Na estrutura [83] a abertura de uma entrada poderia localizar-se na zona onde ainda se encontra a banquetta, podendo a circulação ser efectuada através do C. 6; no entanto a o facto de estar descentrada leva-nos a repensar esta questão (Apêndice 1 e 2). Na análise efectuada a esta estrutura é visível uma plausível remodelação [136] que encosta à estrutura [87] (Apêndice 16. 1 e 16.2). Podemos interpretar esta fase construtiva como um aumento do compartimento ou um acesso entre o C. 4 e C. 5 que foi entaipado, embora a sustentabilidade desta ultima hipótese interpretativa é bastante ambígua já que a sua extensão é bastante reduzida para constituir uma entrada.



Figura 32 – Quadrado D3, estrutura [83] e remodelação [136] (foto MDDS).

Nesta última fase de ocupação parece-nos que a circulação no interior desta ala se efectuava internamente; sendo estes espaços de armazenamento e processamento de produtos agrícolas, esse facto tornava o seu acondicionamento mais fácil.

A escavação deste espaço foi inconclusiva relativamente à sua funcionalidade, apesar de podermos avançar com algumas hipóteses de trabalho, a sua função e interpretação terá de ser efectuada aquando da conclusão da escavação.

5.2.6. Compartimento 6

A parte identificada deste espaço (Apêndice 8) encontra-se definida pela estrutura [83] a SSE e pela estrutura [143] a NE (Apêndice 1 e 2). A área já colocada a descoberto não nos permite aferir as suas reais dimensões e a sua funcionalidade.

No interior deste compartimento surgiu uma estrutura, [88] de pequenas dimensões que assenta na rocha e possui aparentemente uma remodelação UE [141], que assenta sobre a [131], e trava com a estrutura [143], o que nos indica a contemporaneidade entre a UE [141] e

[143] (Apêndice 14.4). A construção da estrutura [141] parece constituir um reforço/travamento da estrutura [143].

A escavação parcial deste compartimento revelou um piso de terra batida, UE [111], bastante alterado que assenta na alterite e pontualmente no afloramento rochoso. Este constitui um nível de ocupação seguro dos finais do século I / início do século II, atestado por um fragmento de bojo de sigillata Gálica de uma Dragendorff 18/31 que surgiu integrada no pavimento.



Figura 33 – Quadrado F2, pavimento [111] (foto MDDS).

Ao longo da estrutura [83] foi escavado aquilo que pensamos ser a vala de fundação, UE [29], talhada na alterite que foi cortada pela interface da vala de fundação, UE [135], da estrutura [143] (Apêndice 2).



Figura 34 – Quadrado F2, vala de fundação [29] da estrutura [83] e vala de fundação [135] da estrutura [143] (foto MDDS).

A escavação permitiu-nos aferir que o enchimento, UE [68], da interface [29] foi cortado pela interface [135] e que por sua vez foi cheia pela UE [131].

A estrutura [83] assenta sobre a alterite e a UE [132], estando esta última sob a UE [131], o que nos indica a antiguidade da estrutura [83] relativamente à estrutura [143].

O pavimento [111] não encosta na estrutura [83] o que nos indicia que este último será posterior ao pavimento. No estado actual da escavação pensamos que a estrutura [88] poderá ser contemporânea ao pavimento, e pertencentes à primeira fase de construção, colocando as restantes estruturas em fases de ocupação posteriores. Teremos de aguardar a conclusão da escavação deste espaço para retirar mais ilações.

5.2.7. Compartimento 7

O espaço em análise (Apêndice 8), ainda com a escavação por concluir, é definido pela estrutura [89] a NE, [87] a OSO e pela estrutura [90] a SSE, formando um espaço exíguo de

forma rectangular com cerca de 4.50 m de comprimento por 2.80 m de largura, o que lhe confere características propícias para se caracterizar como um espaço de circulação.

A sua desafecção na última fase de ocupação parece-nos clara já que as UEs [53] e [69] se sobrepõem a este, tendo em conta que estes sedimentos constituem enchimentos ou preparação de um piso de terra batida, UE [113], já no exterior deste espaço (Apêndice 1). No interior também é evidente a presença de vários enchimentos que parecem organizar a base para um pavimento em terra batida bastante perturbado, UE [112]. Este pavimento poderá corresponder ao nível de ocupação da possível estrutura de combustão [105] (Apêndice 1).

Este espaço parece constituir um espaço de circulação interno do edifício anterior à última fase de ocupação que foi desafectado para fazer um espaço com uma estrutura de combustão, UE [105].

Ainda no interior deste espaço é possível verificar a existência de uma estrutura, UE [96], que possui um só paramento, externo, e foi condenada pelo pavimento [112] o que nos indicia que poderá ser uma estrutura da primeira fase de construção (Apêndice 1).

A estrutura [90] não se encontra no mesmo eixo da estrutura [93] e aparentemente não possui continuidade no quadrado (E3), o que nos indicia que esta encostará na estrutura [94].

Resta-nos apenas evidenciar a presença de uma estrutura, UE [105], que é delimitada por dois grandes blocos que assentam sobre um pavimento, UE [120], composto por sedimentos castanhos muito compacto, com carvões e material de construção de pequenas dimensões.

A hipótese que colocamos para esta estrutura é que se trata de uma estrutura de combustão, apesar de os indícios de fogo serem quase inexistentes, apenas são de assinalar bastantes carvões integrados no pavimento.

5.2.8. Espaços exteriores

A nordeste desta ala do edifício teríamos um espaço de circulação definido pela estrutura [100], com alinhamento SSE/NO (Apêndice 8).

Apesar da sua relação não ser totalmente clara, parece-nos que o mais provável é que a estrutura [100] seja contemporânea da estrutura [94] que constituiria a fachada NE da primeira fase de construção. Apesar das dimensões deste espaço de circulação serem difíceis de determinar, e estando a nossa asserção da contemporaneidade das estruturas [94] e [100] correcta, este espaço teria cerca de 2.25 m de largura e será de uma fase de ocupação anterior (Apêndice 1).

Este espaço é nitidamente inutilizado pelo pavimento [116] que parece ser contemporâneo ao pavimento [51]; este último encosta a estrutura [94] e [90]. Os pavimentos são constituídos por terra batida de cor beje e beje amarelado bastante compacto que se sobrepõem a estrutura [100], tornando um espaço amplo que poderemos designar por pátio.

A reutilização das estruturas [94] e [93] parece-nos evidente visto a cota do pavimento se encontrar abaixo da coroa do muro, já a sua funcionalidade não é assim tão clara.

Estamos em crer que a estrutura [94] configuraria a fachada NE desta ala na primeira fase de construção, no entanto o registo arqueológico não é inequívoco, mas tendo em conta a sua localização em relação às estruturas que a ladeiam parece-nos a interpretação mais acertada.



Figura 35 – Quadrado E4, Pavimento [116] que condensa a estrutura [100] (foto MDDS).

As estruturas [94] e [93] que foram cortadas pela construção da estrutura [87] parecem ter sido reaproveitadas para formar uma estrutura de depósito de materiais sólidos ou líquidos (Apêndice 1). Os primeiros poderiam ser cereais ou outros produtos agrícolas para consumo animal já que as condições de armazenamento não seriam as ideais, podendo mesmo ser a manjedoura onde os animais comiam, na última fase de ocupação do edifício. Esta base de trabalho carece de confirmação, já que o registo arqueológico disponível nesta fase é escasso.

Voltando à possível utilização deste espaço exíguo, com apenas 0.85 m de largura por 3.35 m de comprimento, ainda não totalmente definido, poderia constituir um recipiente para armazenamento de água ou bebedouro de animais. Para armazenamento de água não nos parece tão plausível já que a largura das paredes e a ausência de elementos que possam ajudar na impermeabilização do espaço não ajudavam na retenção das águas.

A hipótese mais adequada, seria que este espaço serviria de manjedoura para animais na última fase de ocupação, onde o espaço de circulação anterior é desafetado tendo-se transformado esta zona da casa num grande pátio central com algumas infra-estruturas de apoio à criação de animais. Ainda nesta linha de pensamento podemos colocar a hipótese da estrutura de combustão [105] ser uma fornalha para forjar as ferraduras dos animais. Todas estas hipóteses de trabalho não passam disso mesmo, asserções que carecem de confirmação.

5.2.9. Outros

A leitura do conjunto escavado permite-nos afirmar que o edifício teria continuidade para SSE e para NO. Contudo, são duas áreas que ainda se encontram por escavar e nada poderemos retirar delas neste momento. A projecção efectuada baseia-se nas estruturas aferidas durante a intervenção e nas quais residem ainda muitas dúvidas.

Por último, temos de salientar a presença de duas estruturas, [91] e [92], no quadrado (F4) que assentam no nível de derrube [05] (Apêndice 1 e 2), e nitidamente são estruturas de delimitação de propriedade recentes.

Concluindo, na última fase de ocupação teríamos uma ala de armazenamento e processamento de produtos agrícolas que se articulava internamente, com um grande espaço

central a NE e a que podemos atribuir a designação de pátio onde poderiam criar e tratar animais.

5.3. Os materiais de construção

5.3.1. Elementos pétreos

Os materiais de construção usados nas construções do período romano resultam da diversidade de matérias-primas disponíveis na região, embora nem todas as matérias-primas usadas tivessem origem local ou regional.

O profundo conhecimento que os romanos tinham sobre os materiais de construção naturais, nomeadamente as rochas, a argila e a madeira, facilitava esta adaptação regional das construções. Contudo nem só de matérias-primas locais e regionais se compunham as construções romanas sendo o mármore amplamente usado nos programas decorativos, revestimentos e acabamentos, tendo sido transportado de várias regiões do império (Ribeiro 2010: 74).

A pedra constitui o elemento basilar da construção romana, e a região onde se integra a *villa* de Via Cova é rica em granito que genericamente se designa por granito da Póvoa de Lanhoso; este não é mais que um granito característico de Braga com algumas diferenças na composição e na cor (Ribeiro 2010: 97).

No limite do concelho da Póvoa de Lanhoso e Guimarães existe uma mancha deste tipo de granito, a rocha é um granodiorito monzagranito, biotítico, porfiroide, de grão médio, orientado, com grandes megacristais de feldspato potássico (Ribeiro 2010: 98).

Apesar de não possuímos as análises da pedra utilizada na construção deste edifício, deduzimos que possam ter sido utilizados os afloramentos rochosos a níveis superficiais para extrair silhares para a construção dos muros pois esses afloramentos superficiais são perfeitamente visíveis nas imediações.

O registo arqueológico demonstrou-nos que foi necessária a criação de uma plataforma para a construção, sendo visíveis nos quadrados (E3) e (F2) afloramentos rochosos com sinais

evidentes de terem sido talhados. Este desbaste dos afloramentos rochosos para a criação de uma plataforma para construção deve ter produzido quantidades enormes de pedra passíveis de ser utilizadas na construção dos muros e, neste caso, a pedreira e obra poderão ser coincidentes no tempo.

Este aproveitamento localizado da principal matéria-prima desta construção terá reduzido substancialmente o esforço e investimento empregados na mesma.

O granito local tinha boa qualidade para a construção e foi amplamente usado em época romana. A utilização deste granito nas colunas da frente cénica do teatro de *Bracara Augusta*, que se queriam compostas por grandes elementos monólitos com megacristais de feldspatos, aos quais o polimento lhe dava um aspecto marmoreado, davam-lhe a qualidade necessária e apresentação para a sua utilização na construção (Ribeiro 2010: 101).

Os elementos pétreos que formam os muros apresentam três formas distintas de trabalho, pedras de forma tendencialmente rectangular e perfeitamente regularizadas na face externa, pedras de forma irregular trabalhadas na face externa e pedras irregulares toscamente trabalhadas.

Os primeiros surgem associados a estruturas que terão uma cronologia mais antiga como a estrutura [84], [86], [100] e provavelmente as estruturas [93] e [94]⁵ (Apêndice 14.1, 14.2, 14.3 e Apêndice 16.3), apresentando pedras tendencialmente rectangulares com dimensões por vezes distintas dispostas em fiadas mais ou menos horizontais. Este género de pedras aparece em outras estruturas mais irregulares o que nos indicia o reaproveitamento de elementos pétreos de construções mais antigas.

As pedras de formas irregulares trabalhadas na face externa fazem-se representar em maior número, sendo mesmo comuns a todas as estruturas, com a excepção das anteriormente referidas. As suas características são peculiares e demonstram alguma falta de cuidado nos acabamentos. No entanto o trabalho grosseiro da face externa e das zonas de assentamento é evidente (Apêndice 14.5 e 14.6; Apêndice 15; Apêndice 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6 e 16.7).

⁵ Estas duas últimas estruturas possuem apenas uma fiada de pedras visível, pelo que é difícil proceder à sua análise com clareza.

Por ultimo, as pedras irregulares toscamente trabalhadas surgem apenas nas estruturas [83], [141] e [143]. Estas assumem um papel diferente nas técnicas construtivas: se as duas últimas nos parecem constituir o alicerce de uma estrutura tardia e tosca, a primeira surge como pedra de travamento da estrutura (Apêndice 14.4, 14.7 e 14.8; Apêndice 15).

No primeiro caso parece-nos evidente que estas pedras foram pouco trabalhadas, tendo esse trabalho sido feito no sítio onde foram colocados tal é a configuração tosca que aparentam; já no segundo caso somos de opinião que a quase total falta de talhe da pedra é indiscutível.

Os elementos arquitectónicos em granito também fariam parte dos elementos construtivos desta habitação. Estamos a referirmos as bases de coluna e fustes que surgiram nos quadrados (D3), (E2), (E4) e (F2).

As bases apresentam uma base rectangular e um toro sobre o qual assentaria os fustes da coluna.

Os fustes, por sua vez assumem dimensões e diâmetros diferentes, no entanto os três fustes encontrados no quadrado (E2) parecem ser idênticos no diâmetro, apenas diferindo no tamanho. Do quadrado (D3) surgiu o fuste de maiores dimensões com cerca de 1.25 m de altura e com um diâmetro idêntico aos anteriores. Já o fuste retirado do quadrado (E4) possui um diâmetro e altura inferior a todos os outros.

Todos eles possuem um trabalhado fino mas não muito elaborado nos acabamentos, sendo notória a rugosidade das superfícies.

Neste capítulo, e segundo Helena Paula Carvalho, queremos destacar a identificação de um capitel coríntio a cerca de 100 m do local escavado em 1999 (Carvalho 2008: 232), do qual não nos foi possível efectuar qualquer registo.

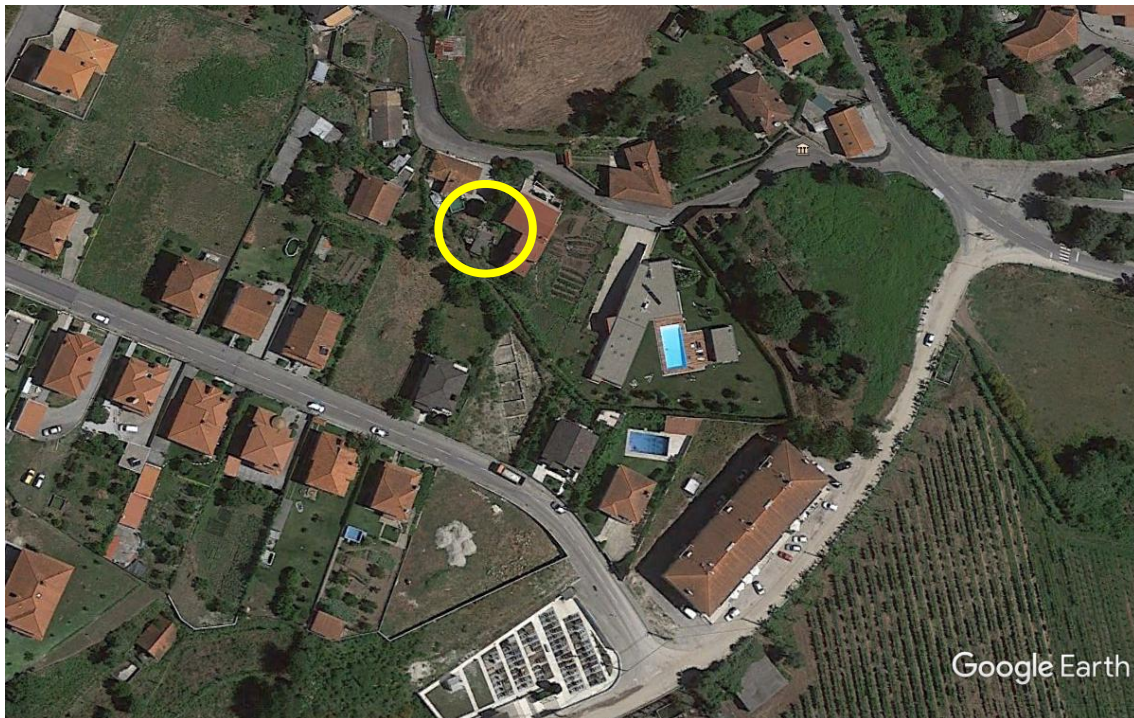


Figura 36 – Local onde foi identificado o capitel coríntio em 1999 (Google Earth Pro) – imagem de 03/0702016.

5.3.2. Argamassas

Um outro elemento fundamental na construção são as argamassas que, por definição, são a mistura de um material ligante com um material granuloso. Giuliani refere que por argamassa “se deve entender a combinação de vários elementos, designadamente de terra argilosa e arenosa, ou palha (argamassa de terra simples), ou então de terra com alto teor em cálcio, misturada com inertes, ou cal, com areia ou pozolana (ou seja a cal aérea ou hidráulica), sendo a pasta de gesso resultante de uma mistura de cal com pó de mármore e outro colante qualquer” (Giuliani, 2007: 216 *apud* Ribeiro 2010: 84).

No actual estado das investigações não nos é possível definir com clareza a constituição exacta das argamassas utilizadas como ligante nas estruturas, alguns pavimentos ou preparação dos pavimentos e possivelmente como *opus signinum* na escadaria do C 3.

Da análise macroscópica efectuada às argamassas das estruturas parecem-nos ser argamassas de terra simples, misturadas com elementos pétreos de reduzidas dimensões e algum material de construção do mesmo calibre. A robustez destas estruturas parece-nos inequívoca. O certo é que ficaram 10 anos sujeitas às intempéries e crescimento desordenado da vegetação e, mesmo assim, conseguem manter a sua estrutura física inabalável e resistente.

Apesar da análise mais cuidada em algumas zonas onde as argamassas eram mais visíveis não foi detectada a presença de outros elementos que poderiam fazer parte da mesma, nomeadamente cal e elementos de argila.

As argamassas utilizadas nas preparações e pavimentos detectados em algumas zonas do edificado fazem-se constituir por sedimentos argilosos de cor beje e amarelados bastante compactados com adição intencional de material lítico e fragmentos de material de construção de reduzidas dimensões.

Possuímos dois tipos de utilização deste tipo de argamassas, uns que servem nitidamente para a regularização e nivelamento do terreno e outros que constituem os pavimentos propriamente ditos, apesar do seu grau de destruição nos colocar algumas dúvidas na sua interpretação.

O primeiro nível, a preparação, essencialmente constituído por sedimentos argilosos heterogéneos de cor beje e amarelada, bastante compactados, com elementos pétreos de pequenas e médias dimensões em toda a sua extensão, onde também são detectáveis alguns fragmentos de material de construção.

O segundo nível apresenta-se bastante regular com sedimentos com as mesmas características diferindo apenas na quantidade e calibre dos elementos pétreos e de construção, apresentam dimensões mais reduzidas e são em maior quantidade. Em algumas zonas, nomeadamente nos pavimentos [120], [116] e [119], verifica-se uma concentração de elementos pétreos de pequenas e médias dimensões que são colmatados com fragmentos de material de construção ligados por argamassa, que parecem constituir o acabamento final do pavimento, mas já bastante alterado.

Este tipo de pavimento garantia uma boa impermeabilização e possibilitaria a aplicação de camadas de acabamento de vários tipos, o que aqui nos é impossível definir.

Os sedimentos utilizados nestas argamassas parecem ter origem nos saibros graníticos que podem ter sido obtidos aquando do rebaixamento do terreno e consequente subtracção de saibro e penedos do subsolo.

Os indícios de *opus signinium* surgem no interior do C. 3, mais concretamente no primeiro degrau da escadaria. Apresenta-se bastante degradado e resume-se a uma fina camada de um sedimento avermelhado com uma forte concentração de material de construção e alguns quartzos.

Na análise do registo arqueológico detectamos no plano nº 5 do quadrado (C3), interior do C. 3, uma mancha localizada de sedimentos avermelhados que poderiam constituir um pavimento de opus bastante degradado; esta bolsa surgiu na parte superior da UE [42].



Figura 37 – Quadrado C3, plano 5 (foto MDDS).

A tonalidade avermelhada destes sedimentos sugere a adição de tijolo moído que garantia uma melhor resistência e hidraulicidade para estruturas que estavam destinadas a estar em contacto ou conter líquidos.

5.3.3. Terra

A terra foi utilizada como aterro de algumas áreas da casa e serviu de sustentação de estruturas como é o caso das estruturas [141] e [143] (Apêndice 14.4 e Apêndice 15). Estes aterros permitiam o nivelamento das superfícies para assentamento de estruturas e de pavimentos, o recurso a esta matéria-prima está quase sempre ligado a obras de remodelação do edifício como é patenteado pelo nível de enchimento UE [62] que permitiu a elevação do nível de circulação no seu interior.

A terra também foi utilizada na construção da preparação de pavimentos, onde a sua adição com elementos pétreos lhe configura uma plataforma segura e suficientemente sólida para receber um pavimento.

5.3.4. Telhas

A quantidade de fragmentos de telhas que surgiu nos níveis de derrubes leva-nos a concluir que o edifício seria todo coberto por telhado.

São essencialmente *tegulae* e imbrices que compunham os telhados da habitação, no entanto o seu tamanho é desconhecido já que não havia medidas estandardizadas, sendo as suas dimensões variáveis.

Apesar de alguns fragmentos possuírem um bom tamanho, não surgiu nenhum elemento deste género que nos pudesse elucidar sobre as suas dimensões.



Figura 38 – Quadrado (F2), plano 2 (foto MDDS).

5.3.5. Metais

Os metais cingem-se a uma quantidade considerável de pregos com dimensões variáveis que podem ser elementos de ligação para construções em madeira.

Como anteriormente já foi referido, colocamos a hipótese de o acesso ao interior do C. 4 (Apêndice 9) se efectuar através de uma escadaria em madeira, para a qual estes pregos seriam essenciais para a sua construção.

Apesar da sua utilização poder ser empregue em variadíssimas soluções, sabemos que estes materiais em ferro constituíam um elemento basilar na construção das armações de telhados, portas, janelas e outras estruturas em madeira.

5.3.6. Outros

Apesar do registo arqueológico não ter fornecido mais nenhum elemento que possamos dissecar nesta análise, é de salientar a presença de pequenos fragmentos de tijolo nos níveis de derrube. Estes fragmentos não são susceptíveis de nos dar qualquer informação adicional relativamente à sua tipologia e funcionalidade.

A madeira também teria marcado a sua presença nas armações de telhados; contudo, a sua presença é inexistente no registo arqueológico.

A utilidade da madeira nas construções romanas não serviria apenas as armações dos telhados, havia as portas, os soalhos e as vigas ou traves.

É sobre estas últimas que nos iremos debruçar pois no quadrado (E3), sobre a estrutura [94], surgiu um silhar de grandes dimensões com forma mais ou menos quadrangular com um orifício central, também com configuração quadrangular. Na nossa opinião este orifício central serviria para encaixar uma viga ou trave em madeira rectangular que poderia auxiliar na sustentação da cobertura desta zona.



Figura 39 – Quadrado (E3) - plano 6, silhar com encaixe.

5.4. As fundações

As fundações dependem das condições topográficas do terreno, da capacidade do terreno e da forma e funcionalidade do edifício. Estas variáveis condicionam as soluções técnicas utilizadas porque as fundações são sujeitas a uma “série de forças que afectam o seu comportamento, sendo fundamental que sejam capazes de suportar as cargas que sobre elas se fazem sentir. Assim, por cargas entendem-se as forças que se exercem na vertical, enquanto os impulsos / pressão designam as forças horizontais ou oblíquas” (Ribeiro 2010: 147).

As especificações de Vitruvius aconselham que uma vala de fundação deverá ter valor igual a metade da largura da estrutura dividida entre os dois lados da mesma. No entanto estas especificações são condicionadas pela tradição construtiva de cada região (Ribeiro 2010: 147-148).

A profundidade das fundações depende da cota onde se encontram solos resistentes para assentamento das estruturas do edificado (Ribeiro 2010: 147).

Na construção do edificado de Via Cova, houve a preocupação de construir num terreno nivelado, o que implicou acções de regularização do solo feita por desbaste das superfícies acidentadas, alterando-se a topografia original que seria inclinada. Há assim uma adaptação do terreno à construção o que originou fundações construídas em terrenos horizontais.

É neste contexto que queremos assinalar os interfaces [46] e [134] (Apêndice 2) que resultam do nivelamento do terreno para a implantação do edificado formando uma parede vertical na alterite. O primeiro é efectuado de SSE para NO onde encosta a estrutura [84], sendo que nos quadrados (D2) e (E2) é escavado em patamares e onde encosta duas estruturas, [138] e [139], com um só paramento voltado a NE. O segundo, UE [134], é visível no canto Oeste do C. 5 terá sido realizado com orientação OSO/NE e onde encosta a estrutura [86].

Na realidade arqueológica que analisamos em Via Cova até ao momento não se verifica a existência de qualquer sapata/alicerce, estando presentes apenas três valas de fundação. Das três valas de fundação mencionadas [29], [103] e [135] (Apêndice 2), apenas a primeira foi escavada na totalidade.

No caso da UE [29] foi realizada uma vala linear simples aberta na alterite com cerca de 3.22 m de comprimento por 0.45 m de largura e com 0.50 m de profundidade. Com orientação OSO/NE exhibe a base perfeitamente regularizada para receber a estrutura [83]. Esta vala é apenas visível ao longo do paramento NO da estrutura [83], possui contornos mais ou menos regulares e foi cortada no extremo NE pela vala de fundação [135].

A vala [135] é visível apenas em 0.90 m de comprimento por 0.80 m de largura ao longo da remodelação [143] da estrutura [87]. Não nos é possível aferir a sua profundidade já que falta retirar as UE [131] e [132], contudo será mais profunda que a vala [29], estando já abaixo da cota desta última cerca de 0.20 m.

E, por último, a vala [103], que se estende ao longo da estrutura [84] e está sob a estrutura [99], não é possível caracterizar porque ainda falta escavar a UE [104].

5.5. Aparelhos utilizados

Antes de passarmos à caracterização dos alçados presentes no edifício queremos abordar alguns conceitos utilizados para caracterizar cada um deles.

Os alçados constituem elementos verticais e o seu aparelho não é mais que o aspecto do paramento de um muro (Seigne 2004: 77 *apud* Ribeiro 2010: 197).

A diferença entre muro e parede passa pelo facto do primeiro ser sólido e resistente para suportar pesos verticais, enquanto a parede delimita um espaço (Giuliani 2007: 142 *apud* Ribeiro 2010: 197-198).

Os aparelhos poderão ser definidos por alvenaria irregular ou regular, dependendo das características técnicas que cada um possui.

A alvenaria irregular corresponde a um “aparelho constituído por elementos irregulares, grosseiramente paralelepípedicos, de tamanho pequeno ou médio. As juntas são grosseiramente horizontais ou algo irregulares. Apresentam frequentemente elementos pétreos de pequena dimensão a colmatar os orifícios maiores entre os elementos” (Ribeiro 2010: 199).

Jorge Ribeiro subdivide em três tipos a alvenaria irregular: o primeiro corresponderá ao uso de pedras imbricadas uma sobre as outras; o segundo tipo usa pedras de forma e tamanho irregulares, misturadas com outras de forma regular, provavelmente reaproveitadas de outras estruturas; e por último o terceiro tipo usa elementos pétreos de forma, dimensão e talhe irregulares, que não transmitem grande segurança (Ribeiro 2010: 200).

Por sua vez os aparelhos em alvenaria regular “correspondem a construções que apresentam um aparelho constituído por pequenos elementos em pedra, relativamente regulares e dispostos em fiadas alternadas. Os elementos constituintes, que podem ser rectangulares, ou sub-rectangulares, são talhados a martelo e cinzel, segundo uma forma predeterminada e são posteriormente afeiçoados do lado externo. O uso de elementos deste tipo permite a construção de fiadas horizontais e oferece uma melhor estabilidade à estrutura” (Ribeiro 2010: 231).

5.5.1. Estrutura UE [83] (Apêndice 1, 2, 14.7 e 14.8)

Muro de alvenaria irregular com cerca de 4.90 m por 0.45 m de largura, orientado OSO/NE, constituído por fiadas irregulares de pedras graníticas de forma e tamanho variado, sendo todos eles afeiçãoados do lado externo, mesmo os mais toscos. As juntas são largas e preenchidas com argamassa, pedras e material de construção. No extremo NE do paramento NO é visível a presença de fragmentos de material de construção nas fiadas. A estrutura integra uma grande pedra de travamento, de forma irregular, mas aplanada na superfície de apoio. Estando alinhada pelo paramento na face SSE do muro, mas saliente em cerca de 0,15 m na face oposta. O muro assenta sobre a alterite perfeitamente regularizada da vala de fundação [29] em quase toda a sua extensão já que no extremo NE assenta sobre a UE [132].

Este muro define a parede NO do C. 5 configurada numa das remodelações do edificado.

5.5.2. Estrutura UE [84] (Apêndice 1, 2 e 14.1)

Muro orientado SSE/NO de alvenaria regular, apesar de ser visível apenas o paramento interno NE, com cerca de 24.20 m de comprimento por 0.55 m de largura. Constituído na sua maioria por elementos de forma rectangular afeiçãoados no lado externo dispostos em fiadas mais ou menos horizontais. Apesar de ser uma estrutura de alvenaria regular apresenta pedras com dimensões e formas irregulares. As juntas são mais ou menos regulares preenchidas com pedras pequenas e argamassa. O muro também integra alguns elementos de material laterício no interior do C. 3. Esta estrutura encosta a alterite previamente talhada na vertical para assentamento da construção UE [46], sendo visível uma vala de fundação [103], que se encontra por escavar, na área do quadrado A4.

Este muro corresponde ao limite OSO do edificado que pelas suas características parece ser um muro cego que teria um papel bastante relevante no edificado. O papel desempenhado por esta estrutura deve ter ditado algumas remodelações/ reparações, daí observarmos em certos troços da mesma a utilização de materiais de construção nas fiadas, fiadas menos horizontais e elementos mais irregulares. É o caso do pequeno tramo detectado no interior do C.

4 que apresenta fiadas de pedras irregulares afeiçoadas externamente constituindo uma alvenaria irregular. Pensamos que corresponderá ao momento de construção da estrutura [85].

No interior do C. 5 é onde estas remodelações / reparações são mais evidentes; a parede OSO deste espaço é constituída por uma estrutura com um só paramento que parece constituir dois momentos de construção. Se efectuarmos uma leitura cuidada verificamos que esta estrutura em alvenaria irregular constituída por elementos de forma, dimensão e talhe irregulares, que não transmitem grande segurança, não podendo, por isso, ser interpretado como muro estrutural possui elementos de maior dimensão no extremo SSE do que do lado oposto. Por este facto optamos por designar esta diferença com UEs diferentes, [139] o tramo SSE e [138] o tramo NO, sendo certo que ambas corresponderão a uma remodelação / reparação tardia já que a [139] encosta a estrutura [85] e a [138] encosta a estrutura [86]. No actual estado das investigações apenas podemos avançar que a diferença entre estas duas estruturas consiste na dimensão dos elementos que parece estar marcada por um fuste que parece se encontrar “*in situ*” encostado na [138] e parcialmente enterrado na UE [62].

5.5.3. Estrutura UE [85] (Apêndice 1, 2 e 16.1 e 16.2)

Muro de 5.85 m de comprimento por 0.45 m de largura em alvenaria irregular com orientação OSO/NE, formado por fiadas irregulares de pedras de tamanho e forma variada, umas rectangulares outras mais toscas. Inclui ainda alguns fragmentos de tijolo. A falta de horizontalidade resulta do tipo de material utilizado, nomeadamente da sua morfologia, mas também da sua colocação pouco cuidada. A presença de pedras de forma e dimensão muito variada parece indicar que na construção desta estrutura foram utilizados materiais de estruturas anteriores, algumas delas parecem ser soleiras e pedras de alvenaria regular. As juntas apresentam-se algo largas, sendo colmatadas com pequenos fragmentos de material de construção, argamassa e pedra miúda. Este muro delimita a NO o C. 4.

Na extensão deste muro é notória uma remodelação / reparação no extremo NE que designamos por [136], e um pequeno tramo com 0.50 m de comprimento por 0.45 m de largura que apresenta igualmente uma alvenaria irregular composta por pedras de forma e

tamanhos bastante irregulares. No entanto, a sua disposição é mais cuidada em fiadas mais ou menos horizontais com juntas largas colmatadas por argamassa e pedra miúda.

A leitura em alçado remete-nos para a presença de uma costura vincada que nos é difícil interpretar já que para entrada será bastante exígua, e como esta remodelação [136], encosta à estrutura [87] não nos é completamente claro o seu papel. Na nossa opinião esta remodelação estará relacionada com a construção da estrutura [87] que veio configurar uma nova largura a esta ala do edifício, havendo a necessidade de proceder ao fecho de um espaço vazio que ficou na extensão da estrutura [85].

5.5.4. Estrutura UE [86] (Apêndice 1, 2 e 16.3)

Muro orientado OSO/NE de alvenaria regular, apesar de apenas ser visível o paramento interno SSE e numa extensão muito curta, em cerca de 0.85 m, possui 0.65 m de largura e demonstra uma execução técnica similar a estrutura [84]. Este muro encosta à alterite previamente talhada na vertical para assentamento da construção, UE [134].

Estrutura bastante destruída que se faz constituir elementos de forma rectangular afeiçoados no lado externo dispostos em fiadas mais ou menos horizontais. As juntas são regulares preenchidas com pedra miúda e argamassa.

Pensamos que seja contemporânea da estrutura [84] e que fará parte do edificado inicial tendo sido condenado pelo pavimento [110] resultante de uma nova reorganização do edificado.

5.5.5. Estrutura UE [87] (Apêndice 1, 2 e 15)

Com orientação SSE/NO este muro possui 18.95 m de comprimento por 0.50 m de largura, exibindo um aparelho granítico em alvenaria irregular composto essencialmente por elementos de forma essencialmente rectangular, mas contempla igualmente outros irregulares e mais toscos. Na generalidade, estes elementos apresentam dimensões diversas e são afeiçoados no lado externo. As fiadas são tendencialmente horizontais, principalmente nas zonas onde há um maior número de elementos rectangulares. As juntas apresentam-se algo irregulares e

largas, sendo preenchidas com argamassa e pedra miúda nos interstícios e irregularidades maiores entre as pedras. Esta alternância na forma e dimensão dos elementos que a compõem sugerem-nos que as pedras rectangulares terão sido reaproveitadas de estruturas anteriores.

Ao longo desta estrutura surgem dois tramos que poderão constituir remodelação / reparação da estrutura, e os quais designamos por [140] e [143].

O primeiro está circunscrito à área ocupada pela estrutura de combustão [106], onde os elementos são caracterizados como mais ou menos rectangulares dispostos de uma forma muito pouco cuidado em fiadas que se entendem por horizontais. As juntas são largas e irregulares colmatadas por argamassa, fragmentos de tijolo e pedra miúda. Esta forma menos harmoniosa de colocação das pedras indicia uma remodelação / reparação da estrutura [87] que poderá estar ligada a funcionalidade da estrutura [106] que é interpretada como uma estrutura de combustão. O calor e o fogo poderão ter um impacto negativo na estrutura física do muro, podendo originar a derrocada ou deformação estrutural, que certamente obrigará a reparações localizadas. Apesar de não ser bastante claro pensamos que a estrutura de combustão encosta à estrutura [140].

O segundo, designado por [143], possui alvenaria irregular constituída por fiadas irregulares de pedras graníticas de forma e tamanho variado, sendo todos eles afeiçãoados do lado externo, mesmo os mais toscos. As juntas são largas e preenchidas com argamassa, pedras e material de construção. A estrutura integra grandes pedras, sendo que uma delas parece ser uma pedra de travamento, de forma irregular, mas aplanada na superfície de apoio. Estando alinhada pelo paramento na face NE do muro, mas saliente em cerca de 0,25 m na face oposta. O muro assenta sobre as UEs [132] e [131] o que nos poderá indiciar a sua contemporaneidade com a estrutura [83] apesar de não ser claro que ambas se encontrem travadas uma na outra.

O muro [87] é a estrutura que define a largura da ala a NE e certamente será uma estrutura de uma fase de remodelação do edificado e reorganização do espaço interno da ala que ,ao longo da sua sobrevivência, foi sendo alvo de reparações [140] e [143].

5.5.6. Estrutura UE [88] (Apêndice 1, 2 e 14.4)

Muro de difícil caracterização devido à sua destruição, restando apenas 0.55 m de comprimento por 0.50 m de largura. Com orientação OSO/NE possui alvenaria regular que se faz constituir por elementos de forma rectangular afeiçãoados no lado externo dispostos em fiadas mais ou menos horizontais assente sobre a alterite aplanada. As juntas são regulares preenchidas com pedra miúda e argamassa.

No alinhamento deste muro surge-nos outro pequeno pano de muro [141] de alvenaria irregular composto por elementos irregulares e toscos, quer na forma quer no afeiçãoamento exterior, assente sobre a UE [131]. Apesar de nos sentirmos tentados a considera-lo como uma remodelação do muro [88] parece-nos mais um reforço da estrutura [143] aquando da sua construção. As técnicas e métodos construtivos, assentes sobre sedimentos e grandes elementos toscos, patenteados pela estrutura [141] e [143] pode demonstrar a contemporaneidade entre ambas, apesar da funcionalidade da estrutura [141] ser discutível. Contudo se pensarmos que a robustez da estrutura [143] não seria a melhor porque foi construída sobre sedimentos, o imbricamento destas pedras entre a face OSO da estrutura [143] e o alinhamento da estrutura [88] poderia conferir-lhe mais solidez.

Pensamos que a estrutura [88] poderá ser da primeira fase do edificado apesar do seu grau de destruição, no entanto a forma e dimensão dos seus elementos remete-nos para uma construção antiga que foi bastante destruída pelas sucessivas reparações/remodelações do edificado, talvez contemporânea do pavimento [111].

5.5.7. Estrutura UE [89] (Apêndice 1, 2 e 14. 5 e 14.6)

Muro de 4.35 m de comprimento por 0.55 m de largura em alvenaria irregular com orientação SSE/NO, formado por elementos de forma, dimensão e talhes muito irregulares. A disposição dos elementos também é variada e pouco cuidada, alternando entre a colocação horizontal e vertical das pedras. A sua caracterização não é muito clara já que apenas são visíveis duas fiadas de pedras com um aspecto muito tosco e pouco cuidado. As juntas são irregulares e colmatadas por argamassa e pedra miúda.

Estrutura que trava no muro [91] e delimita o C. 7 a NE.

5.5.8. Estrutura UE [90] (Apêndice 1 e 2)

Com orientação OSO/NE tem apenas colocado a descoberto 1.25 m de comprimento por 0.55 m de largura. Estrutura em alvenaria irregular formada por elementos de forma, dimensão e talhes muito irregulares. Da mesma forma que a estrutura [90] a sua caracterização não é muito clara já que apenas são visíveis duas fiadas de pedras com um aspecto muito tosco e pouco cuidado. As juntas são irregulares e colmatadas por argamassa e pedra miúda.

Estrutura que trava no muro [90] e delimita a SSE o C. 7.

5.5.9. Estrutura UE [91] (Apêndice 1 e 2)

Muro orientado SSE/NO de alvenaria irregular com cerca de 2.90 m por 0.65 m de largura, constituído por elementos de forma, dimensão e talhe variado dispostas em fiadas ligeiramente horizontais e pouco cuidadas. É notória a utilização de pedras de forma rectangular afeiçoadas na face externa o que nos indicia a utilização de elementos retirados dos derrubes ou estruturas mais antigas. Possui também juntas muito irregulares que são colmatadas por argamassa e pedra miúda. Aparentemente assenta sobre os níveis de derrube romanos, [05]. Possível muro de contenção de terras ou divisão de propriedade da Idade Moderna ou Contemporânea que trava na estrutura [92].

5.5.10. Estrutura UE [92] (Apêndice 1 e 2)

Muro orientado OSO/NE com as mesmas características da estrutura [91], possui alvenaria irregular com cerca de 1.35 m por 0.65 m de largura, constituído por elementos de forma, dimensão e talhe variado dispostas em fiadas ligeiramente horizontais e pouco cuidadas. São visíveis alguns elementos que terão sido reaproveitados de construções mais antigas. As juntas são muito irregulares e colmatadas por argamassa e pedra miúda. Aparentemente assenta sobre os níveis de derrube romanos, [05]. Possível muro de contenção de terras ou divisão de propriedade da Idade Moderna ou Contemporânea que trava na estrutura [91].

5.5.11. Estrutura UE [93] (Apêndice 1 e 2)

Com orientação OSO/NE possui 0.80 m de comprimento por 0.50 m de largura. Estrutura difícil de caracterizar porque o quadrado E3 se encontra por concluir. No actual estado das investigações é apenas visível um alinhamento que se resume a uma fiada de pedras, e da qual é impossível saber a sua relação física com as estruturas [94] e [87].

Apesar de apresentarmos algumas hipóteses interpretativas para esta estrutura no decorrer deste trabalho, o registo arqueológico demonstra apenas que ela delimita a NO um espaço exíguo em largura, delimitado a OSO pela estrutura [87] e a NE pela estrutura [94].

5.5.12. Estrutura UE [94] (Apêndice 1 e 2)

Nas mesmas condições da estrutura [93], os poucos dados que possuímos não nos permite uma correcta interpretação e caracterização desta estrutura. Com orientação SSE/NO possui 2.45 m de comprimento por 0.45 m de largura. Na impossibilidade de aferirmos a relação física com as estruturas [90] e [93], apenas queremos realçar que na parte superior desta estrutura é visível uma pedra de configuração rectangular (0.45 m X 0.35 m) com um orifício central mais ou menos quadrangular (0.12 m X 0.12 m) e que não será muito profundo. Interpretamos esta pedra como sendo a base de apoio de assentamento de um esteio em madeira para sustentação de um telhado.

Paralela à estrutura [87] configurará um espaço rectangular exíguo orientado de SSE para NO que será delimitado pela estrutura [93] a NO.

5.5.13. Estrutura UE [95] (Apêndice 1, 2 e 16.4 e 16.5)

Com orientação OSO/NE este muro possui 4.65 m de comprimento por 0.50 m de largura, exibindo um aparelho granítico em alvenaria irregular composto essencialmente por elementos de forma e dimensão irregulares afeiçoados na face externa, no entanto são visíveis algumas pedras com forma e dimensão mais regular. As fiadas são tendencialmente horizontais; contudo, demonstra uma forma pouco cuidada de colocação de pedra havendo espaços em que se mistura com pedras de forma dimensão e talhe irregular o que lhe dá uma aparência mais

tosca. O muro integra alguns elementos de material laterício ao longo da sua extensão. As juntas apresentam-se algo irregulares e largas, sendo preenchidas com argamassa e pedra miúda nos interstícios e irregularidades maiores entre as pedras.

O muro [95] está seguramente travado na estrutura [84] o que estabelece uma relação de contemporaneidade entre ambas apesar das diferenças construtivas. Estas diferenças poderão ser explicadas pela função que cada um deles desempenha na construção, se na nossa opinião o muro [84] é um muro cego estrutural, portanto deve ser dotado de características técnicas que lhe configurem robustez, já a estrutura [95] delimita a NO o C. 3 portanto menos cuidada.

Sensivelmente a meio deste espaço surge uma escadaria composta por dois degraus que encosta a estrutura [95].

5.5.14. Estrutura UE [96] (Apêndice 1 e 2)

Muro OSO/NE com 0.70 m de comprimento só com um paramento, SSE da qual nos é impossível fazer uma caracterização já que apenas possui uma fiada de pedras.

Esta estrutura parece ter sido desmantelada pois sobre ele assentaria o pavimento [112], de terra batida que encosta as estruturas [89] e [90]. Será certamente uma estrutura da segunda fase de construção que delimitaria a fachada interna SSE de uma possível ala NO que se articularia com a ala já colocada a descoberto.

5.5.15. Estrutura UE [97] (Apêndice 1 e 2)

Muro de 2.60 m de comprimento por cerca de 0.50 m de largura com orientação OSO/NE. Limita-se a uma só fiada de pedras com forma, dimensão e talhe muito irregulares o que lhe dá um aspecto muito tosco.

Encosta à estrutura [84] e define a parede SSE do C 2 podendo ser contemporâneo da estrutura [98]. Encontra-se também associado à estrutura [101]; no entanto este terá sido condenado por um pavimento em terra batida, [118] na última fase de ocupação.

5.5.16. Estrutura UE [98] (Apêndice 1, 2 e 16.6 e 16.7)

Com orientação OSO/NE este muro possui 4.10 m de comprimento por 0.50 m de largura e exibe um aparelho granítico em alvenaria irregular composto essencialmente por elementos de forma e dimensão irregulares afeiçoados na face externa. As fiadas são tendencialmente horizontais mas algo desorganizadas, o que lhe confere uma aparência mais tosca. As juntas apresentam-se algo irregulares e largas, sendo preenchidas com argamassa e pedra miúda nos interstícios e irregularidades maiores entre as pedras. Assenta directamente sobre a alterite aplanada sem recurso a sapata ou vala de fundação.

Esta estrutura delimita a SSE o C. 3 e será contemporâneo ao muro [97], contudo não sabemos a forma como ela se articulará com o muro [84]. Salientamos ainda que a estrutura [102] possui indícios de encostar a esta estrutura no interior do C. 3.

5.5.17. Estrutura UE [99] (Apêndice 1 e 2)

Muro bastante destruído com orientação OSO/NE que se resume a uma fiada de pedras, duas de cada lado. Os elementos que a compõem são irregulares na forma e no talhe demonstrando uma certa homogeneidade nas dimensões. O miolo é preenchido com pedra miúda e fragmentos de material de construção.

Estrutura que encosta ao muro [84] delimitando o C. 1 a SSE e será contemporâneo a estrutura [97]. Será uma construção de uma fase tardia de ocupação já que encosta e está sobre o enchimento da vala de fundação do muro [84].

5.5.18. Estrutura UE [100] (Apêndice 1, 2 e 14.2 e 14.3)

Muro orientado SSE/NO, possivelmente de alvenaria regular. Apesar de ser visível apenas uma fiada de pedras percebemos que este seria constituído por elementos de forma rectangular afeiçoados no lado externo dispostos na horizontal. Apesar do grau de destruição é ainda visível em cerca de 6.75 m de comprimento por 0.50 m de largura.

Apesar dos elementos do registo arqueológico ainda não serem muito claros achamos estar na presença de uma estrutura da primeira fase, já que os elementos que a compõem são similares aos do muro [84] e a sua localização parece indiciar o limite NE de um espaço de circulação que se localizaria entre fachada NE desta ala do edifício e a estrutura [100] numa primeira fase de construção. No estado actual das investigações estamos em crer que a parede da fachada NE desta ala do edifício seria a estrutura [94] como já anteriormente foi avançado. A desmontagem deste muro estará directamente relacionado com a construção do pavimento [116].

5.5.19. Estrutura UE [101] (Apêndice 1 e 2)

Estrutura composta por dois muretes com cerca de 0.50 m de comprimento por 0.50 m de largura. O murete situado a SSE possui uma só fiada de pedras com forma e talhe bastante irregulares; já o murete localizado a NO é composto por uma pedra de grandes dimensões mais ou menos rectangular.

Estes muretes podem servir de marco para divisão do C. 2 em duas áreas distintas com funcionalidades diferentes.

5.5.20. Estrutura UE [102] (Apêndice 1 e 2)

Muro SSE/NO bastante destruído, constituído só por um paramento voltado a NE possui 2.50 m de comprimento por 1 m de largura, estando reduzido a uma só fiada de pedras.

Esta estrutura encosta ao muro [98] e estende-se ao longo da estrutura [84] articulando-se com a estrutura [108].

Estrutura que desempenhará um papel de reforço das estruturas ou impermeabilização do interior do C. 3.

5.5.21. Estrutura UE [108] (Apêndice 1 e 2)

Muro OSO/NE bastante destruído, constituído só por um paramento voltado a SSE possui 1.75 m de comprimento por 1 m de largura, estando reduzido a presença de duas pedras.

Encosta à estrutura [84] e estende-se ao longo do muro [95] onde se articula com as escadas [109].

Desempenhará a mesma função da estrutura [102].

5.6. Pavimentos

A intervenção arqueológica não foi muito profícua no que concerne à detecção de pavimentos. Os solos detectados caracterizam-se por pavimentos em terra batida na sua grande maioria, havendo indícios de revestimentos de *opus Signinum* no C. 2 (Apêndice 2).

Não será de estranhar esta predominância de pavimentos em terra batida já que a área intervencionada incidiu sobre a *pars rustica* da *villa*. Estes solos constituíam os revestimentos mais simples de executar e menos dispendiosos.

A preparação para a sua colocação passava por uma prévia regularização do solo original, seguida da colocação de uma camada constituída de pedras irregulares de pequena e média dimensão sem ligante entre si que servia para permitir a drenagem de água em caso de infiltrações. O acabamento deste tipo de solos era obtido através da colocação de uma camada mais fina e compacta composta por areias e pedras de pequenas dimensões (Ribeiro 2010: 377).

Os pavimentos em *opus Signinum* normalmente são constituídos por três camadas distintas. A primeira camada, *statumen*, é formada por pequenas pedras que desempenhava funções de drenagem, seguindo-se o *rudus* constituído por areias, pedras de pequena dimensão e tijolo fragmentado, ligados com cal ou com outro ligante. Sobre esta camada era colocada o *nucleus*, composto por uma argamassa compactada de tijolo moído misturado com fragmentos de cerâmica e pedras de pequena dimensão. É ainda de salientar que estas três camadas

também poderiam servir como camada de preparação para revestimentos feitos de outros materiais (Ribeiro 2010: 378).

5.6.1. Pavimento UE [42] (Apêndice 1 e 2)

Solo em terra batida composto por argamassa bege clara algo heterogênea com bolsas esbranquiçadas e acastanhadas muito compacta e com algum material lítico de pequenas e medias dimensões. Possui raros carvões dispersos em toda a sua extensão. A sua cota de circulação ronda -1.52 m.

Nível de ocupação da ultima fase de ocupação do C 3, que será contemporâneo a construção das escadas [109] e das estruturas [102] e [108].

5.6.2. Pavimento UE [110] (Apêndice 1 e 2)

Possível solo em terra batida composto por sedimentos de coloração bege, algo heterogêneo com bolsas acastanhadas e acinzentadas, bastante compacto e com muitos carvões a espaços. Na análise do perfil provocado pelo interface de ruptura [147] não é visível a existência de níveis de preparação para o pavimento.

Esta poderia não constituir a camada final do pavimento. No entanto, com o grau de destruição a que foi submetido não nos é possível aferir com segurança se este se trataria de um nível intermédio do pavimento.

Tendo como referencia que esta camada seria o próprio solo, a sua cota de circulação rondaria os -1.22 m. Solo enquadrável numa fase de remodelação e reorganização do C. 5.

5.6.3. Pavimento UE [111] (Apêndice 1 e 2)

Solo em terra batida composto por sedimentos de coloração bege algo heterogêneo com inclusões de bolsas acinzentadas. Camada bastante compacta com muitos carvões, material lítico e de construção de pequenas dimensões. A cota de circulação rondaria o -0.76 m.

Pavimento bastante alterado fruto das remodelações operadas no interior do C. 6, que será enquadrável na primeira fase de construção.

5.6.4. Pavimento UE [112] (Apêndice 1 e 2)

Possível solo em terra batida constituído por sedimentos de coloração beje escuro algo heterogéneo, com bolsas cinzentas e alaranjadas. Nível bastante compacto com alguns carvões dispersos, material lítico e de construção de pequenas dimensões. Poderá ser a camada final do pavimento já sob este nível surge-nos a UE [70] composta por sedimentos de coloração beje bastante heterogéneos com bolsas acinzentadas, bejes escuras, castanhas claras e castanhas escuras. Nível muito compacto com muito material lítico de pequenas dimensões e raros carvões dispersos que constituirá a primeira camada de preparação do solo. Apesar do seu estado de conservação pensamos que a cota do nível de circulação rondaria o -1.27 m.

Pavimento de ocupação do C. 7 que se encontra bastante destruído originando algumas dúvidas na sua interpretação.

5.6.5. Pavimento UE [113] (Apêndice 1 e 2)

Possível solo em terra batida constituído por um sedimento beje amarelado, bastante compacto com alguns carvões dispersos e algum material lítico e de construção de pequenas dimensões. O nível de circulação teria uma cota a rondar o -1.57 m.

Corresponderá a uma fase tardia da ocupação.

5.6.6. Pavimento UE [114] (Apêndice 1 e 2)

Solo em terra batida constituído por sedimentos de coloração beje algo heterogéneo com bolsas amareladas, castanhas escuras e cinzentas. É bastante compacto com muitos carvões e cinzas e algum material lítico e de construção de pequenas dimensões.

Trata-se da camada final do solo que se encontra sobre alguns níveis de preparação:

[58] Sedimento castanho claro algo heterogéneo com bolsas bejes e acinzentadas algo compacto com alguma material lítico de pequenas a médias dimensões. Possui algumas manchas de carvões em toda a sua extensão.

[127] Sedimento castanho acinzentado medianamente compacto com poucos carvões dispersos e algum material lítico e de construção de pequenas dimensões.

[128] Sedimento castanho claro de fraca compactidade com muitos carvões e algum material lítico e de construção de pequenas e médias dimensões.

[129] Sedimento cinzento acastanhado algo heterogéneo com bolsas bejes de média compactidade com muitos carvões e algum material lítico e de construção de pequenas dimensões.

Solo da última fase de ocupação do C. 4 que possuía uma cota de circulação a rondar - 1.90 m.

5.6.7. Pavimento UE [116] (Apêndice 1 e 2)

Solo em terra batida composto por sedimentos de coloração beje amarelado algo heterogéneo com bolsas bejes escuras, castanhas claras, acastanhadas e cinzentas. Nível bastante compacto com muitos carvões a espaços e muito material lítico (polidos) e de construção de pequenas a médias dimensões. Possuía uma cota de circulação a rondar o -1.90 m.

Corresponderá ao pavimento do pátio exterior na última fase de ocupação.

5.6.8. Pavimento UE [118] (Apêndice 1 e 2)

Possível solo revestido a *opus signinum* composto por um sedimento laranja escuro algo heterogéneo com bolsas castanhas escuras e cinzentas acastanhadas. Bastante compacto com alguns carvões dispersos e muito material de construção de pequenas dimensões. Este poderá constituir um pavimento em *opus signinum* bastante degradado.

Existem indícios do *statumem*, [121] composto por um sedimento negro algo heterogéneo com bolsas acinzentadas claras, de fraca compacidade com muitos carvões e material lítico de grandes dimensões que estará associado, também, à UE [122] constituída por um sedimento castanho acinzentado medianamente compacto com alguns carvões e algum material lítico e de construção de pequenas dimensões.

Julgamos também haver indícios do *rudus*, [37] que se caracteriza por um sedimento cinzento algo heterogéneo com bolsas bejes, castanhas e castanhas claras. Nível muito compacto com algum material lítico e de construção de pequenas a médias dimensões. Possui raros fragmentos de carvão dispersos.

O tom alaranjado que nos indicia o *nucleus* e a identificação das duas camadas que a ele se sobrepõem levam-nos a colocar esta hipótese.

Corresponderá ao pavimento do C 2 na última fase de ocupação que se encontraria a cota -1.80 m.

5.6.9. Pavimento UE [119] (Apêndice 1 e 2)

Solo de terra batida constituído por um sedimento de coloração beje amarelado algo heterogéneo com bolsas bejes claras, alaranjadas, acastanhadas e cinzentas. Nível medianamente compacto com muitos carvões e muito material lítico e de construção de pequenas e médias dimensões. Este nível de circulação tinha uma cota a rondar o -1.80 m.

Solo de ocupação do C 3 que foi inutilizado pela repavimentação do espaço UE [42].

6. Os dados cronológicos

6.1. A cultura material

Com a introdução de uma nova forma de ocupação do espaço, a *villa* de Via Cova marcou um território ao longo de um extenso período que, certamente teve vários proprietários, *domini*, senhores abastados que aí viveram continuamente ou periodicamente. À luz dos

resultados obtidos até agora é-nos impossível determinar se esta infra-estrutura permaneceu sempre na mesma família ou se teve vários inquilinos.

Estando cientes das várias tipologias de *villae* e das limitações na sua definição, a parte escavada de Via Cova parece corresponder à *pars rustica*, que talvez possa corresponder a um modelo de *villa* orgânico. Isto é, o que poderia ter sido, numa fase inicial, uma *villa rustica*, com o enriquecimento do *dominus*, foi progressivamente transformada numa zona artesanal de transformação e armazenamento de produtos e alfaías agrícolas, tendo sido construída nas suas imediações uma outra habitação dotada de todos os luxos e riqueza correspondente ao novo estatuto socio-económico do seu senhor.

A atestar esta base de trabalho são os inúmeros elementos arquitectónicos surgidos nos derrubes, como fustes e bases de coluna em granito que constituem óptimos indicadores das técnicas construtivas aqui aplicadas (Apêndice 9).

Contudo será difícil afirmar que a primitiva construção romana neste local privilegiado foi, à partida, uma *villa rustica*, pois ainda não temos dados suficientes, obtidos em escavação arqueológica, nem a área escavada permite definir a dimensão da propriedade aí inicialmente estabelecida.

A propriedade aqui instalada deveria corresponder a um modelo largamente difundido no mundo romano, constituído pelo *ager*, o *saltus* e a *silva*, isto é, as terras agrícolas e férteis, a meia encosta apta para o pastoreio e a floresta nos cumes, tornando-se assim um território auto-suficiente.

É sugestivo que, como noutros casos, esta *villa* poderia ter possuído uma economia que se articulava entre dois sectores, o consumo interno e a comercialização dos bens aí produzidos. Tendo em conta o seu posicionamento e a sua provável área fundiária é possível que possa ter usufruído de uma economia mista do tipo agro-silvo-pastoril.

O que podemos aferir pelos diferentes *instrumenta domestica* (Apêndice 9) exumados é que se trata de uma *villa* de médias dimensões que possuía uma propriedade fundiária significativa, exigindo assim uma quantidade de mão-de-obra expressiva.

A propriedade só seria rentável se conseguisse extrair o maior número de dividendos da terra, e muitas das vezes estes dividendos estavam para além da mão-de-obra especializada, sendo crucial a sua auto-suficiência e capacidade de vender e escoar os produtos excedentários. Assim dependeriam pouco do *macellum* para serem auto-suficientes e necessitariam do mesmo para comercializar os excedentes. Para isso é certamente fundamental e importante a sua posição geográfica relativamente ao maior mercado do *Conventus Bracarensis*, a cidade romana de *Bracara Augusta*, que facilitaria esta actividade económica. Estamos certos que a passagem da via XVII do itinerário de Antonino, que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, pelo actual território de Póvoa de Lanhoso, para além de facilitar a romanização neste território assegurou o rápido acesso à cidade e a eficaz circulação de produtos.

Da análise dos materiais encontrados durante as escavações podemos retirar algumas considerações.

Nas cerâmicas comuns destacam-se as produções usadas na cozinha e de ir a mesa (alguidares, bacias, potes, almofarizes, taças, jarros, frigideiras e pratos – Apêndice 18, 19, 20, 21, 23.3, 27.2) e os recipientes de armazenagem (talhas e dolia – Apêndice 22, 23.1, 23.2, 23.3, 24.2, 25, 26) de onde se destacam os *dolia* (Apêndice 27.1), usados para vários fins: guardar cereais, frutas, água, mosto ou vinho. Contudo no caso de Via Cova é provável que se trate de *dolia frumentaria*, usados para armazenar cereais.



Figura 40 – Talha, UE [44], N° Inv. MDDS 2001.1359 (foto MDDS – Apêndice 25.1).

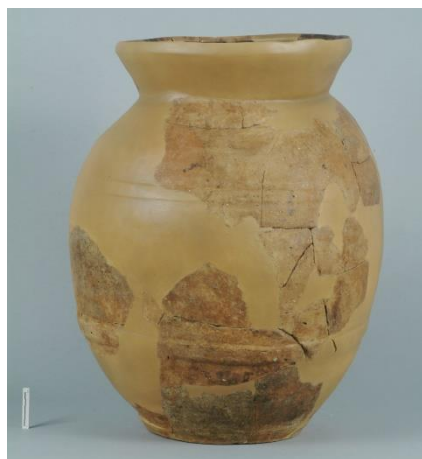


Figura 41 – Talha, UE [125], N° Inv. MDDS 2002.0266 (foto MDDS – Apêndice 26.1).



Figura 42 – Bilha, UE [44], N° Inv. MDDS 1991.0740 (foto MDDS).

Figura 43 – Bacia, UE [05], N° Inv. MDDS 1991.0739 (foto MDDS).

Figura 44 – Taça, UE [81], N° Inv. MDDS 1991.0744 (foto MDDS).

A pouca expressividade de fragmentos de ânfora poderá indicar-nos o grau de autarcia de Via Cova, mas também podemos considerar que alguns produtos, como os preparados piscícolas, fossem adquiridos na capital conventual e daí transportados noutros tipo de recipientes, mais leves, mais fáceis e com menos encargos no seu de transporte, sendo possível que algumas peças classificadas como jarros possam ter cumprido a função de recipiente de transporte (por exemplo Apêndice 23.5). É também notória a ausência de ânforas importadas que poderá ser explicada pelo posicionamento da *villa* relativamente à costa.



Figura 45 – Jarro que poderá ter servido como recipiente de transporte, UE [44], N° Inv. MDDS 1997.0231 (foto MDDS – Apêndice 24.1).

Contudo a presença de outros produtos cerâmicos importados, nomeadamente as TSHT e as TSA surgem em quantidades significativas, sessenta e nove fragmentos nas primeiras e sessenta e dois nas segundas. Cronologicamente acompanham a(s) última(s) fases de ocupação da *villa*, situadas durante o século III até ao século VI-VII.

Dadas as fortes afinidades com os materiais, com a mesma proveniência, recolhidos na capital conventual, *Bracara Augusta*, é de todo possível que as peças encontradas em Via Cova possam ter sido adquiridas nesta cidade, como se sabe, centro comercial importante que teria servido como plataforma de redistribuição dos seus produtos à escala conventual (Morais 2010).

A presença de TSH alto imperiais é incipiente, sendo apenas representada por dois fragmentos do centro produtor de Trício; um deles é indeterminado e o outro corresponde à forma hispânica 7 (Apêndice 57). O número residual destas produções alto imperiais poderá dever-se ao facto de que, no actual estado das investigações, se terem intervencionado apenas os níveis da última fase de ocupação da *villa*.

Nas TSHT (Apêndice 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56), constata-se uma presença que ronda as cerca de sete dezenas de fragmentos que reproduzem, a uma escala menor, a realidade da capital. Como seria de prever, a maior parte dos fragmentos corresponde a formas lisas, e em menor escala decorados, com o predomínio das produções do vale do Douro relativamente às do Ebro.

As formas decoradas representam cerca de 11,5% da totalidade de TSHT, sendo cinco oriundas do Ebro e três do Douro. Esta percentagem inclui todos os fragmentos decorados encontrados em Via Cova, onde apenas foi possível determinar a forma em quatro fragmentos, Drag. 37, sendo os restantes fragmentos de pança que não permitem atribuir-lhes com segurança o seu tipo. Os motivos decorativos representados pautam-se pelas rosetas, os ondulados, as bandas e os grandes círculos que, se distribuem pelo 1º estilo decorativo (4 fragmentos – Apêndice 50.2, 50.3, 53.5 e 54.1), 2º estilo decorativo (2 fragmentos – Apêndice 50.1 e 54.2) e 3º estilo decorativo (2 fragmentos – Apêndice 50.4 e 53.4).

Em Braga as produções mais antigas de Drag. 37, século III, são oriundas do vale do Ebro, nomeadamente do 1º e 2º estilo decorativo, sendo o 1º estilo decorativo mais comum (Morais 2010: 2). No quadrado (E3) foram exumados dois fragmentos de Drag. 37 com o 1º estilo decorativo pelo que podemos aferir a continuidade do padrão encontrado na capital do *conventus*.



Figura 46 – Dragendorff 37 (2º estilo decorativo), Vale do Douro UE [04], N° Inv. MDDS 1991.1080 (foto MDDS – Apêndice 50.1).

Ao contrário das TSHT do Ebro, nas produções do Douro são mais comuns as Drag. 37 com o 2º estilo decorativo, assinalando-se também alguns exemplares com o 3º estilo decorativo (Morais 2010: 3). Em Via Cova dos dois fragmentos de Drag. 37 encontrados, um apresenta o 2º estilo decorativo (Figura 45) e outro representa o 3º estilo decorativo.

As formas lisas surgem em maior número no registo arqueológico, com a Ritterling 8 (7 fragmentos – Apêndice 51 e 52.1) a assumir a maior representatividade, seguida da Palol 1 (5 fragmentos – Apêndice 54.3, 54.4 e 55.1), Paz 83B / Imitação Hayes 61B (3 fragmentos – Apêndice 56), Palol 4 e Palol 9/11 (2 fragmentos cada – Apêndice 55.3, 55.4 e 52.3), Palol 2 (Apêndice 55.2), Palol 5 (Apêndice 52.3), Palol 8 (Apêndice 52.4), Palol 11 e Paz Peral 92A com um fragmento cada.

Como seria de esperar a forma de tradição Alto Imperial, Ritterling 8 (4 fragmentos do vale do Douro e três do Ebro), são as que predominam em Via Cova, tal e qual acontece em Braga (Morais 2010: 1).

As formas tipicamente hispânicas não apresentam nenhuma variedade, fazendo-se representar apenas por três fragmentos de 83B, imitação da produção africana Hayes 61B.

Ainda nestas formas, temos de assinalar a presença de um fragmento de pança atribuível à Forma 5; no entanto, ainda possuímos algumas dúvidas quanto a esta classificação.

As formas integráveis na tipologia de Palol apresentam maior variedade, diferindo das percentagens que podemos encontrar em Braga (Morais 2010:1). Em Via Cova a Palol 1 é a mais representativa, seguida da Palol 4 e 9/11, seguindo-se a Palol 2, 5, 8 e 11. Na capital de *conventus* não se encontram representadas estas três últimas formas, Palol 5, 8 e 11.

Algumas destas formas apresentam afinidades com outras produções tardias. Estamos a referir-nos à forma Palol 4 que apresenta afinidades com as TSA do tipo Hayes 58 e à forma Palol 9/11 que apresenta afinidades com a forma Rigoir 16 das TSGT (Morais 2010: 1).

Nas termas, em *Bracara Augusta*, os fragmentos de Drag. 37 tardia do 1º e 2º estilo decorativo aparecem em UEs posteriores ao século V acompanhadas por exemplares lisos da Forma 5 e Palol 4. Na Insula das Carvalheiras, também em *Bracara Augusta*, os fragmentos da forma Drag. 37 tardia do 1º e 2º estilo decorativo e as formas lisas Ritterling 8, Forma 5, Forma 7, Forma 50, Paz 83 A, Palol 2, Palol 4, Palol 9/11 e Palol 13 surgem associados aos níveis de abandono do século VI/VII. Estas cronologias tão tardias parecem confirmar o que Paz Peralta (2008) propôs para o final de produção e comercialização destas cerâmicas, finais do século VI (Morais 2010: 6).

Tal como na capital do *conventus* podemos apontar uma utilização das TSHT em Via Cova do século III ao século VI/VII.

Ao contrário de *Bracara Augusta* (Fernández 2012: 15), as TSA aparecem em menor percentagem; no entanto, são tão representativas como as TSHT. O que se explica dado o já referido papel comercial da capital provincial, situada a uma relativa proximidade da costa e numa posição intermédia entre as vias fluviais dos rios Cávado e Ave. As formas mais abundantes correspondem aos tipos Hayes 73 A (7 fragmentos – Apêndice 45) e Hayes 61 A (4 fragmentos – Apêndice 48.4, 49.1, 49.2, 49.3). As restantes são do tipo Hayes 76 (Apêndice 44 e 46.1) e Hayes 59 B (2 fragmentos cada – Apêndice 48.1 e 48.2) e Hayes 60 (Apêndice 48.3), Hayes 61 A/B (Apêndice 49.4), Hayes 67 (Apêndice 46.2), Hayes 51 (Apêndice 46.3) e Hayes 91 (Apêndice 48.4) (todos com 1 fragmento). Para além destes exemplares foram ainda

recuperados fragmentos de fundo de pratos, com decoração estampada de círculos e palmetas com punções do estilo A(ii) (Apêndice 47.2 e 47.3).

O fabrico D1 é o que está mais representado com 47 fragmentos ao contrário do fabrico C4 que só possui 9 fragmentos. É ainda de salientar a presença de um fragmento de aba (Hayes 91) que aparenta ser um fabrico A ou B.

Absolutamente excepcional é um fragmento de pança de um prato, forma Salomonson A / Hayes 53 A (Apêndice 47.1), fabrico C3, decorado com três legionários. Esta forma está documentada na bacia ocidental do Mediterrâneo com alguns exemplares na Grécia e no Egipto, mas completamente ausente de *Bracara Augusta*.

Também ausente da capital de *conventus* está a forma Hayes 76.

Pouco consentâneos com as cronologias apresentadas para a TSHT, as TSA marcam um período do 1º quartel do século IV até ao terceiro quartel do século V, podendo o período final ser estendido até ao fim do século VI inícios do VII. Este período final é caracterizado pela presença de um fragmento de aba de uma Hayes 91 que tem um período de vida entre cerca de 450 a 600 d.C,

A presença destes produtos importados, explica o triunfo e o aparecimento de produções de âmbito local-regional que imitam os produtos da “moda” a um menor custo. Referimo-nos, em particular, às cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável - TSBT, uma das produções cerâmicas mais abundantes da *villa*, com 137 fragmentos, a seguir da cerâmica comum.

Manuela Delgado e Rui Morais (2009) em revisão do trabalho realizado pela primeira (1993-94) acerca do estudo dos EVNV de Braga propuseram a apresentação destes materiais em três grupos: o grupo I caracteriza-se por possuir um engobe idêntico ao “engobe vermelho pompeiano” e as suas formas imitam os pratos da produção conhecida pela designação de “pompejanish-roten Platen” (Oberaden 21); o grupo II caracteriza-se por engobes de cor, espessura e brilho variáveis e imitam as TSA (Hayes 42, 58 B, 58 var., 59 B, 59/67, 61 A, 61 A/B, 61 B, 63, 76, Delgado 1968, Delgado 1968 var. e “Sétif ” 1970), as TSH alto-imperiais (Ritt. 8 e Drag. 36), as TSHT (Ritt.8, Drag. 15/17, Forma 83 B e 37 Tardia) e as TSG alto-imperial (Ritt. 5 (nº 130 - 131); por ultimo o grupo III caracteriza-se por engobes de cor, espessura e brilho variáveis, diferenciando-se apenas pelas formas que são típicas da cerâmica

comum (pratos, pratos, tigelas, frigideiras, tachos, formas, púcaras (os) e bilhas) (Delgado e Morais 2009: 47).

No seu estudo, M. Delgado apenas tinha proposto dois grupos, o grupo I que se caracterizava por produções ou imitações “pompejanish-roten Platen” e o II grupo caracterizava-se por imitações de TSH e da sigillata clara D (Delgado 1993-94: 115).

Mais recentemente Adolfo Fernández e Rui Morais propuseram uma nova terminologia para o grupo II proposto por M. Delgado, como já anteriormente foi referido, optando por designar estas peças por TSBT (Fernández *et al.* 2012). No presente estudo apresentaremos em primeiro lugar a classificação segundo M. Delgado e Rui Morais (2009) seguida da classificação proposta pelos outros dois autores.

Como se pode adivinhar, a grande maioria imita as produções africanas, ainda que alguns reproduzam as formas de *sigillata* hispânicas alto e baixo-imperiais, nomeadamente uma imitação da Drag. 36 (Apêndice 40.3) alto imperial e quatro fragmentos pratos do tipo Paz 83B (Apêndice 37.3, 38.4, 39.1 e 39.2) baixo imperiais. Como acontece com a presença das *TSA*, o expoente máximo destas produções recuperadas na *villa* data do 1º quartel século IV e o 3º quartel do século V. A grande maioria imita as formas Hayes 59/67 – Forma 12 variante B (15 exemplares - Apêndice 35.4, 36, 37.1, 37.2, 38.1, 38.2 e 38.3). As restantes estão distribuídas pelas imitações das formas Hayes 61 A/B - Forma 8 Variante A/B (6 exemplares – Apêndice 34, 35.1, 35.2 e 35.3), Hayes 61 A - Forma 8 Variante A (4 exemplares), Hayes 76 – Forma 14 (2 exemplares - Apêndice 40.1 e 40.2), Hayes 61B – Forma 0 Variante B e Forma 18 Variante A com um fragmento cada. Fazem parte deste conjunto fragmento de fundos de pratos estampados com palmetas e círculos que curiosamente imitam as produções africanas do estilo A (ii) (Apêndice 43).

Para além da imitação da Drag. 36 foi encontrado um fragmento de um prato imitação de Oberaden 21 (Apêndice 41.1). Estes dois fragmentos possuem uma cronologia dispar de todos os restantes EVNV, o primeiro será do século I – século II e o segundo de inícios do século II.

As cerâmicas de engobe branco também marcam a sua presença nos contextos arqueológicos de Via Cova.

Esta produção não tem sido alvo de trabalhos de síntese que nos permita reconhecer bem as suas especificidades e cronologias. Para além dos trabalhos produzidos por Adília e Jorge Alarcão para *Conímbriga*, dos quais se concluiu que estas produções estavam enquadradas em estratos alto-imperiais (Alarcão 1976: 59-64; 133, Pl. XIV *apud* Delgado *et al.* 2009: 57), apenas foi efectuado um estudo preliminar dos engobes brancos de *Bracara Augusta* por M. Delgado e Rui Morais (2009). Os mesmos autores reconhecem que os engobes brancos de Braga são mais tardios, do século III ao século V/VI, com a excepção de um cálice enquadável no século I/II (Delgado *et al.* 2009: 57-58).

Os oitenta e quatro fragmentos detectados em Via Cova, não são passíveis de nos dar formas tal é o seu estado fragmentário (Apêndice 33). Na sua grande maioria são fragmentos de pança apesar de haver alguns fragmentos de fundos, asas e bordos. Estes materiais surgem em extratos associados a TSA, TSHT, EVNV-TSBT e vidros que nos dão um balizamento cronológico entre o 1º quartel do século IV e o século V/VI.

As cerâmicas pintadas surgem de forma muito residual nos contextos de Via Cova, apenas 34 fragmentos, dos quais não nos é possível retirar grandes ilações devido ao seu estado fragmentário e de degradação. Na maior parte parecem possuir pastas ajustadas com as pastas do fabrico de Prado, sendo um ou outro consentâneo com os fabricos caulínicos mas dos quais subsistem muitas dúvidas. Na decoração sé se vislumbra a utilização de motivos a vermelho.

Na *villa* estão ainda documentados fragmentos de cerâmica cinzenta tardia de produção local que constituem um conjunto bem diferenciado pelo seu fabrico e formas largamente estudadas por Alexandra Gaspar (Gaspar 2000). A autora dividiu o seu estudo em dois grupos. O primeiro grupo imita ou inspira-se nas formas de TSA (Hayes 73, 76 e 97), focenses (forma Hayes 3) e gálicas (Rigoir 1, 3 C, 5 A e B, 6 A e B, 7, 8, 11, 13/14, 16, 18, 22 e 29). Mais recentemente no estudo de M. Delgado e Rui Morais (2009) foi acrescentada uma forma que parece inspirar-se na forma Hayes 12/102. Este primeiro grupo enquadra-se nas produções do século V/VI (Delgado e Morais 2009: 61). O segundo grupo é representado por formas de uso comum onde predominam os potes, as bilhas e as tigelas. Este grupo possui uma cronologia que vai de finais do século IV ao século VII, ainda que estas surjam em muita quantidade em estratos do século V e VI (Delgado *et al.* 2009: 61).

Dos oitenta e cinco fragmentos de CT encontrados em Via Cova nenhum é enquadrável no segundo grupo, dos doze fragmentos passíveis de nos dar forma são todas imitações de gálicas e de TSA. As decorações também são pouco variadas surgindo apenas os óvulos na parte superior do bordo, os losangos e as caneluras.

Então temos seis fragmentos que imitam a forma Rigoir 16 (Apêndice 32), quatro fragmentos de Taça Carenada (Forma 6 – Apêndice 31.1, 31.2, 31.3 e 31.4), três fragmentos de tigela imitação Hayes 97 (Apêndice 28.4, 28.5 e 28.6), dois fragmentos de tigela imitação Hayes 73 Apêndice 29.1 e 29.2), dois fragmentos de imitação Hayes 12/102 (Apêndice 28.1 e 28.2) e um fragmento de imitação de Rigoir 11 (Apêndice 30.1), datadas do século V e VI.

A presença destes materiais importados e das imitações, que parecem replicar-se nos materiais recolhidos na capital conventual, sugere a existência de uma rede de intermediários que se abasteciam naquela cidade para depois os comercializar nos mercados regionais, segundo uma distribuição hierárquica dos mercados. Um caso que ilustra bem esta situação é a presença de uma lucerna completa de bico redondo, atípica, datada dos séculos IV/V, idêntica a um grande número de fragmentos do mesmo tipo recolhidos em Braga (Morais 2005: vol. I, 346; vol. II, 439, n° 184).

Ainda dentro das produções cerâmicas que marcam presença nos contextos arqueológicos de Via Cova queremos evidenciar algumas produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades.

Relacionados com a actividade têxtil da *villa* foram exumados alguns pesos de tear que assumem as formas mais variadas: paralelepípedos, pirâmides truncadas de base rectangular e quadrangular, face trapezoidal e lado rectangular.

Encontrou-se também um disco (Apêndice 65) fragmentado, que eventualmente será utilizado na fase do torneamento ou enformamento da produção cerâmica. Elemento bem documentado em centros de produção cerâmica, normalmente é designado como anel-suporte, isolador ou separadores (Morais 2005: vol. I, 144; vol. II, n° 16).

Os vidros também não trouxeram grandes novidades no que toca às cronologias. Dos 146 fragmentos de vidro, apenas foram detectadas formas que se enquadram da 2ª metade do século IV até ao século V. No entanto não podemos deixar de realçar a presença de uma taça

arqueada funda de perfil em S suave e em aresta viva (Isings 96a, AR 60, T 49^a – Apêndice 60.1) decorada por abrasão que possui o início de produção que se situa em meados do século III até início do século V.

As formas mais representadas são as taças campanuladas fundas de forma troncocónica com bordo engrossado a fogo (17 fragmentos – Apêndice 59.3, 59.4 e 59.5). Seguindo-se as taças campanuladas amplas de forma troncocónica com bordo engrossado a fogo (5 fragmentos), as taças arqueadas amplas lisas de forma de arco invertido e bordo de perfil em S e em aresta viva (3 fragmentos), as taças de bordo tubular em aba oblíqua (Isings 115, AR 109.2) (3 fragmentos – Apêndice 60.2 e 60.3) uma delas possui bicos repuxados, as taças arqueadas com depressões verticais (Isings 117, AR 59.2) (2 fragmentos), as taças arqueadas hemisféricas com fio aplicado e decoradas por abrasão (2 fragmentos – Apêndice 59.1 e 58.5), uma taça arqueada ampla lisa de forma de arco invertido e bordo de perfil em S e em aresta viva e uma taça arqueada hemisférica de bordo em aresta.

Para além das taças foram recolhidos dois fragmentos de garrafa (Apêndice 58.3), cuja forma e local de produção foi impossível determinar, e dois boiões de produção de Braga, um de bordo em aba (Isings 94/131) e o outro de forma ovóide de bordo simples envasado. É também de assinalar um jarro (Apêndice 58.4) de largo bocal afunilado, do qual não foi possível determinar a sua forma e local de produção.

Dos vinte e sete fragmentos decorados podemos aferir que a grande maioria das decorações são aplicadas, seguindo-se a decoração por abrasão e as depressões conjugadas com motivos decorativos por abrasão. Neste campo é ainda de destacar dois fragmentos com decoração gravada, uma taça campanulada ampla com losangos e um fragmento indeterminado com letras gravadas (Apêndice 58.1 e 58.2).

As produções indicam que todos estes fragmentos são oriundos das oficinas do NO peninsular, sendo que doze são de oficinas de Braga um deles é da oficina do Fajal e dois da oficina dos CTT.

Foram também exumados sete fragmentos de vidro que indicam ser vidraça de janelas.

Como já foi referido as actividades predominantes em Via Cova eram a agricultura e o pastoreio. Foi encontrado um conjunto de alfaias agrícolas composto por três foices (Apêndice

63), um sacho, uma relha e vários tipos de mós, que evidenciam o cultivo da terra e o processamento de cereais.



Figura 47 – Sacho UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2730 (foto MDDS).
Figura 48 – Relha UE [60], N° Inv. MDDS 1991.2731 (foto MDDS).

A criação e a pastorícia de ovicaprídeos e de gado bovino estão atestadas por vários tipos de chocalhos encontrados nas escavações.



Figura 49 – Chocalho UE [82], N° Inv. MDDS 1991.2736 (foto MDDS).
Figura 50 – Chocalho UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2737 (foto MDDS).

Ainda nos metais, podemos realçar a presença de alguns artefactos ligados a construção nomeadamente pregos (77), um aloquete e um fragmento de grade de janela (Apêndice 64).



Figura 51 – Aloquete UE [60], N° Inv. MDDS 1991.2739 (foto MDDS).

Completa este vasto leque de metais alguns machados e cunhas (Apêndice 62.2 e 63.3), lâminas de faca, cravos de sandálias, um *pilum*, uma estaca e uma candela (Apêndice 62.1) em cobre.



Figura 52 – *Pilum* UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2729 (foto MDDS).



Figura 53 – Faca SUE, N° Inv. MDDS 1991.2512 (foto MDDS).



Figura 54 – Estaca UE [44], N° Inv. MDDS 1991.2732 (foto MDDS).

Antes de passarmos à caracterização dos numismas que surgiram em Via Cova queremos fazer uma breve referência ao material lítico, para além dos elementos arquitectónicos e mós que fomos descrevendo ao longo desta caracterização da cultura material. O restante material lítico faz-se compor por pedras de amolar, prováveis peças de jogo e um fantástico fragmento de uma lamela de oculista que servia para misturar os unguentos.

Na UE [61], surgiu um fragmento que parece ser de mármore com uma forma rectangular, 25.6 cm por 13.1 cm, de cor negra com as extremidades biseladas (Apêndice 57 – 3). Podemos encontrar paralelos em Conimbriga (Alarcão 1979: 147, Estampa XXXVI fig. 277 e 278).

Passando então para a interpretação das moedas, podemos aferir que o conjunto de treze numismas recolhidos nesta intervenção datam na sua totalidade de época romana. As moedas que não tinham leitura são, com segurança, atribuíveis ao século IV ou inícios do V. Apesar dos obstáculos inerentes ao seu estado de conservação foi ainda possível recolher informação válida e pertinente para o trabalho que aqui se apresenta.

Este numerário é constituído integralmente por emissões posteriores ao ano 300, existindo somente um numisma de cunhagem anterior ao período de 330-335, um *nummus* de Crispvs cunhado em *Londinium* com o tipo *Beata Tranquillitas*. Parece-nos que todas as moedas são emissões ocidentais gálicas ou itálicas (Quadro 1), com exceção de uma moeda da série *Gloria Exercitus* (dois estandartes) cunhada em Thessalonica (casa de moeda dos Balcãs Ocidentais). Como já dissemos as casas de moeda identificadas são na sua maioria da Gália, o que é natural, já que grande parte do numerário que chegava à Península Ibérica era originada nessa mesma área do Império Romano, papel idêntico tiveram as oficinas Itálicas.

Ano	Londinium	Thessalonica	Treveri	ou Indet.	Total	Percent.
Arelate						
321	1	-	-	-	1	7,69
330-335	-	1	-	3	4	30,77
337-341	-	-	1	1	2	15,38
341-348	-	-	-	1	1	7,69
355-358	-	-	-	3	3	23,08
Séc. IV	-	-	-	2	2	15,38
Total	1	1	1	10	13	100,00

Figura 55 - Percentagem de moedas por casa de moeda e período de emissão.



Figura 56 – *Nummus* de *Crispus* cunhado em *Londinium* com o tipo *Beata Tranquillitas* 321 d.C. UE [110], N° Inv. MDDS 1991.4905 (foto MDDS).

Figura 57 – *Nummus* de *Constantinus I*, moeda da série *Gloria Exercitus* (dois estandartes) cunhada em *Thessalonica* 330-335 d.C. UE [05], N° Inv. MDDS 1991.4910 (foto MDDS).

Para o período de 330-335 temos quatro numismas com dois exemplares das séries urbanas (loba e gémeos; *Victoria* na proa), e do tipo *Gloria Exercitus* (dois estandartes), todas cunhagens de *Constantinus I*. Este período precede uma fase intensa de emissão de moeda que não se reflete na nossa amostragem. Como já referimos anteriormente, prevalecem as casas de moeda Ocidentais. O tipo *Gloria Exercitus* (dois estandartes) foi introduzido neste período onde também se operou a redução do *nummus* (2,48g).

Entre 337-341 o *nummus* passa a possuir 1,50g (RIC VII, p. 9.) sendo que no final deste período deixa de ser emitido sendo substituído por uma nova moeda de bronze (LBRC II, p. 41). Nesta fase ainda são utilizados os tipos constantinianos, sendo que na nossa amostragem são na sua totalidade do tipo *Gloria Exercitus* (um estandarte), também de cunhagem Ocidental. As entidades emissoras presentes reduzem-se a *Constans* e *Constantius II*, traço comum aos numismas identificados nesta zona do país.



Figura 58 – *Nummus* de *Constans*, moeda da série *Gloria Exercitus* (um estandarte) cunhada em *Treveri* ou *Arelate* 337-341 d.C. UE [05], N° Inv. MDDS 1991.4907 (foto MDDS).

Para a fase de 341-348 apenas possuímos um numisma, de tipo *Victoriae DD Avgg Q NN* de *Constantius II*. Esta série foi introduzida neste período apresentando uma massa de circulação dominante, relegando outros tipos para um papel secundário.



Figura 59 – *Nummus* de *Constantius II*, moeda *VICTORIAE DD AVGG Q NN* (duas vitórias frente a frente) 341-348 d.C. UE [05], N° Inv. MDDS 1991.4909 (foto MDDS).

No período de 355-358 temos três exemplares do tipo *Fel Temp Reparatio*, todos de módulo reduzido como é característico desta fase (AE3). Infelizmente não foi possível determinar com segurança a origem destas peças, apenas sabemos de que foram cunhadas sob a égide de *Constantius II*.



Figura 60 – AE3 *Constantivs* II, moeda *Fel Temp Reparatio* 355-358 d.C. SUE, N° Inv. MDDS 1991.4906 (foto MDDS).
 Figura 61 – AE3 *Constantivs* II, moeda *Fel Temp Reparatio* 355-358 d.C. [81], N° Inv. MDDS 1991.4913 (foto MDDS).

Foram ainda estudadas duas moedas das quais pouco ou nada foi possível retirar, podemos somente afirmar que terão sido cunhadas no século IV ou inícios do V, sendo ambos AE 4.

A título conclusivo, poderemos afirmar com base no estudo numismático que esta *villa* teve um desenvolvimento acentuado no século IV principalmente a partir de 330-335, período a partir do qual grande parte das moedas foram cunhadas, e que recebeu massa monetária semelhante ao restante Noroeste Peninsular para este período, caracterizado por numismas da família de Constantino e de casas de moeda Ocidentais.

6.2. Crono-estratigrafia

Como atrás referimos, a estratigrafia de Via Cova não é totalmente esclarecedora de toda a evolução ocupacional. No entanto, traduz de forma bastante explícita as últimas fases de ocupação do edifício romano e o seu consequente abandono.

Os revolvimentos produzidos pelos trabalhos agrícolas e pela construção de uma vivenda são perfeitamente visíveis nas UEs [01], [02], [03], [04], [31] e [32] quer pela sua configuração quer pelas inclusões culturais que cada uma possui.

Os materiais de época contemporânea misturam-se com o espólio romano de natureza e cronologia variadas (Apêndice 17, 18, 19 e 20). Queremos aqui realçar o vidro com letras

gravadas que surgiu na UE [01] com as TSHT, as TSA, os EB, os EVNV – TSBT e a moeda⁶ da UE [04] que nos dão um balizamento cronológico dispar e alongado no tempo, entre finais do século III ao terceiro quartel do século V.

Os níveis de derrube [05] e [06] que constituem a última fase de ruína do edificado demonstram espólio (TSHT, TSA, EVNV – TSBT, CT, vidros e oito moedas⁷) que poderemos balizar no mesmo espaço temporal: 1º quartel do século IV até ao 3º quartel do século V – século VI. Estas cronologias baseiam-se nas TSHT, TSA, CT, EVNV (TSBT) e na lucerna atípica de produção local (Apêndice 61). Apesar de possuir materiais que certamente corresponderão a outros momentos de ocupação/ruína do edificado, como é o caso da imitação de Drag. 36 em EVNV da UE [05] do início do século II, ou que se integrarão perfeitamente nesta fase como é o caso da Ritterling 8 da TSHT dos finais do século III até ao 3º quartel do século IV da UE [06], pensamos que a ruína total do edificado possa ter ocorrido durante o século VI mas não colocamos fora de hipótese que este momento se possa situar em finais do século VI – século VII.

Após a remoção destes sedimentos foram reconhecidos vários níveis passíveis de constituírem a primeira fase de ruína do edifício, o derrube das coberturas (UEs [08], [15], [39], [41], [44], [45], [56], [60], [61], [65], [66] e [72]). A realidade arqueológica demonstrou vários níveis que demonstraram possuir características diferentes, no entanto em termos cronológicos há uma uniformização entre todos eles, acompanhando o mesmo balizamento cronológico dado para os dois níveis de derrube anteriormente definidos, UEs [05] e [06]. As inclusões materiais destes níveis fazem-se compor por TSHT, TSA, EVNV (TSBT) e CT que nos conduzem a um balizamento cronológico entre início do século IV e o 3º quartel do século V – século VI. Neste contexto também surgem materiais alto imperiais associados a materiais bastante mais tardios,

⁶ 1 *Nummus* da Série Urbana cunhada em 330 – 335 com o N° Inv. MDDS 1991.4904.

⁷ Provenientes da UE [05]: 1 *Nummus* de *Constans* cunhada pela casa de moeda de Treveri ou Arelate em 337 – 341 com o N° Inv. MDDS 1991.4907; 1 *Nummus* de *Constantius II/Contans* cunhada em 337 – 341 com o N° Inv. MDDS 1991.4912; 2 ilegíveis do século IV com o N° Inv. MDDS 1991.4908 e MDDS 1991.4911; 1 *Nummus* de *Constantius II* cunhada em 341 – 348 com o N° Inv. MDDS 1991.4909; 1 *Nummus* de *Constantinus I* cunhada pela casa da moeda de Thessalonica/2ª em 330 – 335 com o N° Inv. MDDS 1991.4910; 1 AE3 de *Constantius II* cunhada em 335 – 358 com o N° Inv. MDDS 1991.4915; 1 *Nummus* da Série Urbana cunhada em 330 – 335 com o N° Inv. MDDS 1991.4916.

estamos a referir-nos ao EV que foi exumado da UE [60], imitação de um prato Oberaden 21 do século I – século II (Apêndice 41.1).

Apesar da presença dos materiais alto imperiais nos níveis de derrube ser bastante residual podem indiciar a existência de alguns revolvimentos em determinadas zonas numa altura posterior à sua deposição, nomeadamente nos quadrados (F2) e (E2).

No actual estado das investigações podemos inferir que a ruína do edificado ocorreu toda no mesmo momento, não sendo perceptível dados arqueológicos que nos indiquem períodos de ruína diferenciados.

Ao contrário, os níveis de abandono identificados na realidade arqueológica de Via Cova não são muito claros no seu balizamento cronológico. Dos catorze níveis de abandono identificados, UEs [07], [12], [13], [34], [35], [37], [40], [41], [52], [53], [56], [57], [63] e [67], apenas metade forneceu materiais passíveis de nos dar cronologias.

No exterior, espaço que designamos por pátio, as UEs [12] e [13] constituirão os níveis de abandono do solo [116], possuem materiais (TSHT, TSA, ENNV – TSBT, CT, vidros e uma moeda⁸) do 1º quartel do século IV até ao 2º e 3º quartel do século V – século VI, o que nos indica a sua utilização do pátio até à ultima fase de ocupação do edificado.

Os níveis de abandono, UEs [40] e [56], do pavimento [114] do C. 4 sugerem-nos uma cronologia a partir da 2ª metade do século IV ao século V – VI tendo em conta as suas inclusões culturais (TSHT, TSA e vidros). o que também será consentâneo com a última fase de ocupação do edificado.

O pavimento [42] do interior do C 3 possui uma fina camada de abandono, UE [41] com materiais do início do século IV até ao século VI, mostrando coerência com os restantes níveis até agora analisados.

Tal como já vimos anteriormente por baixo do solo [42] encontra-se um enchimento, UE [43], que desafectou a estrutura [146] e o pavimento [119], infelizmente não possuímos qualquer inclusão cultural que nos possa indiciar a época em que foi feita esta remodelação.

⁸ Proveniente da UE [13]: Moeda encontrada nas listagens de inventariação do material, no entanto não foi possível localizar este numisma no MDDS.

Contudo podemos avançar que o piso [119] será do início do século IV colocando-o num segundo momento de construção/remodelação do edificado.

Sobre o solo [110] do C. 5 foi identificado um nível de abandono enquadrável no século IV, cronologia sugerida por um fundo de TSHT, apesar de se misturar com materiais que poderão possuir cronologias mais tardias, EVNV (TSBT) e TSA, e com um fragmento de uma Hispânica 7 de finais do século I – século II (Apêndice 7). Estas inclusões culturais podem sugerir revolvimentos após o abandono deste espaço, podendo constituir um dos primeiros espaços a ser desafectado antes da ruína do edificado. Pensamos que este compartimento terá sido desafectado ao longo do século IV – V, mantendo a sua estrutura mas não a sua funcionalidade.

Os níveis de abandono indiciam que partes desta ala do edifício estariam já desactivadas na última fase de ocupação, enquanto outras poderiam estar em funcionamento, havendo assim um abandono progressivo da *pars rustica* da *villa*. Na nossa opinião este facto também poderá explicar a quantidade de cerâmicas de luxo (TSHT e TSA) recolhidas numa área da *villa* que não seria certamente usada para fazer refeições e dormir, mas sim seria consagrada ao apoio da actividade agrícola da propriedade.

As UEs [14], [18], [19], [20], [24], [25] e [28], que se encontram sobre o pavimento [116] parecem fazer parte de um solo muito degradado; no entanto, os dados arqueológicos não são claros para aferir esta hipótese colocada no decorrer deste trabalho. Nestas UEs foram recolhidos materiais (TSHT, TSA e vidros) com uma cronologia entre fins do século III e o século V – VI, o que nos indicia o momento de ocupação do solo [116], enquadrando-se no último momento de ocupação do edificado.

Os pavimentos identificados em Via Cova forneceram poucas inclusões culturais passíveis de nos indicar níveis seguros de ocupação. A excepção será o pavimento alto imperial [111] e o pavimento baixo imperial [110].

No primeiro, pavimento [111], foram recolhidos cerca de cinco fragmentos cerâmicos, quatro de cerâmica comum e uma TSG, sendo este último um fragmento de bojo de Drag. 18/31 datado de finais do século I – Inícios do século II. O que nos poderá indiciar a cronologia da fundação do edificado.

No pavimento [110] foi recolhido um fragmento de asa de cerâmica comum e um *nummus* de *Crispvs* cunhado em *Londinium* no 1º quartel do século IV, 321 d.C. Estamos em crer que esta moeda nos indica o início da primeira grande remodelação que ocorreu no edificado.

Será ainda de salientar que no pavimento [51] que poderá ser o mesmo que o piso [116] foi recolhido um fragmento de uma taça de EVNV – TSBT que não nos foi possível classificar nem estabelecer a sua cronologia, pelo que será uma forma inédita.

A realidade arqueológica de Via Cova permitiu ainda individualizar alguns níveis de utilização / abandono das estruturas de combustão que se encontram no interior de alguns compartimentos. As três estruturas de combustão (UEs [120], [137] / [107] e [106] possuem níveis (UEs [74], [77] e [59]) que podem ser conotados coma a sua utilização / abandono, no entanto só a UE [74] possui inclusões culturais (cerâmica comum, comum fina, pintada, TSHT, TSA, EVNV - TSBT e vidraça), contudo não foi possível classificar e obter cronologias para este conjunto material.

As várias remodelações operadas no edificado ao longo da sua vida originaram níveis de enchimento que estão intimamente ligados a desafecção de alguns espaços. Estamos a referir-nos as UEs [62], [69], [82] e [133] que nos forneceram pouco material (cerâmica comum, EB e metais) passível de nos dar cronologias seguras para a sua periodização.

Importa ainda frisar que as UEs [48] e [81] apesar de não possuírem uma interpretação muito clara, sendo a primeira um possível nível de enchimento / abandono do espaço definido pelas estruturas [87], [94] e [93]. No caso da UE [81] podemos estar na presença de um possível pavimento ou preparação do mesmo contemporâneo a estrutura de combustão [107].

Independentemente da sua interpretação sabemos que a UE [48] possui inclusões culturais (TSHT e TSA) que nos permitem estabelecer um balizamento cronológico entre fins do século III e o 1º quartel do século V. Este balizamento cronológico para além de nos indicar revolvimentos estabelece que as estruturas [93] e [94] terão sido utilizadas até a última fase de ocupação.

No caso da UE [81] as inclusões culturais (TSHT, EVNV – TSBT, CT, moedas⁹ e vidros) estabelecem-nos um balizamento cronológico entre o 2º quartel do século IV e inícios do século V. Esta cronologia é consentânea com o solo [110] e com os níveis que pensamos ser de abandono e desafecção do C. 5.

6.3. Fases de construção (Apêndice 4)

Pelos elementos disponíveis, muito fragmentados por força da destruição operada pela construção da urbanização e pelo estado inacabado da intervenção arqueológica de 1990, não nos é possível fazer uma caracterização aprofundada de todo o programa construtivo desde o período alto imperial, período em que foi implantado o primeiro estabelecimento, até ao decurso do baixo império, altura em que o edifício terá atingido o seu apogeu, a que verdadeiramente poderemos chamar de *villa*.

Tanto quanto a realidade arqueológica de Via Cova demonstrou, o edifício tal e qual o vemos hoje é fruto de várias remodelações e acrescentos de um estabelecimento antigo do qual pouco ou nada sabemos.

Apesar destes factos incontornáveis, iremos apresentar seguidamente um ensaio sobre as fases de construção / remodelação que nos parecem ser coerentes com a análise que efectuamos de todo o registo arqueológico.

Assim, com base na estratigrafia, espólio recolhido e nas características construtivas formulamos, com carácter hipotético, três fases que caracterizam para já a sequência ocupacional deste sítio.

6.3. 1. Fase I – 1º estabelecimento (Apêndice 5)

Desta fase pouco ou nada sabemos devido às construções que se lhe sobrepuseram, nomeadamente a *villa* do baixo império e, sobretudo, pelo estado inacabado da intervenção arqueológica de 1990.

⁹ 1 *Nummus* de *Constantinus I* cunhada em 330 – 335 com o N° Inv. MDDS 1991.4914 e 1 AE3 de *Constantinus II* cunhada em 335 – 358 com o N° Inv. MDDS 1991.4913.

Desta fase cremos que farão parte as estruturas [84], [86], [88], [93], [94], [95], e [100] conjuntamente com o pavimento [111].

Como já foi dito anteriormente a estrutura [84] é um muro estrutural que delimitaria a ala do edifício a OSO e a partir do qual se fazia a compartimentação da construção através das restantes estruturas acima referidas.

As características construtivas destes muros leva-nos a crer que todos seriam contemporâneos entre si apesar de subsistirem algumas dúvidas nas estruturas [93] e [94]. Outros haveria certamente, mas dos quais, a ajuizar pela extensão da estrutura [84], nada ainda sabemos. Não nos podemos esquecer que ainda existe uma área considerável por escavar.

O único facto indesmentível que possuímos é que era um edifício que se desenvolveria de SSE para NO e certamente teria continuidade por baixo da estrada a SSE e para os terrenos da quinta a NO.

Tal como a planta documenta (Apêndice 5) seria um edifício com uma configuração aproximada da construção que se lhe sobrepôs. Seria a ala OSO de um edifício com cerca de 7 m de largura voltado para uma área central a céu aberto a NE. A ladear este espaço central, pátio, estaria um espaço de circulação, corredor, provavelmente porticado e que daria acesso às varias dependências da ala do edifício.

Esta fase mais antiga corresponderá à fundação da *villa* romana, datável de finais do século I – início do século II. O raro espólio que a escavação forneceu deste período incluiu um fragmento de uma Drag. 18/31 de TSG que estava incrustada no pavimento [111], datando esta primeira fase de construção.

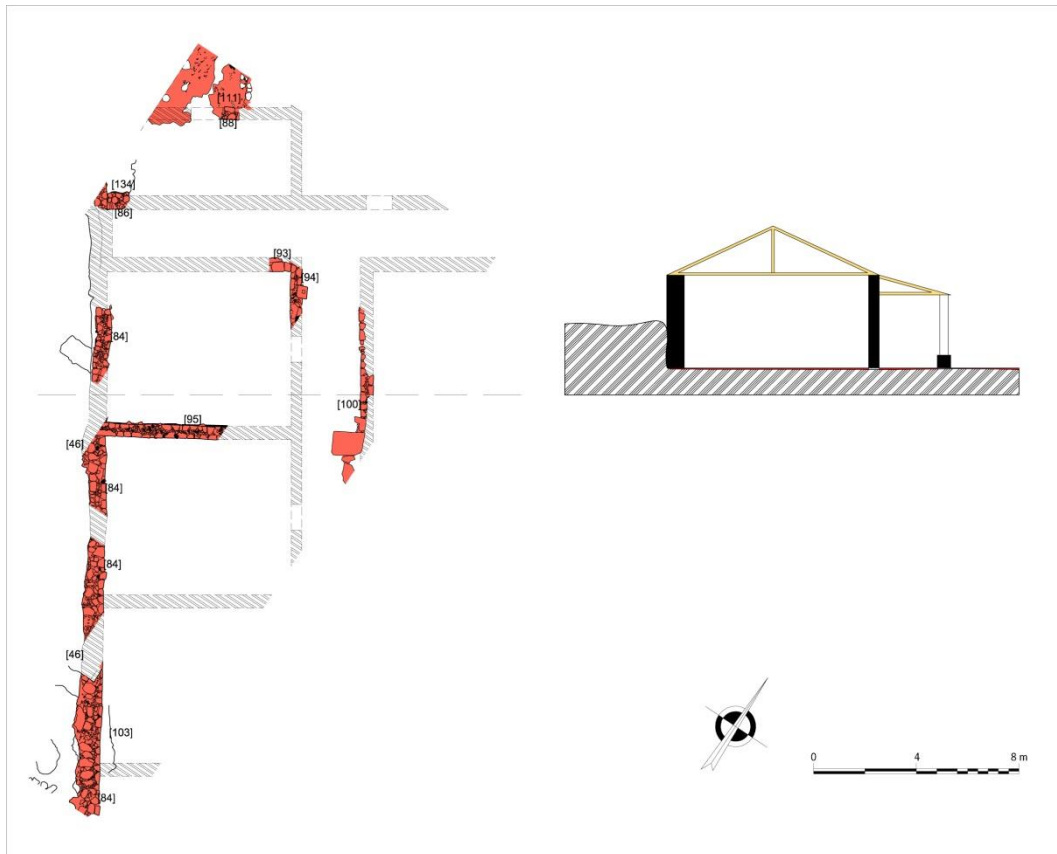


Figura 62 – Planta de Via Cova enquadrável na Fase I, segundo Manuela Martins (Carvalho 2008: 232).

O carácter bastante residual de inclusões culturais deste período poderá ser facilmente explicado pelo intenso revolvimento que ocorreu em Via Cova no 1º quartel do século IV, daí a presença de algum espólio alto imperial (TSH e EVNV) recolhido em níveis de derrube e enchimento, e pela falta de escavação dos níveis mais antigos da *villa*, que certamente estarão abaixo dos pavimentos da última fase de ocupação e nas valas de fundação de algumas estruturas.

6.3. 2. Fase IIa – Remodelação (Apêndice 6)

A fase II a, que pela correlação da análise das características construtivas e pelo espólio recolhido, terá ocorrido no 1º quartel ou na 1ª metade do século IV. Este facto é indelével pelo *nummus* de *Crispus* cunhado pela casa da moeda de Londinium recolhido no pavimento [110], condenando algumas estruturas da I fase, como é o exemplo da estrutura [86].

Neste momento nasceu uma nova construção, a legítima sucessora do edifício alto imperial. As razões que levaram a tal profunda mudança no edificado não as sabemos, contudo podemos sempre sugerir a hipótese de ter havido a necessidade de adaptar o espaço edificado as novas necessidades desta época, diminuindo e organizando as diversas dependências que faziam parte do edifício mais antigo.

Apesar de não sabermos as implicações que a construção do novo edifício possa ter originado é indiscutível que as estruturas [93] e [94] foram desmontadas e que as estruturas [86], [88] e [96] foram condenadas por novas construções, muros e pavimentos. Certo também é a reutilização de algumas estruturas mais antigas como é o exemplo da estrutura [84] e [95], bem como a utilização parcial de outras como será o caso das estruturas [93] e [94].

Ao contrário da fase I, possuímos a ala OSO de um edifício bem definido dividido em seis dependência distintas com um pátio central a céu aberto a NE. A sua largura foi diminuída substancialmente com a construção da estrutura [87]. Pensamos também que a circulação passou a ser feita internamente tendo sido a estrutura [100] que delimitaria o corredor porticado condenado pelo pavimento [116]. Não queremos deixar de frisar, mais uma vez, que o sistema de circulação entre as várias dependências desta fase é um problema que falta resolver em Via Cova, apesar de todas as soluções hipotéticas que fomos avançando ao longo deste trabalho.

Assim, nesta fase a ala teria cerca de 5.55 m de largura dividida em seis dependências diferentes, conseguidas através da construção das estruturas [83], [85], [97], [98] e [99] dando-nos a sensação que se articularia com outra ala no sentido OSO / NE e da qual apenas resta a estrutura [96]. No interior do C. 2 e C. 3 são também visíveis estruturas que terão servido para a organização interna de cada um deles. Estamos a referir-nos a estrutura [101] do C. 2 que terá servido para a delimitação interna do espaço e as estruturas [102], [108], [109] e [146] que poderão constituir uma infra-estrutura interna rebaixada para armazenamento de líquidos. Como já anteriormente foi referido esta nossa hipótese de interpretação do C. 3 carece de confirmação.

A desmontagem parcial da estrutura [93] originou uma grande vala [147] que nitidamente foi entulhada com a UE [62] que possui inclusões culturais diversas e de onde se destacam alguns elementos arquitectónicos. A presença de bases de coluna e fustes no interior do C. 5 corroboram a nossa tese de condenação do corredor porticado da I fase, tendo esses

elementos sido reutilizados nas novas estruturas e colocados nos entulhos que foi necessário fazer.

É uma fase caracterizada pela demolição, saque e reutilização de materiais que deram forma a um edifício que manteve mais ou menos a forma do edifício alto imperial mas foi completamente reorganizado internamente. A esta fase correspondem os vestígios mais significativos em dimensão, estado de conservação e definição funcional dos espaços da *pars rustica* da *villa*.

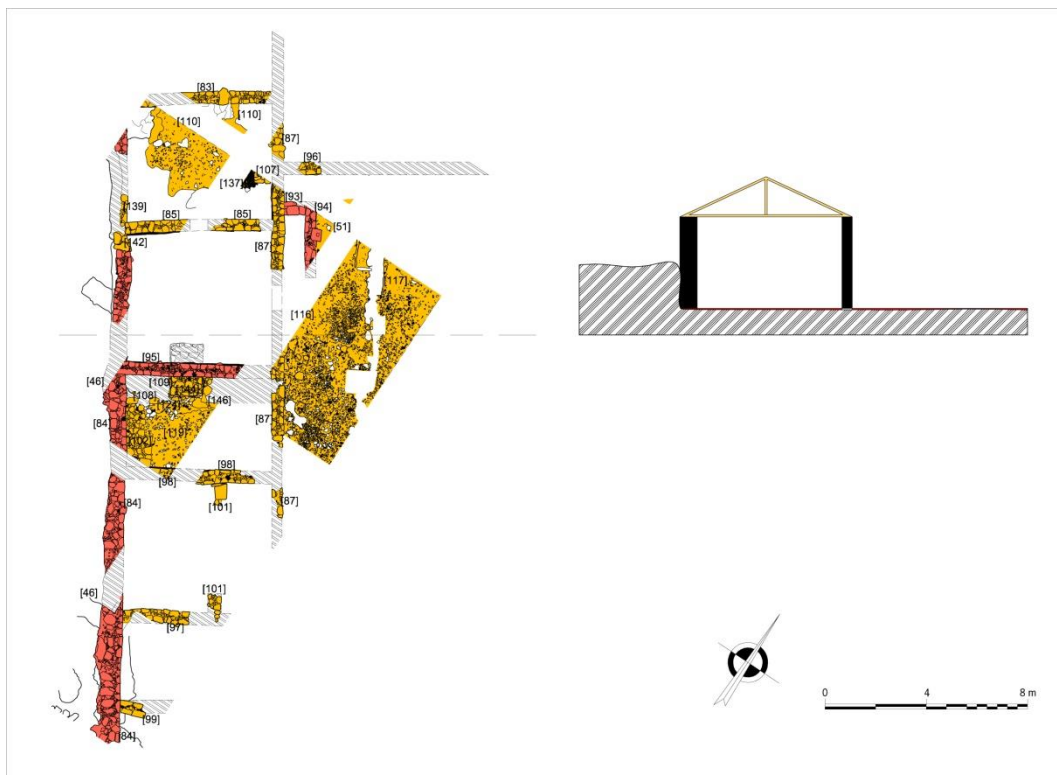


Figura 63 – Planta de Via Cova enquadrável na Fase II.

O edifício desta fase sobreviveu até ao século VI, pelo menos, tendo em conta a cronologia das CT, TSHT e TSA, no entanto durante este período foram operadas algumas remodelações e reparações no edificado visíveis essencialmente pela diferença no modo de construir de algumas estruturas.

6.3. 3. Fase IIb – Remodelação e reparações (Apêndice 7)

Nesta fase incluímos repavimentações, reparações e construção de um novo anexo que corresponderão a um momento de declínio da *villa*. Havendo possivelmente alguns espaços que teriam já sido desafectados enquanto outros ainda mantinham a sua funcionalidade, como já referimos anteriormente.

Situáramos o início desta fase entre finais do século IV - 1º metade do século V tendo em conta as inclusões culturais que conseguimos isolar no interior do C. 7, a UE [70] que configurará a preparação do pavimento [112], nomeadamente EVNV – TSBT e CT.

As diferenças do modo de construir estão bem patentes nas remodelações [136], [138], [140], [141] e [143] onde os elementos que as constituem são de dimensões, talhe e forma bem diferenciada das restantes fases, especialmente da fase I.

Estas diferenças nos métodos e técnicas construtivas poderão corresponder a reparações pontuais que a construção da fase II a poderia requerer, servindo para reforçar a estruturas que poderiam apresentar sinais de ruptura. O mais evidente para nós será a remodelação da estrutura [87] designada por [143] que na nossa opinião terá sido efectuada aquando da construção do novo espaço, C. 7, reforçando assim uma estrutura que poderia estar debilitada estruturalmente o que vem de encontro a nossa interpretação da remodelação [141] que seria um reforço interno da remodelação [143].

Na mesma lógica poderíamos colocar as remodelações [136] e [138], se a primeira não nos parece muito lógico ser o entaipar de uma porta devido a sua curta extensão no segundo parece-nos o refazer de uma estrutura, [138] que não era muito robusta estruturalmente por possuir um só paramento.

A esta fase também corresponderão as repavimentações registados no interior do C. 2, C. 3 e do C. 4. No primeiro espaço a repavimentação com o solo [118] terá condenado a estrutura [101] que faria uma divisão interna do espaço na fase anterior, tornando esta divisão mais ampla, talvez para ir de encontro das necessidades desta ultima fase de ocupação.

No interior do C. 3 também se denota a repavimentação do interior com o solo [42], elevando a cota de circulação e permitindo um melhor acesso a escadaria [109]. Este espaço

terá adquirido sem dúvida uma nova funcionalidade, da qual nós pensamos ser uma divisão de pavimento rebaixado para armazenamento de produtos agrícolas.

Também no interior do C. 4 nos parece evidente a repavimentação do espaço, UE [114] que será contemporânea a construção da estrutura de combustão [106], trazendo uma nova funcionalidade a esta divisão, que segundo as inclusões culturais pensamos ser um espaço de transformação de produtos agrícolas. A utilização ou a construção desta lareira poderá estar ligada a remodelação / reparação designada por UE [140].

Parece-nos também evidente a estruturação de um novo espaço, C. 7, através da construção de duas novas estruturas, [89] e [90]. Pouco sabemos acerca desta dependência, mas parece-nos ser um espaço estreito construído ao longo da estrutura [87] onde foi construída uma estrutura que nós interpretamos ser de combustão encostada a mesma estrutura. A pavimentação deste espaço, solo [112], condenou a estrutura [96] que nos pensamos definir a fachada interna SSE da ala NO do edificado da fase anterior.

Esta fase é caracterizada por remodelações e reparações do edifício da fase anterior que pouco alterou estruturalmente o edificado, apesar de indiciar que a construção a NO tenha sofrido alterações de fundo, e que terá decorrido entre finais do século IV – início do V sendo ocupada até ao século VI.

Parte III

As *villae* no Entre-Douro-e-Minho

Introdução

Através da análise e interpretação da informação publicada acerca das *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho, procuramos identificar eventuais recorrências nas técnicas e métodos construtivos, cronologias e locais de implantação. Pretendemos assim valorizar os dados das *villae* escavadas até hoje, tarefa torna indubitavelmente difícil, tal é a diferença das fontes de informação. Como já referimos anteriormente, a natureza dos dados e a diferente valorização dos mesmos torna esta tarefa mais problemática. No entanto, e sem pretendermos “escavar” as escavações iremos, sempre que possível, analisar desenhos e fotografias publicadas que nos permitam obter mais alguns dados acerca destes sítios arqueológicos.

Nesta síntese tentaremos seguir os parâmetros de análise definidos para Via Cova, tendo por base as características das construções de cada sítio arqueológico, tentando evidenciar os sistemas relacionados com os métodos e técnicas construtivas.

Do mapa abaixo indicado, apenas vamos abordar oito *villae*, já que tratamos da *villa* de Via Cova no presente trabalho e a *villa* de Perrelos (Vila Nova de Famalicão) não possui dados suficientes que possibilitem a sua caracterização.

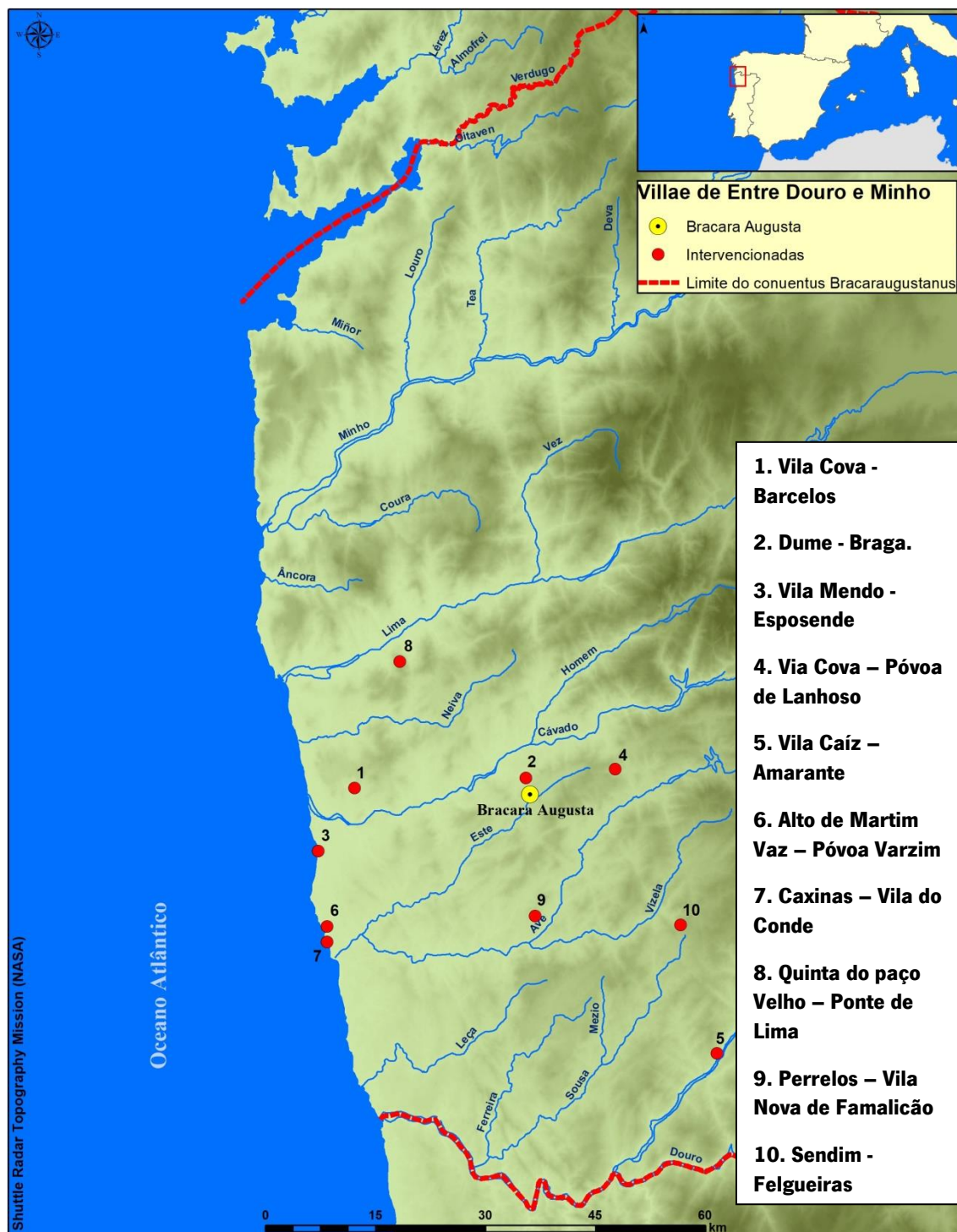


Figura 64 – As villae escavadas no Entre-Douro-e-Minho (Cartografia elaborada por Luís Sousa).

1. *Villa Romana de Sendim (Felgueiras)*

Os vestígios da *villa* surgiram num esporão voltado a NO no sopé do Castro de Sendim, dominando todo o vale até Jugueiros (Pinto 2008: 33).

Os povoados de Felgueiras que se situam a sul do rio Vizela e na bacia do Sousa, como o castro de Sendim, o castro do Senhor dos Perdidos, o castro do Ladário, o castro de Santa Marinha, o castro de S. Simão, ou o castro da Pedreira apresentam sinais evidentes de romanização, com uma ocupação a partir de finais do século I a.C. até finais do século I d.C., altura em que começam a ser abandonados (Pinto 2008: 31).

O castro de Sendim “controlava o vale de Jugueiros, pelo qual se fazia a passagem do vale do rio Vizela para a bacia do rio Sousa e o vale do Tâmega. Era, por isso, um povoado importante, uma vez que, juntamente com o castro da Senhora Aparecida, controlava também o acesso às minas de estanho da região do Seixoso, fundamentais na metalurgia do bronze desde o II Milénio” (Pinto 2008: 31).

Em 1992 surgem restos de muros e muita cerâmica de tipologia romana no decorrer da construção de uma casa, desencadeando uma escavação de emergência que permitiu colocar a descoberto um edifício romano com indícios de ocupação entre a segunda metade do século I até ao século VI. Passados cinco anos dá-se início a uma nova campanha de investigação com escavações sistemáticas e projectos de valorização do sítio (Pinto 2008: 20-29, 33).

Do edifício da segunda metade do século I pouco se sabe; segundo Marcelo Mendes Pinto, no atual estado das investigações, não é possível saber a dimensão da propriedade aqui estabelecida na segunda metade do século I (Pinto 2008: 20-29, 33).

O edifício romano, tal e qual o vê hoje, resulta de remodelações de finais do século III – início do século IV de um estabelecimento mais antigo, talvez da segunda metade do século I a avaliar pelas TSH, TSG, fragmentos de cinzenta fina polida, paredes finas com decoração mamilar e bracarenses recolhidas nos estratos mais profundos e valas de fundação (Pinto 2008: 20-29, 33).

É a partir de finais do século III que a propriedade ganha dimensão, com a ampliação da casa, a construção do conjunto termal e a pavimentação a mosaico de alguns compartimentos, sendo que esta pavimentação poderá ser do início do século IV (Pinto 2008: 20-29, 34).

O *fundus* deste estabelecimento também parece ter dimensões generosas, segundo Marcelo Mendes Pinto, baseando-se na asserção que, em época romana, os limites das propriedades se faziam pela linha de cumeeada dos montes. Aceitando esta hipótese, estamos na presença de um *fundus* contínuo delimitado pelos montes de Santa Quitéria e S. Domingos a poente e os contrafortes da serra de Sabagudo a nascente, encaixando o vale que se estende até ao rio Bugio a norte (Pinto 2008: 20-29, 34-35).

A casa na sua última fase de ocupação possui dimensões consideráveis e está dotada de luxos à imagem do gosto romano.

Todo o edifício se desenvolve em volta de um peristilo retangular provavelmente porticado e para o qual se abria um *triclinium* a sul. Este *triclinium* na última fase de ocupação já desempenharia funções de *oecus*, possuindo pavimento em mosaico do qual se desconhece a sua composição (Pinto 2008: 20-29, 34).

A contornar o peristilo a oeste e este, existem dois corredores que dariam acesso aos *cubicula* e à ala. Estes corredores possuem indícios de terem sido pavimentados a mosaico, no entanto desconhecesse a sua composição (Pinto 2008: 20-29, 34).

No extremo norte do peristilo existe uma dependência com dimensões e acabamentos muito idênticos ao *triclinium*, estando também pavimentado a mosaico parece ter uma funcionalidade de *triclinium* ou *oecus* para as épocas mais quentes do ano (Pinto 2008: 20-29, 34-35).

O quarto do *dominus* designado por quarto com mosaicos situa-se logo a seguir a ala, o acesso era feito a partir de um espaço de circulação delimitado a sul pelo *triclinium*, a norte pelo peristilo e a oeste pelo tanque. É o espaço mais bem preservado da habitação e onde se podem analisar alguns elementos decorativos que atestam o luxo e a riqueza que o seu proprietário se fazia rodear.

No interior, para além de ser perceptível a divisão do espaço em duas partes devidamente marcado por dois muretes e um degrau, é possível ver estuque nas paredes e restos de um mosaico policromo que foi possível reconstituir. Na zona mais ampla do compartimento, o mosaico possui uma composição em coroa, circunscrito dentro de dois octógonos, um dentro do outro, formado por retângulos, triângulos, quadrados e losangos. No interior do octógono central a um motivo em estrela de oito losangos, determinada por quadrados, retângulos, triângulos e losangos. O preenchimento dos quadrados e retângulos fez-se com um entrançado com os signos de Salomão. Toda esta composição é enquadrada por uma cordada seguida por um enxaquetado a preto e branco e por uma bordadura de tesselas cerâmicas de maiores dimensões (Pinto 2008: 20-29, 35).

No espaço consagrado ao leito mantêm-se o enxaquetado e a bordadura de tesselas cerâmicas delimitando um espaço retangular preenchida com uma grelha oblíqua com motivos vegetalistas no interior. No degrau a composição é feita através de peltas de braços redondos com signos de Salomão entrelaçados no interior (Pinto 2008: 20-29, 35).

O complexo termal situa-se do lado oposto ao quarto com mosaicos, por trás do triclinium *sul*, do qual ainda é visível o hipocausto, com o *praefurnium* do *caldarium* e restos do *praefurnium* do *tepidarium*, e um grande tanque de água fria. Este tanque de água fria possuía uma estrutura absidal que teria funções lúdicas (Pinto 2008: 20-29, 35).

O abastecimento de água das cozinhas e das termas era realizado de uma canalização que recebia as águas de uma nascente na base do castro de Sendim (Pinto 2008: 42).

A partir da análise da planta (Pinto 2008: 36-37) podemos ainda verificar a existência de uma zona de serviços a sul do *triclinium* compostas por algumas dependências que certamente teriam funcionalidades diferentes. Havendo alguns compartimentos que não são caracterizados a sul do quarto com mosaicos.

Na mesma planta e da leitura do perfil Nordeste (Pinto 2008: 36-37; 40-41) podemos inferir que o terreno sofreu um rebaixamento do afloramento granítico de forma a ganhar terreno para a implantação do edificado. Por aquilo que nos é dado a entender a parede Este do quarto com mosaicos é totalmente cortada na vertical no afloramento granítico recebendo um reboco como acabamento. Este processo terá diretamente relacionado com a preparação do terreno

antes do início do processo de construção. Apesar de se adivinharem alguns cortes em outras zonas para implantação das estruturas não é totalmente claro nos desenhos publicados.

As zonas sul e a poente são as áreas mais destruídas da *villa*, quer pela passagem de uma estrada municipal quer pela construção de algumas casas, o que não permite a leitura das termas para poente e a destruição total da fachada sul. Não se sabendo se a casa possuiria uma “fachada com algum pórtico ou torre, como por vezes acontecia na *villa*-bloco da tipologia de Gorges” (Pinto 2008: 42).

A estratigrafia geral de Sendim mostra que as ruínas estiveram ao abandono muito tempo sendo visíveis algumas evidências de roubo de pedra. A sucessão estratigráfica que traduz a sequência de ocupação deste sítio contempla três níveis que estarão relacionadas com a exploração agrícola do terreno e que se sobrepõem ao derrube da casa (Pinto 2008: 35). A zona do hipocausto indica a presença de outro nível de derrube e de cinza ligadas a utilização e derrocada do pavimento, e no peristilo são assinalados alguns níveis de enchimento e um nível de ocupação (Pinto 2008: 40-41).

A cultura material caracteriza o período de ocupação da *villa*, do século I ao século VI (Pinto 2008: 46).

As técnicas e a qualidade construtiva aplicada em Sendim estão bem espelhadas nos materiais de construção recolhidos, de onde se salienta as tesselas dos mosaicos, colunas, bases de coluna e capitéis toscanos em granito, pregos e gonzos de portas. Nos materiais de construção queremos evidenciar o aparecimento de dois tijolos provenientes das termas com um *chrismon* gravado, que demonstra a afirmação religiosa e de identidade de um oleiro da região. (Pinto 2008: 46, 49, 88-93).

O material do período alto imperial resume-se a TSH, TSG, fragmentos de cinzenta fina polida, paredes finas com decoração mamilar e bracarenses não havendo qualquer material micáceo de tipologia indígena (Pinto 2008: 33, 46). Nada sabemos das formas e fabricos destes materiais, nem as quantidades em que surgiram no entanto é de realçar a presença de vários fabricos consentâneos com a cronologia proposta para a implantação deste estabelecimento romano.

As cerâmicas de importação mais tardias fazem-se representar pelas TSHT, especialmente do centro de produção do Ebro, TSA e foceianas tardias (Late Roman C) (Pinto 2008: 46, 86-87).

Ainda será de assinalar as CT de produção regional que adquirem formas variadas, jarros, taças, copos e terrinas (Pinto 2008: 43, 68-73).

Os vidros poderão constituir produções locais do século IV e V (Pinto 2008: 46, 84-85), contudo não sabemos da sua expressão no registo arqueológico.

As cerâmicas comuns estão representadas pelos pratos, bilhas, jarros e taças que segundo o autor deixam vislumbrar circuitos comerciais locais e regionais (Pinto 2008: 46, 72-81).

Nem só de cerâmica eram produzidos recipientes essenciais ao quotidiano, em Sendim surgem restos de recipientes metálicos como “armelas de sítulas, figurativas ou não, e fragmentos - alguns rebitados - das próprias sítulas, bem como por asas de jarros (*oinochoë* e *lagoena*), articuladas ou fixas, em bronze” (Pinto 2008: 46, 94-101).

A utensilagem em ferro divide-se em utensílios de cozinha (laminas), utensílios agrícolas (um conjunto foices, um gadanho e um cutelo), utensílios de caça (ponta de seta, laminas de faca, punhais e pontas de chuço) e utensílios ligadas a criação de gado (chocalhos, uma ferradura e um botão de arreio de cavalo) (Pinto 2008: 49, 103, 106-115).

Os materiais ligados a produção têxtil fazem-se representar por inúmeros pesos de tear e cossoiros de fiação (Pinto 2008: 49).

Os objetos de adorno fazem-se representar por uma fibula em bronze e as peças ligadas as atividades lúdicas em pedra e cerâmica (Pinto 2008: 49, 100-101).

E por último as várias dezenas de numismas (96 moedas) datadas do século III e do século IV mas cuja circulação perdurou ao longo do século V, proveniente de várias casas da moeda distribuídas pelas zonas oriental e ocidental do Império. O inventário representativo do acervo numismático evidencia um Antoniniano de Roma 261 -268, um *nummus* de Constantino I (César) de Siscia 317-330, um *nummus* de Constantino I (Augusto) de Tricinum 317-330, um *nummus* da casa de Constantino 337 – 341, um *nummus* de Constâncio II 337 – 341, AE3

Constâncio II de Roma 357-358, AE3 Constâncio II 357-358, AE4 Valentiniano II ou Teodósio I 383-395 (Pinto 2008: 42, 49, 104).

A vida deste edifício, que se estima em cerca de dois e cem metros quadrados, teve uma vida longa certamente marcada por ampliações e remodelações que foram transformando e organizando o espaço. Contudo José Marcelo Mendes Pinto só avança com duas fases distintas, a primeira corresponde a implantação do edificado na segunda metade do século II e da qual se desconhece o programa construtivo e a segunda que corresponde a monumentalização do edificado, sendo-lhe construído um complexo termal, em finais do século III que terá perdurado até ao século VI. O mesmo autor sublinha as dificuldades de estabelecer a transição para o período Suévio, reconhecendo apenas alguns materiais que podem ser atribuídos a este período (Pinto 2008: 43, 44).

Longe de se encontrar concluída, esta investigação irá certamente ter continuidade e trazer novos dados para a sua compreensão, sendo ainda de assinalar que é monumento nacional desde 1997 e se encontra aberta ao público.

2. Paço – Vila Cova (Barcelos)

No rebaixamento do terreno aquando da construção de uma vivenda em 1995 foram detectados vestígios significativos de ocupação de onde se salientam as cerâmicas importadas, elementos arquitectónicos e pedra trabalhada (Almeida et al. 1997: 173).

O corte produzido pelas máquinas revelou que ainda se preservavam algumas estruturas em áreas adjacentes ainda não sujeitas a revolvimentos, o que levou C. A. B. de Almeida a avançar com uma intervenção arqueológica que se pretendia sistemática, mas que acabou por se adaptar a uma escavação de emergência devido as pressões da construção (Almeida et al. 1997: 173 - 174).

O Paço situa-se no lugar do Outeiro na freguesia de Vila Cova (Barcelos). Área relativamente aplanada situada na encosta de uma colina, com o nome de Outeiro, de onde se tem acesso a partir da estrada camarária nº 544 – 21 (Almeida et al. 1997: 171).

A *villa* do Paço – Vila Cova ocupa uma encosta de pendor suave para Sul, a cerca de 70 m de altitude, intensamente ocupada por dezenas de casas de habitação e campos agrícolas (Almeida et al. 1997: 171).

A Sul e poente deste local estende-se a agra de Vila Cova e Banho, bem irrigada pelo Ribeiro de Rodilhões e seus subsidiários tornando as terras em ótimas parcelas para a prática agrícola (Almeida et al. 1997: 171).

A escavação foi dividida em quatro sectores distintos: A, B, C e D por questões operativas que a situação de emergência impunha. Esta intervenção arqueológica ainda se encontra longe de estar concluída tendo C.A.B de Almeida afirmado que considera apenas os dados recolhidos no sector A e B como seguros (Almeida et al. 1997: 175-176).

Os resultados obtidos com esta intervenção definiram oito fases de ocupação que se distribuem no tempo ao longo de uma longa diacronia de finais do século I a.C. ao século XIX da nossa era. O grau de destruição que o local apresenta com as sucessivas construções e reconstruções operadas no local não permite a definição arquitetónica e caracterização de todo o edificado (Almeida et al. 1997: 193-195).

A primeira fase de ocupação do sítio deu-se na parte final da Idade do Ferro, mas da qual pouco ao nada se conhece. Os vestígios deste período resumem-se a dois pavimentos de saibro que se sobrepunham e ao alicerce de uma possível habitação semicircular. Estas estruturas são acompanhadas por louça de cozinha muito fragmentada e micácea (Almeida et al. 1997: 195-196).

Da segunda fase foram registadas quatro estruturas articuladas entre si e parecem formar a parte de um edifício do qual se desconhece quase na totalidade o seu programa construtivo. Estas estruturas definem um compartimento retangular que se integrará num edifício que se desenvolveria para sul e nascente. Neste período está também enquadrada uma estrutura do sector D que não se articula com o conjunto de estruturas anteriormente referidas. Esta segunda fase terá começado em meados do século I – Início do século II, as TSH, as cinzentas finas, as pintadas e as bracarenses corroboram a cronologia proposta (Almeida et al. 1997: 196).

A fase seguinte, a terceira, é composta por três estruturas que configuram uma estrutura retangular que condena uma das estruturas da fase anterior. Esta fase é interpretada como uma ampliação ou reorganização do espaço que terá ocorrido durante o século II ou no III, que segundo C.A.B. Almeida é a altura em que a técnica de construir em fiadas pseudo-isódomas é usual nos pedreiros da região (Almeida et al. 1997: 202).

É já em período ainda não definido do século IV que se dá a grande reconstrução / ampliação do edificado transformando-o numa “verdadeira” *villa*. Um edifício já com alguma dimensão dotado de um sistema de banhos e duas divisões (Almeida et al. 1997: 205-208), das quais não sabemos a sua funcionalidade.

A quinta fase é caracterizada pela *villa* do baixo-império, na 2ª metade do século IV – século V, onde a remodelação é evidente e se dá a inclusão de um conjunto termal. O conjunto termal sacrificou alguns espaços da fase anterior, possui hipocausto e *praefurnium*, provavelmente do *caldarium*. O *praefurnium* ainda conserva o arranque de alguns arcos em tijolo, uns assentavam diretamente sobre o saibro e outros sobre tijolos mais largos que se distribuíam por três fiadas simétricas. O possível *caldarium* resultaria da reformulação de estruturas da fase anterior sendo lhe acrescentada uma cabeceira semicircular. Ao lado no espaço tecnicamente idêntico ao *caldarium* e que também reaproveitou algumas estruturas poderia ser o *frigidarium* (Almeida et al. 1997: 208-213).

Da *villa* da última fase, apesar do seu programa construtivo não ser muito claro já que não é totalmente evidente a coexistência das diversas estruturas no mesmo período, resta o complexo termal dotado de *praefurnium*, *caldarium* e *frigidarium* conjugado com uma dependência dotada de uma estrutura de apoio a uma escadaria, dá a certeza ao autor de estarmos perante uma construção em dois pisos (Almeida et al. 1997: 213). O conjunto do edificado concentra-se no sector B e D o que indicia a sua continuação para norte, nascente e poente, apesar de serem identificadas algumas canalizações conotadas com a ocupação romana nos outros sectores.

A sexta fase está circunscrita ao sector A e C onde surgem um conjunto de estruturas que parecem configurar a ala de um edifício dividido em três compartimentos e dos quais desconhecemos a sua funcionalidade.

A definição deste conjunto como do período visigótico baseia-se nas cerâmicas de superfície vassourada e nas técnicas construtivas dos muros que são muito descuidadas, fazendo lembrar a C.A.F. Almeida as técnicas construtivas do “castrejo” final (Almeida et al. 1997: 213).

As duas outras fases do sítio arqueológico resumem-se a uma estrutura muito tosca conjugada com poucos fragmentos cerâmicos com dedadas decorativas e um bordo de ola do período medieval, e a uma canalização da segunda metade do século XIX.

De assinalar são algumas técnicas construtivas que o autor vai assinalando ao longo da caracterização de cada fase.

Como a configuração do terreno tem um ligeiro pendor para sul levou a que o terreno tivesse sido sujeito a alguns cortes no saibro para a regularização do terreno para a implantação do primeiro estabelecimento romano (Almeida et al. 1997: 198).

As estruturas da segunda fase possuem uma sapata mais larga que o próprio muro, constituído por elementos pétreos trabalhados a pico grosso ligados por argamassa de barro e dispostos em fiadas irregulares. O autor refere que esta técnica era utilizada em alguns povoados da Idade do Ferro que sofreram uma forte romanização, Monte Mozinho e Castelo de Faria por exemplo (Almeida et al. 1997: 200).

Na fase três os muros não utilizam qualquer tipo de sapata com pedra bem faceada de forma retangular e dispostas em fiadas mais ou menos horizontais (Almeida et al. 1997: 202).

As estruturas da fase quatro voltam a usar sapatas compostas por pedras imbrincadas intervaladas com blocos de configuração retangular que ocupavam a largura de todo o alicerce. O muro por cima do alicerce faz-se constituir por elementos pétreos de forma retangular bem trabalhados dispostos em fiadas pseudo-isódomas (Almeida et al. 1997: 208).

Na fase cinco apresentam qualidades construtivas mais frustes, quer nos alicerces quer nos muros, e reaproveitam a pedras de muros anteriores (Almeida et al. 1997: 210).

A estratigrafia reflete as várias fases de ocupação que se distribuem pelos níveis superficiais, camada vegetal e níveis de revolvimento, que selam os derrubes do edificado de época romana e do edifício visigótico. São ainda referidos alguns enchimentos e nivelamentos

consentâneos com as várias remodelações e ampliações do edifício de período romano. Foram também registados alguns pavimentos relacionados com a ocupação da Idade do Ferro e do período romano (Almeida et al. 1997: 180-193).

O espólio resume-se a fragmentos cerâmicos que atravessam toda a ocupação do sítio arqueológico. Da Idade do Ferro é apresuntado uma copa de perfil em S e pança carenada e um fragmento de *dolium* (Almeida et al. 1997: 215, 219).

Do período romano é apresentado alguns fragmentos de cerâmicas pintadas, cinzentas finas e TSH (Almeida e Sousa 1997: 215, 219, 221).

A cerâmica comum de cozinha e usada na alimentação composta por cântaros, bilhas, potes, panelas, dolia e os pratos (Almeida et al. 1997: 215, 219-221).

As TSHT fazem-se acompanhar pelas taças de pequena aba decorada a castanho avermelhado e por taças de pasta cinzenta e bastante porosa. São ainda de salientar as cerâmicas cinzentas estudadas por Rigoir, seja na pasta acinzentada ou na pasta laranja rosado (Almeida et al. 1997: 216, 221).

Como já foi referido anteriormente foram recolhidos alguns fragmentos com as superfícies vassouradas idênticas às já documentadas em outros sítios com ocupação suevo-visigótica (Almeida et al. 1997: 216).

E por último queremos referir as cerâmicas com a superfície exterior polvilhada de mica enquadáveis no século XVI-XVII (Almeida et al. 1997: 216, 221).

Ao longo da caracterização de Vila Cova não foram referidos outros materiais que não as cerâmicas, a exceção são dois numismas ilegíveis que parecem pertencer a “dinastia” Constantiana (Almeida et al. 1997: 205).

3. Dume (Braga)

A área arqueológica de Dume situa-se na área envolvente à igreja paroquial, sujeita a várias intervenções arqueológicas desde 1987 que têm vindo a revelar uma série de dados arqueológicos de extrema relevância. As intervenções neste local estão ligadas aos trabalhos arqueológicos preliminares e de acompanhamento de uma zona que tem sofrido diversas obras

de ampliação, reconstrução e valorização, sendo a UAUM a responsável pelo Salvamento Arqueológico de Dume (Fontes 1987, 1991-1992, 2011; Fontes *et al.* 2011).

A igreja e Mosteiro de Dume localizam-se no Lugar do Assento na freguesia de Dume, nos arredores de Braga. Estes monumentos situam-se em pleno vale do Cávado a cerca de 90 m de altitude nas proximidades do maciço rochoso que delimita a bacia hidrográfica a sul (Fontes 1987: 114).

O local onde se registam os vestígios da *villa* corresponde a uma zona de declive suave dotada de bons terrenos agrícolas. Nestes terrenos foram encontrados inúmeros vestígios de ocupação romana de onde se destacam os capitéis, as bases e fustes de colunas, um ex-voto representando uma figura togada, as inscrições, moedas e abundante espólio cerâmico (Carvalho 2008a: 27).

As diversas intervenções dirigidas por Luís Fontes permitiram colocar a descoberto algumas estruturas que parecem corresponder à *pars urbana* de uma *villa*, epígrafes funerárias que estarão associadas à necrópole de Carquemije, uma igreja do período suevo-visigótico com indícios de ter sido remodelada na Alta Idade Média, parte da necrópole alto medieval e um edifício religioso dos séculos XVII-XVIII (Carvalho 2008a: 27).

Na impossibilidade de consultar o relatório de 1996, referente a intervenção arqueológica de 1994 – 1995, faremos a síntese a partir dos outros resultados divulgados, no entanto, e tendo em conta as referências encontradas nos relatórios posteriores, sabemos que esta foi a campanha onde melhor se definiu a ocupação romana do sítio, nomeadamente o *balneum*.

Na campanha de 1987, surgiu uma estrutura em negativo que inicialmente se tinha interpretado como uma vala de fundação escavada na arena granítica com 0.60 m de profundidade por 0.70 m de largura e que durante as campanhas de 1989/90 e 1991/92 foi reinterpretado como um *vallum* para irrigação ou simplesmente para delimitação do espaço ocupado pela *villa*. (Fontes 1987: 117; Fontes 1991/92: 201).

Esta estrutura será enquadrável no século I- II segundo um fragmento de TSH que apareceu no seu enchimento (Fontes 1991/92: 201).

Associadas a este *vallum* foram registados um piso térreo e uma canalização que certamente fariam parte da *villa*. A canalização apresentava sinais de fogo, no entanto a ausência de carvões e cinzas foi interpretado como uma zona que foi sujeita a fogo tendo sido limpa e remodelada posteriormente (Fontes 2011: 10).

Pavimento constituído por “terra de coloração castanha escura, muito compacta, de matriz arenosa; inclui blocos, fragmentos de telha e de tijolo e argamassa” (Fontes 2011: 15).

As cerâmicas de cozedura redutora atribuível aos séculos VI-VII e VIII-IX está presente no pavimento térreo, anteriormente referido, nos níveis de abandono e derrube o que indicia uma ocupação desde a época de fundação da *villa* até a alta Idade Média (Fontes 2011: 17).

A canalização que se incorpora neste pavimento foi construída com blocos de granito talhados na face interna dispostos numa fiada sendo o fundo revestido a *tegulae*, algumas das quais com marcas (Fontes 2011: 15).

Este pavimento terá sido cortado para a construção de uma estrutura que será enquadrável numa fase de remodelação da *villa* no século III – V, esta asserção baseia-se na correlação que Luís Fontes efectuou com as estruturas identificadas nas campanhas anteriores, nomeadamente no *balneum* (Fontes 2011: 10).

Estrutura em alvenaria com cerca de 0.90 m de espessura, composta por blocos de granito poligonais, com dimensões variadas sendo visível algumas pedras polidas, que foram interpretadas como soleiras reutilizadas (Fontes 2011: 10, 14).

Adossada a esta estrutura foi registada a presença de mais um muro com orientação norte / sul do qual se conserva um segmento que serviu de alicerce a capela. No seu alinhamento foram destetados dois blocos de grandes dimensões que indiciam ser o paramento interno e externo da estrutura. As características construtivas desta estrutura são muito semelhantes aos muros da basílica, por essa razão pressupõe-se que será a adaptação da *villa* ao mosteiro cerca do século VI, prolongando-se a ocupação até ao século IX-X (Fontes 2011: 11).

Este muro composto por um aparelho de silharia granítica, com blocos relativamente regulares dispostos com uma ligeira orientação SE/NO em relação à face do alicerce da basílica (Fontes 2011: 13).

Outros dois muros ortogonais, idênticos a estrutura atribuída a remodelação da villa no século III-IV, partilhando a mesma orientação e tipo de aparelho são associados a um piso térreo conotado com um pátio ou terreiro. Com este pavimento em utilização foram registadas várias fossas de extração de saibro, de onde foram recolhidas cerâmicas consentâneas com o século V-VI, indiciando que terão directamente relacionadas coma construção da basílica ou com a adaptação da *villa* a mosteiro (Fontes 2011: 19, 20).

O piso térreo é constituído por terra de coloração castanha escura, muito compacta, de matriz arenosa fina e calibragem regular onde se apoiam as outras duas estruturas (Fontes 2011: 24).

As estruturas possuem alvenaria, composto por blocos de granito de várias dimensões, paralelepípedicos com a face trabalhada a cinzel, assentes em fiadas horizontais, com juntas largas preenchidas por argamassa de saibro e fragmentos de telha e de tijolo (Fontes 2011: 26).

Nos contextos associados ao abandono destas estruturas recolheu-se alguns fragmentos de ânfora africana do século VI-VII (Fontes 2011: 27).

Temos assim um conjunto de estruturas que confirmam uma continuidade da ocupação com a canalização e muro associado ao pavimento do século III-IV. Os dois blocos podem definir uma ombreira de uma porta ou o embasamento de uma coluna que definiria um pórtico interior virado a sul. Este pátio ou terreiro era definido por duas estruturas, havendo indícios no interior de ter sido repavimentado diversas vezes e de ter tido uma funcionalidade ligado a agricultura tal é o número de ânforas, dolia e talhas recolhidas que se prolongou no tempo entre o século IV e o século IX-X (Fontes 2011: 31, 32).

Não subsiste qualquer dúvida que a *villa* se desenvolveria desde a capela do Rosário para SO, onde o interior do edificio romano estará sob a referida capela, pois é nesta zona onde se encontram as pavimentações mais cuidadas do tipo *opus signinum* (Fontes 2011: 43).

Do período romano foram recolhidos quatro fragmentos de mosaico, três que foram reaproveitados e serviam de degrau de acesso ao templo e o outro reaproveitado na necrópole alto medieval. Todos eles apresentam uma composição de cariz geométrico com particularidades muito específicas, os três primeiros apresentam tesselas de 1 cm² colocadas sobre tijolos e o outro constituído por tesselas policromas de forma cúbica irregular (pretas, brancas, e castanho rosado) assentam sobre um tijolo quadrado através de uma fina camada alaranjada que recobre um nível de *opus signinum*. Este último fragmento foi interpretado por Luís Fontes como parte de um pavimento suspenso de um edifício romano que foi reaproveitado para uma sepultura (Fontes 1987: 124; Fontes 1991/92: 201).

Segundo a sua composição e decoração destes fragmentos de mosaico são do século III – IV (Fontes 1991/92: 201).

As cerâmicas enquadráveis neste período resumem-se a alguns fragmentos de ânfora, vidros, inúmeros fragmentos de cerâmica comum romana e a um fragmento de bracaraense que surgiu num nível de revolvimento (Fontes 1987: 123).

Assinalam-se também a presença de dois fragmentos TSHT, um dos quais é uma forma 104A com uma cronologia entre 530 e 580, apesar de terem surgido em níveis de revolvimento moderno (Fontes 2011: 41).

Apesar de não conseguirmos fazer uma síntese do *balneum*, pensamos ser de extrema importância alguns apontamentos acerca dos métodos e técnicas construtivas do edificado da *villa*, e que poderão acrescentar mais alguns dados assinaláveis a este trabalho.

4. Caxinas (Vila do Conde)

A intervenção arqueológica em Caxinas foi motivada pela construção de uma urbanização, onde se detectou um conjunto de estruturas e vestígios que foram alvo de salvamento. A escavação de emergência foi realizada por uma equipa da UAUM liderada por Luís Fontes (Fontes 1983: 1).

Os vestígios arqueológicos situam-se no lugar de Caxinas numa área próxima da costa que corresponde a uma ampla planície que se desenvolve entre a foz do rio Ave e a foz do rio

Cávado. Área de dunas que tem vindo a ser desmanteladas para aproveitamento agrícola e mais recentemente para a construção de urbanizações (Fontes 1983: 4).

Nas imediações do local onde foi detectada a *villa* em 1980, apenas separada por uma rua, em 1954 já tinha sido detectada uma necrópole de cronologia romana (Fontes 1983: 4).

A intervenção arqueológica da UAUM, inicialmente incidiu sobre uma área onde as máquinas já tinham procedido à remoção do solo e subsolo para a construção da urbanização. Nesta zona foram detectadas diversas covas escavadas na rocha, uma delas conservava ainda o fundo de uma talha, e um poço de configuração quadrangular (Fontes 1983: 6).

Numa área contígua procedeu-se a escavação arqueológica propriamente dita, onde inicialmente se pensava que iria surgir a continuação da necrópole surgiram uma série de estruturas correspondentes a um edifício que se orientaria para NNE (Fontes 1983: 6).

A articulação deste vasto conjunto de estruturas que reflectiam uma série de remodelações que foi impossível interpretar. Os muros e alicerces apesar de terem um aspecto tosco demonstravam alguma solidez já que assentavam directamente sobre a rocha (Fontes 1983: 7).

As características construtivas são variadas e caracterizam-se certamente pelas diferentes técnicas e métodos de construção que foram sendo empregues ao longo da sobrevivência do edificado.

Temos estruturas que possuem vala de fundação escavada na rocha onde assenta o alicerce com um nítido reaproveitamento de materiais, nós por exemplo. Outra variante é constituída por muros que assentam sobre terra através de um alicerce feito com pedras angulosas. Estas duas técnicas construtivas, certamente consentâneas com duas fases de ocupação distintas possuem ainda uma variante que se caracteriza pela mesma estrutura assentar sobre terra e sobre a rocha (Fontes 1983: 7, 8).

Tendo em conta o relatório de escavação deduzimos que quase todas as estruturas se resumiam aos níveis de alicerce pelo que será difícil estabelecer a sucessão cronológica das seis estruturas e avaliar a sua qualidade.

Será ainda de salientar que no registo arqueológico se aferiu a presença de uma canalização que se estendia de este para oeste, mas da qual não possuímos qualquer descrição.

O espólio da necrópole é constituído quase na sua totalidade por recipientes cerâmicos (Almeida 1973: 214-220). tendo sido recolhido apenas um fragmento de um copo de vidro do século IV e uma lucerna que C. A. F. de Almeida datou de finais do século II – 1ª metade do século III. A acompanhar este espólio estava um grande prato de TSA (forma 40 de Lamboglia ou 31 de Hayes - clara C) da 2ª metade do século III, duas tigelas (sendo uma delas da forma Ritterling 8) e um prato de TSH, uma das tigelas e o prato ostentavam a marca do oleiro (Fontes 1983: 7, 9).

O prato Drag. 15/17 possui a marca IIX OF NC, o que parece constituir uma marca inédita. No norte de Africa esta documentado um oleiro que possui a marca IIX OF NO. Na parte exterior são ainda visíveis dois grafitos, uma cruz e as letras MEM MF que C. A. F. de Almeida desdobra em MEM (oriam) M (atris) F (ecit). Esta peça deverá ser de finais do século II ou inícios do século III (Almeida 1973: 211, 212).

A outra marca está presente na parte interna de um fundo de uma Drag. 27 onde se lê EX OF (Almeida 1973: 212).

A lucerna é uma forma característica de Braga, no fundo do lado exterior possui a marca de oleiro circunscrita em duas linhas dentro de uma moldura circular, EX O / LVCRET que será atribuída a oficina de *Lucretius* (Almeida 1973: 213).

Em *Bracara Augusta* de todas as marcas de oleiro destacam-se aquelas atribuídas à oficina de *Lucretius*, presentes em variantes regionais do tipo Loeschcke V, Dressel 20, Loeschcke X e Dressel 28 (Morais 2012: 372).

O restante espólio está representado por pequenos pucarinhos de cinzenta fina polida que serão atribuíveis ao século I, podendo admitir-se a sua utilização durante o século II – III (Fontes 1983: 10).

Na escavação foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica comum, lucernas, TSH e de pequenos vasos de fabrico regional. Os grandes recipientes, ânforas e talhas, também marcam a sua presença, tendo servido certamente para o transporte, conservação e preparação

de alimentos. Tal como na necrópole aqui também foram recolhidos alguns fragmentos de cinzenta fina polida conjuntamente com cerâmica pintada que poderão enquadrar no século I – início do século II (Fontes 1983: 10, 11).

O espólio mais antigo são cerâmicas de fabrico indígena o que indicia que este edifício terá tido uma ocupação inicial entre finais do século I a.C e inícios do I d.C. e se terá prolongado pelo menos até ao século IV (Fontes 1983: 11, 12).

5. Quinta do Paço Velho (Ponte de Lima)

A *villa* da Quinta do Paço Velho localiza-se numa pequena colina de vertentes suaves na encosta meridional do castro de Santo Estevão da Facha (Carvalho 2008: 233).

Na Quinta do Paço Velho foi colocada a descoberto uma casa circular com lareira associada a cerâmica típica da fase final da Idade do Ferro, não estando claro se esta construção antecedeu a construção da *villa* ou se foi detetada nas imediações da mesma (Carvalho 2008: 233; Almeida 2007: 61).

Neste local foram registadas, para além da habitação da Idade do Ferro, duas necrópoles, um forno cerâmico e a estrutura de uma *villa* romana que sofreu remodelações durante o período Suévico (Almeida 2007: 61).

Ainda durante o século I é construído um edifício de tipologia romana que terá uma ocupação até ao baixo-império e a ele estarão associados o forno e a necrópole de bouça Gateira com materiais do século IV-V (Carvalho 2008: 233; Almeida 2007: 63).

A área intervencionada entre 1985 e 1991 colocou a descoberto parte de um edifício com ocupação entre o século II e o século XI, cujos momentos mais bem representados se situam no século V e no século VII. A ocupação alto imperial do edifício é patenteada por espólio cerâmico atribuído ao século II e pelas evidentes violações que a *villa* baixo imperial marcou na construção mais antiga (Almeida 2007: 74, 75).

O edifício do século V poderá ser de raiz Suévica que estará documentada por uma placa de cinturão datada do século VI (Almeida 2007: 75).

O edifício de forma retangular é dividido em dependências retangulares de dimensões mais ou menos regulares que teriam funcionalidades distintas, uns serviam certamente como cubicula, uma cozinha e um grande espaço retangular de armazenamento de produtos e alfaia agrícolas (Almeida 2007: 73, 75).

O edifício terá sofrido uma remodelação no final do século VI ou até já no VII, mas que não alterou a sua forma apenas redimensionou os espaços como é o caso da cozinha e do espaço de armazenamento. As técnicas construtivas empregues nesta fase também é diferente, reaproveitando-se as pedras de construções anteriores e perdendo qualidades relativamente as construções que a antecederam. Associadas à placa de cinturão anteriormente referida foram recolhidas as típicas cerâmicas visigóticas (Almeida 2007: 79).

Durante o século VIII – IX ainda se denota sinais de ocupação na Quinta do paço Velho, apesar de se admitir o abandono de alguns espaços ainda com paredes do edifício principal e algumas áreas cobertas onde se documentam algumas fogueiras (Almeida 2007: 81).

Na área do fundus da *villa*, delimitado entre Agrads de Gondim até Rio Tinto, foram detetados restos de *aedificia* e dois lagares que conjuntamente com a necrópole e o forno anteriormente referidos constituem, para já, as infraestruturas de apoio a atividade agrícola e económica desta área (Almeida 2007: 75, 76).

A recolha de cerâmica de fabrico indígena, apesar de residual, indicia uma primeira ocupação de finais do século I a.C. - inícios do I d.C., contudo como já avançamos anteriormente subsiste a dúvida da proveniência destes materiais. O espólio cerâmico recolhido é composto por cerâmica comum romana, *dolia*, ânforas, bracarenses, imitação de sigillatas, pesos de tear e ainda cerâmica aparentada à paleocristã para além da placa de cinturão (Carvalho 2008: 233).

6. Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim)

Ao longo de varias zonas da área urbana de Póvoa de Varzim, incidindo mais no Alto de Martim Vaz, entre a Rua dos Banhos e a orla marítima, registou-se o aparecimento de parte de um edifício romano com dois tanques nas imediações (Carvalho 2008a: 80).

Estes vestígios são atribuídos a uma *villa* romana que terá conhecido dois momentos de ocupação, um de finais do século I e outro mais tardio (Carvalho 2008a: 80).

A planta do edifício não pôde ser recuperada na totalidade; contudo, foi interpretado como sendo uma *villa* virada para o fabrico de preparados de peixe, segundo C. A.F. de Almeida (Carvalho 2008a: 80).

O espólio reflete a ocupação romana do sítio tendo sido recolhidos fragmentos de ânfora, sigillata e cerâmica bracarense, ao que parece também havia pavimentos em mosaico, mas do qual se desconhece a sua composição (Carvalho 2008a: 80).

7. Vila Mendo (Póvoa de Varzim)

Vila Mendo, Estela, situa-se no limite norte do concelho da Póvoa de Varzim já no limite do concelho com Esposende (Carvalho 2008: 233; Gomes 1996: 191).

As escavações foram originadas pela extração que o local sofreu em 1992, surgindo fragmentos cerâmicos e um muro de tipologia romana (Gomes 1996: 191).

Este sítio poderá estar situado um pouco mais a norte da zona onde se identificaram vestígios de materiais e identificados como *Villa Menendi* por C. A. B. Almeida. Em 1950, na zona SO da Vila de Apúlia foram descobertos algumas estruturas e xisto, fustes em granito, mós manuais, fibulas, pesos de rede, *tégulas*, ímbrices e outras cerâmicas, onde se incluíam cerâmica indígena que remontará ao século I a.C. (Carvalho 2008: 233).

O edifício colocado a descoberto em Vila Mendo possui um formato mais ou menos retangular, com uma abertura voltada a sul onde ainda foi possível verificar a existência de uma soleira composta por pedras de xisto. As paredes ainda apresentavam uma altura considerável, cerca de 2 m, e apresentavam um bom estado de conservação (Gomes 1996: 192).

As matérias-primas utilizadas na construção resumiam-se ao xisto e ao quartzito sem indícios de qualquer tipo de argamassa. Os elementos de quartzito mostravam sinais de rolamento ou erosão o que poderá indiciar que foram extraídos do rio ou do mar (Gomes 1996: 191, 192).

As técnicas construtivas passavam pela construção de muros em xisto e quartzito alternado com pedras de travamento. Na parede oeste verificou-se uma técnica diferente na construção que se define pela construção em quartzito na parte inferior da estrutura e xisto na parte superior, não havendo alternância entre os dois materiais como anteriormente já foi referido (Gomes 1996: 192).

Os inúmeros fragmentos e peças completas de *tegullae* e imbrices testemunham que o edifício seria coberto por um telhado neste tipo de materiais (Gomes 1996: 192).

No interior foram detetados dois pavimentos que se sobrepuseram, o primeiro era composto por *tegullae* invertidas, e do qual só se encontrava perfeitamente conservado junto as paredes. O segundo piso era composto por lajes de xisto e estendia-se por todo o compartimento apesar do seu estado de degradação. Por baixo deste piso foi recolhido um numisma, um sestércio de Adriano de 117-138 que conjuntamente com as outras cerâmicas e sigillatas nos trás indícios de uma ocupação do século II para os níveis médios de ocupação (Gomes 1996: 192).

Da escavação salienta-se a recolha de inúmeras conchas que estarão ligadas ao consumo deste tipo de moluscos (Gomes 1996: 195, 196).

O espólio cerâmico recolhido é diverso e representa uma longa diacronia na ocupação do sítio. As cerâmicas indígenas estão bem representadas por inúmeros fragmentos, alguns de perfil em S outros com decoração em espinha incisa muito parecidas com as cerâmicas da Cidade de Terroso (Gomes 1996: 197).

Representando um segundo momento de ocupação foram recolhidos inúmeros fragmentos de cerâmica comum romana de onde se salientam as talhas, as bacias e os alguidares, sendo que estes dois últimos apareceram em quantidades consideráveis, alguns dos quais com um orifício central. Como em Martim Vaz poderiam estar ligados a indústrias artesanais de preparados de peixe (Gomes 1996: 197, 198).

As sigillatas, a cerâmica cinzenta polida, EVNV - TSBT e cerâmicas pintadas (Gomes 1996: 197) testemunham a ocupação romana do século II até ao século IV-V pelo menos.

Os pesos de tear ou de rede em argila apareceram também em quantidades consideráveis o que comprova a existência de produção têxtil e a prática da pesca por parte dos moradores deste edifício (Gomes 1996: 198).

Para além de alguns fragmentos de pregos foram recolhidos uma fíbula de tipo Sabroso, um alfinete de bronze, uma fíbula anular do tipo Fowler B1b e um anzol (Gomes 1996: 201).

As *villae* de Martim Vaz e Vila Mendo são o testemunho da presença romana na Póvoa de Varzim que a exploração dos recursos marinhos, preparados de peixe e sal justificavam (Gomes 1996: 210).

8. Vila Caiz (Amarante)

A *villa* de Vila Caiz situa-se no lugar de Vilarinho, entre o Tâmega e a linha férrea que liga Livração a Amarante. Os terrenos onde se implanta a *villa* são bem irrigados e de excelente potencial agrícola (Bailarim 2009: 219).

Nas proximidades deste local, aquando dos trabalhos de terraplanagem para a implantação da via-férrea foi detetada uma necrópole romana. Na estação da mesma linha férrea foi detetado restos de um edifício com degraus (Bailarim 2009: 219, 220).

Já em 1997 L. A. T. Dias afirmava que em Vilarinho existia uma exploração romana dotada de um *fundus* propício a atividade agrícola de onde eram visíveis restos de uma habitação de piso térreo e coberta por *tegulae* e imbrices. O espólio deste local incluía uma TSHT do século III - IV (Bailarim 2009: 220; Carvalho 2008a: 64).

Em 2004, na sequência da abertura das valas para o abastecimento de água das freguesias de Fregim, Louredo e Vila Caiz surgiram vestígios de colunelos em tijolo que assentavam sobre um pavimento em tijolos (Bailarim 2009: 220).

A área onde se localizavam os colunelos adossados ao pavimento era delimitada por estruturas em toda a volta. A norte parece haver indícios do arranque de um arco do *praefurnium*, o que confirmava estarmos na zona do hipocausto das termas de uma *villa* que seria do século II-III ou IV. A intervenção arqueológica não permitiu avaliar as reais dimensões do

edificado (Bailarim 2009: 220-223), nem estabelecer ligações com as construções referidas anteriormente.

9. Algumas considerações

A sistematização dos dados de Via Cova permitiu estabelecer paralelos e vincar diferenças com outras *villae* no Entre-Douro-e-Minho, e são essas diferenças e semelhanças que queremos aqui enumerar.

A realidade arqueológica presente em Via Cova permitiu verificar a existência de uma ala de um edifício romano que corresponderia à *pars rustica* de uma *villa*. A ocupação deste sítio estendeu-se ao longo de vários séculos, de finais do século I – início do século II até ao século V-VI pelo menos. Está também bem vincado no registo arqueológico que a grande remodelação do edificado ocorreu na primeira metade do século IV, sendo evidentes algumas remodelações / reparações normais para uma habitação que teve pelo menos mais dois séculos de vida.

A identificação de muros e elementos arquitectónicos, nomeadamente um capitel coríntio, numa parcela de terreno a cerca de 100 m para norte do sítio escavado reforça a ideia que estaremos perante uma típica *villa* romana com *pars rustica* e *pars urbana*.

Do primitivo edificado nada se sabe, restando apenas algumas estruturas que indiciam que terá sido provavelmente um edifício rectangular com um pátio central porticado. Pensamos que corresponderia a uma *villa* rustica que terá atingido o seu apogeu na 1ª metade do século IV, talvez fruto do enriquecimento do seu proprietário.

Estas cronologias não são assim tão desfasadas das realidades encontradas nas restantes *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho, apesar de possuímos alguns sítios onde a primeira ocupação poderá recuar até a transição da era. Com a excepção de Vila Cova (Barcelos) e Quinta do Paço Velho (Ponte de Lima) onde surgiram estruturas consentâneas com uma ocupação anterior da Idade do Ferro, as restantes (Caxinas e Vila Mendo) cingem-se ao aparecimento de espólio indígena.

Se nas primeiras duas *villae* é indesmentível a presença de estruturas da Idade do Ferro, nos outros dois casos não nos faz confusão a existência de materiais deste período. Pensamos

que a chegada dos romanos com novos materiais e novos hábitos de vida não teria apagado uma “cultura” que se tinha instalado nesta região ao longo de vários séculos. Pensamos que os indígenas que poderão ter trabalhado na construção ou na exploração agrícola das *villae* não se tivessem despojado de toda a sua cultura material, levando-a e utilizando-a até esta perder funcionalidade.

Apesar de não terem sido registados quaisquer indícios de materiais ou construções da Idade do Ferro em Sendim (Felgueiras) e em Via Cova (Póvoa de Lanhoso) a sua proximidade com povoados indígenas leva-nos a crer que terá sido criado um interface entre os dois modelos de ocupação. Enquanto a *villa* e as suas infra-estruturas foram sendo construídas o povoado terá funcionado como acampamento, no caso de a *villa* ser de propriedade de um romano, ou habitação para as populações que depois ocuparam o vale. O castro de Sendim (Felgueiras) possui uma ocupação até ao século I d.C., como já anteriormente foi referido. E o Castro de Lanhoso também apresenta os mesmos indícios de romanização até ao século I d.C.. Provavelmente é nesta altura que os estes povoados se esvaziam para se ocupar o vale, coincidindo com o início de ocupação destas duas *villae*.

Tendo em conta os materiais recolhidos nas *villae* intervencionadas nesta região também parece inquestionável que todas elas apresentam sinais de remodelação, sendo que em Sendim (Felgueiras), Via Cova (Póvoa de Lanhoso), Dume (Braga) e Vila Cova (Barcelos) são profundamente remodeladas em finais do século III – 1ª metade do século IV. A construção de umas termas em finais do século III e a pavimentação em mosaico de vários espaços de Sendim corresponde ao mesmo período de construção do complexo termal em Vila Cova (Barcelos), aos pavimentos em mosaico e remodelações de Dume (Braga) e a grande remodelação de Via Cova (Póvoa de Lanhoso). Parece ser em finais do século III – 1ª metade do século IV que se dá a monumentalização deste tipo de estabelecimentos que se conotam talvez com o seu apogeu máximo. Nas outras *villae* aqui referenciadas este momento não é assim tão vincado com a excepção da Quinta do Paço Velho onde esta fase de grande remodelação se terá dado já no século V, talvez constitua uma *villa* já da Alta Idade Média (Almeida 1996: 317).

Estamos inteiramente de acordo com Manuela Martins quando diz que “a *villa* não constitui um fenómeno inventado em determinado momento, mas algo que evolui gradual e regionalmente de acordo com a estrutura económica e social”, “muitas da *villae* luxuosas

constituem o fim de um longo processo evolutivo que se ultima nos séculos III-IV” (Martins 1995: 196).

O fim da ocupação também é de senso comum que terá ocorrido no século V-VI em Sendim (Felgueiras), Vila Mendo (Póvoa de Varzim) e Via Cova (Póvoa de Lanhoso) e no século IV em Caxinas (Vila do Conde) e Vila Caiz (Amarante); no caso do Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim) não há qualquer referência ao término da sua ocupação, mas ao que sabemos terá sido tardia.

Noutros casos houve uma continuidade de ocupação pelo menos até à Idade Média, como é o caso de Dume (Braga) com uma ocupação até ao século IX-X, a Quinta do Paço Velho (Ponte de Lima) até ao século XI e Vila Cova (Barcelos) com a presença de algumas construções medievais.

Marcelo Mendes Pinto refere que após o abandono de Sendim, a imponência das ruínas fez com que algumas dependências fossem ocupadas nos séculos seguintes. A asserção deste investigador baseia-se nas cerâmicas do século XIII e XVI assim como em moedas de D. Afonso V e D. Sebastião que terão sido recolhidas no local (Pinto 2008: 45).

Com base na toponímia, “Quinta do Paço Velho” e “Quinta do Paço”, C. A. B. de Almeida refere que estas duas propriedades são fruto da divisão de uma propriedade que teria decalcado o *fundus* da *villa* romana aí instalada. Esta propriedade romana teria dado origem a um *palatium* na alta Idade Média que teria sido dividido por volta do século XIV, originando a Quinta do Paço Velho e a Quinta do Paço (Almeida 1996: 317).

Esta continuidade na ocupação das *villae* até a Idade Média vem de encontro à tese defendida por Alberto Sampaio (1979) que defendia que as *villae* têm continuidade na matriz territorial no Entre-Douro-e-Minho (Carvalho 2008: 234).

Na nossa opinião esta continuidade será condicionada pelos factores sociais e económicos de cada região, essa continuidade de ocupação só fará sentido se o local tiver potencial económico e estratégico para a fixação de populações. Do mesmo modo que nem todos os edifícios alto imperiais terão evoluído para *villae*, nem todas as *villae* terão continuidade de ocupação na alta Idade Média.

A *villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) corresponde a um modelo largamente difundido no mundo romano, constituído por *pars urbana*, habitação do *dominus*, e *pars rustica*, dependências agrícolas de apoio a exploração económica do território, *fundus*. No contexto do Entre-Douro-e-Minho será a única *villa* cuja investigação incidiu sobre a *pars rustica*, todas as restantes indiciam ser partes integrantes da *pars urbana*. A exceção será o forno cerâmico escavado na Quinta do Paço da Facha que estará relacionado com as estruturas de apoio à área funcional, *pars fructuaria*, da *villa* do século V da Quinta do Paço Velho (Almeida 1996: 331).

A dimensão dos *fundi* terá de ser um tema de investigação futura. Os particularismos geomorfológicos desta região que variam de bacia para bacia, de vale para vale impede-nos de importar modelos de cálculo utilizados noutras zonas. Apesar de alguns autores avançarem com os limites da propriedade dos sítios que investigam, como em Sendim (Felgueiras), Vila Cova (Barcelos) e Quinta do Paço Velho (Ponte de Lima), não há nenhum elemento utilizado que seja credível para servir de base à construção de um modelo interpretativo.

Desde logo não nos é possível estabelecer os limites de uma propriedade sem sabermos quais eram as premissas que presidiram à divisão de propriedade em época romana; se acrescentarmos o facto de não se conhecer qualquer marco de divisão de propriedade, qualquer ensaio feito sobre os *fundi* das *villae* está votado ao insucesso e baseia-se em processos analíticos da orografia de um território.

Como anteriormente já foi referido, Marcelo Mendes Pinto coloca a possibilidade do *fundus* da *villa* de Sendim ser contínuo, ocupando um extenso vale encaixado, baseando-se na premissa de que em época romana os limites do território eram definidos pelos acidentes naturais.

A definição do *fundus* de determinada *villa*, pressupõe conhecermos quais os recursos que ela explorava em determinado território e que presidiam à sua atividade económica. Para este conhecimento necessitamos de reconhecer a *pars rustica* e *fructuaria* da mesma, analisando materiais, espaços e funcionalidades para determinarmos quais os recursos explorados. Só após esta etapa é que podemos fazer um ensaio sobre o território explorado da mesma. Partindo do pressuposto que a *villa* será uma exploração agrícola do tipo agro-silvo-pastoril será mais credível estimar os limites que essa propriedade teria com base da

inventariação e cartografia das terras férteis para a prática da agricultura, o território propício para a exploração florestal e os pastos essenciais para a criação de animais. Contudo, não nos podemos esquecer que apesar da atividade principal destes estabelecimentos poder ser a agricultura, esta poderia ser complementada por outras atividades que pudessem trazer mais prosperidade económica ao seu *dominus*.

Esta complementaridade traz-nos outro problema, serão os *fundi* das *villae* contínuos ou descontínuos?

Daremos o exemplo da Quinta do Paço Velho, que segundo C. A. F. de Almeida possuía um forno para produção de olaria no seu *fundus*. Contudo, não sabemos onde ficaria o barreiro para a extração da matéria-prima: ficará nos limites do *fundus*, nos territórios contíguos ou será adquirida a matéria-prima que sustente a produção oleira desta *villa*? Dependendo da resposta a esta questão poderemos, eventualmente, estabelecer hipóteses sobre a natureza do *fundus* desta *villa*.

Ainda sobre esta temática e tendo como hipótese as *villae* terem apenas vocação agro-silvo-pastoril, o que as impedia de explorar os territórios contíguos ao vale ou bacia que domina? Num território extremamente acidentado como é o Entre-Douro-e-Minho não nos parece descabido a exploração de mais territórios para além daquele que a *villa* ocupa, buscando mais recursos e melhores formas de exploração do território. Na nossa opinião os *fundi* desta região terão obrigatoriamente de ser descontínuos, tendo em conta a orografia do terreno pois não nos parece credível que os senhores das *villae* se confinassem apenas à exploração de determinada parcela de um território que tinha as mesmas características.

A implantação das *villae* aqui analisadas segue três localizações preferenciais: uma junto à orla marítima ocupando áreas entre o mar e os terrenos agrícolas, como será o caso de Vila Mendo (Póvoa de Varzim), Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim) e Caxinas (Vila do Conde). O outro situa-se em locais de meia encosta, entre a montanha e o vale, de vertente suaves voltados para vales bem irrigados e com bastante potencial agrícola. Apenas Dume constitui uma *villa* suburbana, instalada num vale fértil e bem irrigado junto à urbe de *Bracara Augusta*.

Não foi possível determinar as técnicas construtivas para todos os sítios aqui analisados. Esta foi determinada pela diferente natureza do registo arqueológico que nem sempre abordou estas características.

Na fase de preparação do terreno para a construção são assinaláveis, nas *villae* de Sendim (Felgueiras), Vila Cova (Barcelos) e Via Cova (Póvoa de Lanhoso), cortes e regularização do afloramento rochoso que serviram para ganhar terreno para a construção e solidez no terreno para a implantação do edificado.

Na *villa* de Sendim (Felgueiras) os cortes verticais efetuados na rocha serviram para definir a parede que definia os limites do espaço do quarto com mosaico sem recurso a construção de nenhum muro, sendo depois rebocado por um estuque como se pode verificar na planta e nos perfis publicados (Pinto 2008: 36-37, 40-41).

Para além de terem servido estes propósitos, esta regularização e corte do terreno também poderá ter servido para extracção de matérias-primas para a construção.

Este processo é perfeitamente visível na capital de *conventus*, *Bracara Augusta*, onde em diversos sítios escavados se verificou a aplicação desta técnica utilizada na fase de pré construção (Ribeiro 2010: 491-504).

Em cada uma das *villae*, para a construção dos muros foram utilizadas as matérias-primas locais como o granito, o xisto e o quartzito. Estes dois últimos materiais foram utilizados em Vila Mendo (Póvoa de Varzim) e muito provavelmente no Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim).

Os restantes materiais são transversais a todas as *villae*, como as telhas (imbrices e *tegulae*) e tijolos, dos quais desconhecemos dimensões.

Em Via Cova (Póvoa de Lanhoso) podemos dizer que a construção dos muros seguiu os métodos e técnicas utilizadas em *Bracara Augusta*. Os muros de alvenaria regular de especto mais cuidado corresponderão às estruturas mais antigas da *villa*, ao contrário dos muros de alvenaria irregular, de aspeto mais tosco, correspondentes a fases de remodelação e construção mais tardia. Estas construções não possuíam qualquer sapata, assentando sobre o afloramento regularizado, em valas de fundação escavadas na rocha ou sobre terra. As estruturas da

primeira fase assentam sobre o afloramento regularizado com recurso ou não a vala de fundação. Processo idêntico foi utilizado nas estruturas da fase IIa, mas com recurso a reaproveitamento de materiais de construções anteriores, contudo os muros consentâneos com a fase IIb assentam sobre terra.

Na *villa* de Vila Cova (Barcelos) são utilizadas as mesmas técnicas construtivas da fase I de Via Cova (Póvoa de Lanhoso); estes muros são consentâneos com a fase III da *villa* que constitui a primeira remodelação da edificação romana.

Em Dume (Braga) nas estruturas correspondentes à remodelação do século III – IV, as técnicas são similares às estruturas da fase IIa de Via Cova (Póvoa de Lanhoso), onde o reaproveitamento de materiais de construções anteriores é indiscutível e a forma e dimensão dos elementos pétreos irregulares dispostos em fiadas mais ou menos horizontais são visíveis. A utilização de materiais de construção cerâmicos para colmatar as juntas irregulares também é reconhecida em ambos os sítios.

Em Vila Cova (Barcelos) e Caxinas (Vila do Conde) registaram-se estruturas construídas sobre sapatas; se na primeira ainda foi possível estabelecer três fases distintas para a utilização desta técnica construtiva, na segunda a destruição dos muros, resume a estrutura ao nível de alicerces, permitindo estabelecer, apenas, que alguns destes alicerces assentavam sobre terra e outros assentavam na rocha regularizada com recurso a vala de fundação.

As estruturas em alvenaria irregular com sapata mais larga que a própria estrutura correspondem a primitiva construção romana de Vila Cova (Barcelos). Já a fase quatro deste sítio parece continuar com esta técnica construtiva apesar de possuir elementos pétreos de forma retangular. Na fase cinco da *villa* a técnica possui continuidade mas de aparência mais tosca e reaproveitando materiais de construções anteriores.

As termas marcam presença em quatro *villae*: Dume (Braga), Sendim (Felgueiras), Vila Cova (Barcelos) e Vila Caiz (Amarante), sendo que o complexo mais completo é o de Sendim. Infelizmente, não conseguimos obter a caracterização das termas de Dume (Braga), pelo que só apresentaremos a caracterização das restantes.

O complexo termal de Sendim (Felgueiras) situado na zona oeste do edifício é composto por *caldarium*, *tepidarium* e tanque de água fria que servirá de *frigidarium*. Segundo os cânones

estabelecidos por Vitrúvio, as termas deveriam estar orientadas a oeste para captarem a luz e o calor durante a manhã, já que estes espaços eram normalmente usados na parte da tarde (Fernández Vega 1999: 220 *apud* Magalhães 2010: 111).

Da análise que fizemos a planta e fotografia (Pinto 2008: 36-37, 51-54) percebemos que o hipocausto do *caldarium* e *tepidarium* é pavimentado a tijolos em fiadas alternadas de tijolos dispostos verticalmente e horizontalmente. Não possuímos as dimensões dos tijolos mas parecem ser de todos da mesma dimensão. O hipocausto do *caldarium* é o único que ainda possui esteios, estes são em granito de dimensões desiguais que se estendem ao longo de cinco fiadas perpendiculares as paredes do *praefurnium*. A cronologia proposta é de finais do século III – início do IV tendo em conta os numismas e o tijolo com o *chrismon* gravado recolhidos neste espaço.

Em Vila Cova (Barcelos) terá existido um espaço consagrado aos banhos num momento inicial do século IV que depois terá sido remodelado e dotado de um complexo termal na 2ª metade do século IV, do qual ainda são visíveis o *caldarium* e o *frigidarium*.

O *praefurnium* ainda conserva restos dos arcos em tijolo que assentavam diretamente sobre o saibro ou em tijolos ligeiramente mais largos. O pavimento era em saibro compactado.

Vila Caiz (Amarante) possui apenas parte do hipocausto onde se conservam os colunelos realizados com recurso a sobreposição de tijolos sobre um pavimento também ele de tijolos. Registam-se algumas estruturas que delimitariam o hipocausto do *caldarium* de um complexo termal do século II-III ou IV.

No caso de Sendim (Felgueiras) é notório o reaproveitamento de materiais de construções anteriores, indiciando mesmo que alguns dos esteios poderiam ser soleiras ou ombreiras de portas ou janelas reaproveitadas. A pavimentação em tijolo é comum a Vila Caiz mas não nos é possível aferir se a sua colocação seguiu o mesmo princípio.

Parece ser por volta de finais do século III – início do século IV que se dá a inclusão dos complexos termais no interior das *villae*. Estes equipamentos de luxo dão-nos uma ideia do nível social e poder económico dos proprietários destas *villae*.

No seu recente estudo, Fernanda Magalhães, refere que há um número elevado de termas construídas nas *domus* de Bracara Augusta a partir de finais do século III-inícios do século IV. Este facto parece demonstrar a presença de uma elite com bastantes posses na capital de *conventus* durante o século IV que estará relacionada com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da nova província da *Gallecia* por Diocleciano (Martins 2005: 84; Martins e Ribeiro, 2010: 28 apud Magalhães 2010: 112).

Gostaríamos de acrescentar que a presença de complexos termais nas *villae*, durante este mesmo período, poderá constituir a transposição do gosto e modo de vida da cidade para o campo.

A riqueza e ostentação de um nível social elevado também nos são transmitidas pelos pavimentos em mosaico destetados em Dume (Braga) e Sendim (Felgueiras), mais ou menos neste período, finais do século III – início do século IV.

A cultura material presente em cada uma das *villae* caracteriza-se pela diversidade.

Nas cerâmicas comuns de uso de mesa e na cozinha mantém-se a homogeneidade de formas, independentemente do local de produção.

Outras produções mais grosseiras, os *dolia*, as ânforas, bacias e talhas variam em quantidade e forma de sítio para sítio, o que não será de estranhar porque a presença destes materiais dependia do tipo de exploração que se fazia no território.

As louças de exceção, as TSHT e TSA, também marcam presença no registo arqueológico, em proporções desiguais é certo, mas também não conhecemos todo o acervo de cada sítio arqueológico.

Estas cerâmicas demonstram as rotas comerciais estabelecidas por cada sítio, com o *macellum* da capital do *conventus* ou com outros comerciantes do império. As diferenças patenteadas nas TSHT de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) e Sendim (Felgueiras), tendo a primeira um maior número de peças do centro de produção do Douro ao contrário da outra que apresenta mais peças do centro de produção do Ebro podem definir os mercados preferenciais de cada uma delas, para venda dos seus produtos excedentários e aquisição de outros. Claro que esta nossa asserção pode ser facilmente explicada pelo gosto do proprietário da *villa*.

No caso de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) a presença de duas formas de TSA que não surgem em contextos de *Bracara Augusta*, a forma Hayes 76 e a forma Salomonson A, poderão reforçar esta ideia que estes sítios poderiam ter circuitos comerciais bastante distintos que não passavam apenas pelo *macellum* da capital de *conventus*.

Por seu lado Sendim (Felgueiras) possui um exemplar de uma terra *sigillata* foceiana tardia, forma Hayes 3H, que está amplamente documentada em Braga, indiciando um circuito comercial com o *macellum* da cidade como seria de esperar.

Outras produções que indiciam a ligação com o *macellum* da cidade são as produções locais como as bracarenses, as CT e os EVNV – TSBT, sendo que estas últimas não estão referenciadas em todas as *villae*, apenas estão bem representadas em Via Cova (Póvoa de Lanhoso), embora esta constatação possa dever-se a lacunas na publicação dos dados da cultura material das várias escavações em causa.

As moedas também não são comuns a todas as *villae*; mas, também neste caso, não sabemos se é por estarem ausentes do registo arqueológico ou se pela falta de análise destes materiais e sua publicação.

Os numismas de Sendim (Felgueiras) e Via Cova (Póvoa de Lanhoso) demonstram alguma heterogeneidade.

Se em Sendim as moedas marcam uma presença bastante acentuada, com 96 moedas, em Via Cova a sua presença é bastante mais residual, com o achado de apenas 13 moedas. Estas moedas são provenientes de casa de moedas orientais e ocidentais e traduzem a circulação monetária durante o século III, século IV e V. Os numismas comuns às duas *villae* são os numismas de Constantino de 337-341 e os AE3 de Constâncio II de 355/357-358, que parecem traduzir a circulação monetária do século IV.

Considerações Finais

O estudo das *villae* constitui um excelente meio para compreender a romanização do mundo rural e a adaptação das populações pré-existentes a um novo modo de vida. Sem dúvida, as *villae* por si só não podem caracterizar os diversos graus de adaptação que as várias regiões conheceram com a chegada dos romanos. Será necessário alargar o estudo a outras formas de ocupação do espaço rural em época romana, não esquecendo os povoados da Idade do Ferro e o seu possível interface com estabelecimentos de tipologia romana numa perspectiva de continuidade de ocupação, não no mesmo local mas em determinada área mais ou menos próxima.

Os modelos de *villae* usados no Entre-Douro-e-Minho cumprem os cânones construtivos e estéticos adoptados de Roma e de outras zonas do império; contudo, possuem especificidades que resultaram da sua adaptação às condições geográficas e climatéricas da região, bem como ao modo de construir das populações que ocupavam esta região.

Ao longo deste trabalho tivemos oportunidade de conhecer melhor as *villae* no Entre-Douro-e-Minho, e o seu próprio processo de mudança sendo ela um organismo em constante evolução. Apesar de ainda ser um conhecimento muito parcelar e fragmentário, tendo em conta a natureza dos vestígios analisados, podemos evidenciar algumas características que nos permitam começar a compreender melhor este tipo de infra-estrutura de época romana.

A compreensão da *villa* enquanto um sistema orgânico em constante evolução não pode ser entendida como uma simples construção rural, mas sim um edifício que nos transmite um determinado estatuto social, económico e cultural.

Não podemos estudar as *villae* como um elemento isolado, temos de a considerar um sistema com vários outros subsistemas interligados para daí aferirmos a sua importância social, económica e social para a região.

Se alguns equipamentos, como as termas, rebocos, elementos arquitectónicos e mosaicos nos transmitem poder económico e estatuto social do seu *dominus*, não sabemos se estes cânones de ascensão social já estavam ao alcance do seu proprietário ou se os conseguiu atingir com a exploração da sua propriedade.

De facto, a percepção do mundo rural romano só será possível com a adopção de novas estratégias de investigação. As prospekções sistemáticas, apesar da sua extrema importância para o conhecimento do território, não podem constituir o único meio de investigação; tem de ser uma das estratégias de investigação complementada com outras áreas de investigação.

No Entre-Douro-e-Minho, é claro que a prospekção de superfície por si só, permitiu identificar inúmeros sítios com ocupação romana, dos quais nada ou pouco sabemos, mas não permite um conhecimento adequado às necessidades do conhecimento sobre o mundo rural. Pelas ilações que podemos tirar dos sítios já escavados, onde os vestígios muitas das vezes se encontram a uma profundidade considerável, sabemos que o território pode esconder muito mais informação do que aquilo que presumimos conhecer.

O conhecimento do mundo rural romano no Entre-Douro-e-Minho deverá compreender estratégias de investigação multidisciplinares e metodologias de investigação rigorosas que nos permitam avaliar todos os sítios da mesma forma, não valorizando apenas aquilo em que somos mais entendidos ou nos sentimos mais à vontade.

No decorrer deste trabalho reconhecemos que algumas áreas estão mais bem estudadas que outras o que, à partida, provoca diversas lacunas no conhecimento do território. Por essa razão deveriam ser implementados programas de prospekção sistemática de âmbito regional que encurtassem a diferença no conhecimento das diversas regiões. Claro que a prospekção por si só não seria suficiente; seria importante um programa de escavações e a

utilização de outros métodos para a deteção de estruturas e a compreensão mais aprofundada do território.

O estado inacabado do estudo da generalidade das *villae* escavadas no Entre-Douro-e-Minho também constitui uma lacuna na investigação. Estamos certos que nem todos os locais podem ter continuidade de estudo mas há sítios em que seria fundamental a sua conclusão para conhecermos melhor este modelo de ocupação romana: Neste caso, poderíamos sugerir a *villa* de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) e a *villa* Romana de Sendim (Felgueiras). A primeira por estar numa fase avançada de escavação e a sua conclusão poder resolver alguns problemas que ainda temos de resolver como o sistema de circulação, a definição do edificado mais antigo e afinamento das cronologias, sendo que tem a seu favor o facto de se tratar da única *pars rustica* que foi escavada. A segunda pela área de escavação ainda disponível, pelos equipamentos de luxo que ainda encerra e pelas potencialidades de investigação que ainda encerra, estudo do *fundus* e identificação das outras infraestruturas que a poderiam complementar (*pars rustica*, *pars fructuaria*, necrópole, vias de comunicação e *aedificia* dos trabalhadores que exploravam o território).

As nossas conclusões certamente que poderiam ser diferentes, mas tendo em conta os dados disponíveis pensamos ter contribuído para um melhor conhecimento das *villae* no Entre-Douro-e-Minho.

Bibliografia

- Alarcão, J., Étienne, R. Alarcão, A. e Ponte, S. (1979). Fouilles de Conimbriga - VII - Trouvailles diverses, conclusions générales. Paris, M.A.F.P. / M.M.C.
- Alarcão, J. (1988). Roman Portugal. vol. I: Introduction. Vol.II: Gazetteer, Aris & Phillips, Warmister.
- Alarcão, J. (coord.) (1990). Portugal das origens à romanização, Editorial Presença, Lisboa.
- Alarcão, J. (1998). Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal. *Conimbriga*, XXXVII, pp. 89-119.
- Almeida, C. A. B. (1990). Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima. Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais 7/8).
- Almeida, C. A. B. (1996). Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho. Dissertação de Doutoramento (Policopiado), vol. VII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Almeida, C. A. B. e Silva, M. J. C. S. (1997). Barcelos Património. Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos, 2 vols.
- Almeida, C. A. B. (2007). Ponte de Lima. Uma Vila Historica do Minho. Município de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- Almeida, C. A. F. (1972). Achados arqueológicos de Martim (Barcelos). *In* Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série História, 2, Porto, pp. 319-326.
- Almeida, C. A. F. (1973). A Necrópole Galaico-Romana de Vila do Conde. *In* Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série História, 4, Porto, pp. 210-221.
- Amaral, P. (1999). Ocupação e organização do território em torno de *Aquae Flaviae*. *In* Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica, Escola Profissional de Arqueologia / IPPAR, Porto, pp. 109-113.
- Arias Vilas, F. e Villa Valdés, A. (2005). El poblamiento romano en el territorio de los galaicos lucenses. *In* Fernández Ochoa, C. e García Díaz, P., (eds.), III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana, Gijón, pp. 297-308.

- Bailarim, S. (2009). Vilarinho: O chão que pisamos. *In* Actas Património Arte e Arqueologia, II Congresso de Historia de Amarante, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2 vols, pp. 19-24.
- Bernardes, J. (2007) A ocupação romana na região de Leiria. Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património, Universidade do Algarve, Faro.
- Bruun, P.M. (1987). The Roman Imperial Coinage: vol.7 - Constantin and Licinius, AD 313-337, reimp., Londres.
- Caamaño Gesto, J.M. (1995-96). El trazado de la via 18 del Itinerario de Antonino en Galicia. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12-13, pp. 45-87.
- Carvalho, H. P. (1991-92). Materiais inéditos das necrópoles romanas de Garfe e Brunhais, Póvoa de Lanhoso. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga.
- (2000). Parcelamento Rural de Bracara Augusta: Questões Metodológicas, *In* Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular, Vila Real, vol. VI, pp. 143-146.
- (2008). O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus *Bracarensis*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, vol I.
- (2008a). O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus *Bracarensis* – Catálogo. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, vol.II.
- (2010). A construção do espaço ibérico em época romana. Conceitos, escalas e modelos de desenvolvimento, *In* Revista de História das Ideias, 31, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.
- (2012). Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo de *Bracara Augusta* (Hispania Citerior Tarraconensis), *Archivo Español de Arqueología*, 85, pp. 129-146.
- (2016a). Bracara Augusta y los cambios de su territorio», *in* Clausus est lanus: Augusto y la transformación del Noroeste Hispano, ed. M. D. Dopico Cainzos, M.

Villanueva Acuña. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 285-305 (Philtáte 1. Studia et acta antiquae Callaecia)

(2016b). The Roman Settlement Patterns in the Western Façade of the Conventus Bracarensis, «bar International Series», 2789, Oxford.

(2017). Centurição e reciclagem das formas cadastrais na periferia de Bracara Augusta». Em Roma nata, per italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no Noroeste: novas perspectivas. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, (Philtáte 2. Studia et acta antiquae Callaecia).

Carvalho, H. P e Mendes F. A. (2010). Centuriazione e evoluzione degli assetti agrari intorno alla città di Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis), «ACe», 7, pp. 155-166.

Delgado, M. e Morais, R. M. L. (2009). Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta. Braga.

Dias, L. A. T. (1997). Tongobriga, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

Dinis, A. P. (1993). Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a. C., Dissertação de Mestrado (policopiado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Fernández Ochoa, C. e Gil Sendino F. (2004). La villa romana de Veranes. El complejo rural Tardorromano y propuesta de estudio del territorio. Archivo Español de Arqueología, 77, pp. 197-219.

Fernández Fernández, A. e Morais, R. M. L. (2012). Terra *Sigillata* Bracarense Tardía (TSBT). O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (Delgado 1993-94). O Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). /n Cerâmicas hispanorromanas II - Producciones regionales, Universidad de Cádiz, Cádiz, p.p. 131-175.

(2013). Difusión y comercio - Nuevos yacimientos, estructura comercial y evolución de la misma, expansión y contracción de mercados. /n EX OFFICINA HISPANA, Cuadernos de la SECAH 1, Mesa redonda: La terra *sigillata* hispánica tardía y sus contextos Estado de la cuestión. Homenaje a Manuela Delgado

Fontes, L. F. O. (1983) Vila do Conde Caxinas, Relatório escavações (policopiado), Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

(1987). Salvamento Arqueológico de Dume: 1987 - Primeiros Resultados. Cadernos de Arqueologia, 2ª Série, 4, Braga, pp. 111-148.

(1991-92). Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92. Cadernos de Arqueologia, Série II, 8-9, pp. 199-230.

(2011). Salvamento Arqueológico de Dume, Campanha de 2003 (SMD 2003). Relatório Final, Trabalhos Arqueológicos da UAUM / Memórias, nº 13, Braga.

(2011a). Arqueologia, Povoamento e construção de paisagens serranas. O termo de Lindoso, na Serra Amarela. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Braga, 2 vols.

Fontes, L. O. F., Martins, M., Ribeiro M. C. e Carvalho H. P. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII, *in* Espacios urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. v-viii), Toledo, pp. 255-262.

Fontes, L. F. O. e Carneiro, M. (2011). Salvamento Arqueológico de Dume, Campanha de 2004 (SMD 2004). Relatório Final, Trabalhos Arqueológicos da UAUM / Memórias, nº 14, Braga.

Fontes, L. F. O., Braga, J. e Osório, B. (2011). Salvamento Arqueológico de Dume, Campanha de 2010 (SMD 2010). Relatório Final, Trabalhos Arqueológicos da UAUM / Memórias, nº 18, Braga.

García Entero, V. (2001). Los Balnea de las *Villae* Hispanorromanas. Provincia Tarraconense, (Monografías de Arquitectura Romana, 5, Série Termas I), Madrid.

Gomes, J. M. F. (1996). Cividade de Terroso e Vila Mendo. Aspectos da Proto-História e Romanização do Litoral Minhoto, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Harris, Edward (1991). Princípios de estratigrafia arqueológica. Barcelona, Editorial Crítica.

-
- Hill, P., Carson, R. e Kent, J. (1989). Late Roman Bronze Coinage A. D. 324-498. Londres 1960, (reed) Nova York.
- Kent, J. P.C. (1994). The Roman Imperial Coinage. Vol.8 – The Family of Constantine I AD 337-264, reimp, Londres.
- Le Roux, P. (1994). *Bracara Augusta*, ville latine. In Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 34 (1-2), Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, SPAE, Porto, pp. 229-241.
- Le Roux, P. e Tranoy, A. (1982). Nouvelles inscriptions du Nord du Portugal. Minia, 6, pp. 31-37.
- Lemos, F. S. (1993). Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Universidade do Minho, Braga.
- (2005). O mundo romano. Romanização do norte de Portugal. /n Hidalgo Cuñarro, J. M. (dir. e coord.), Arte e cultura da Galiza e norte de Portugal. Arqueologia, Marina Editores, Setúbal, vol. 1, pp. 148-207.
- (2000). A via romana entre Bracara Augusta e Asturica Augusta, por Aquae Flaviae (Contributo para o seu estudo). Revista de Guimarães, 110, pp. 15-52.
- (2002). *Bracara Augusta* – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular. Fórum, 31, pp. 95-127.
- Magalhães, F. (2010). Arquitetura doméstica em Bracara Augusta, Tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga.
- (2013). Arquitetura doméstica em Bracara Augusta, Interconexões, Braga, pp. 13-28.
- (2016). Os espaços e as construções em Bracara Augusta. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular, Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra, Vol. 24, pp.121-135. DOI: 10.15581/012.24.0010
- Maciel, T. (1997). Padrões de povoamento proto-histórico no vale do Neiva, Dissertação de Mestrado (Policopiado), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Mantas, V.G. (1987). As primitivas formas de povoamento em Portugal. Povos e Culturas, 2, pp. 13-55.

Martins, M. (1990). O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado. Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga.

(1990a). A villa de Via Cova (Póvoa de Lanhoso), Relatório de escavações (policopiado). Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

(1992). As vilas do norte de Portugal, Revista de Guimarães, vol. 102, pp. 387-410.

(1995). A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação. In *Actas* do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio, Guimarães, pp. 73-114.

(1996). Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C.. In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 118-133.

(1997-98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, Cadernos de Arqueologia, Monografias, Braga 14-15, pp. 23-46.

(2005). As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 1, Braga.

(2009). Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in Dopico Caínzos, M., Villanueva Acuña, M., Rodríguez Alvarez, M. (eds.), *Do Castro à Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, pp. 181-211.

(2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana, In *Ciências e Técnicas do Património*, XIII, pp. 159-169.

(2015). Entre o ócio e a sociabilidade: o papel das termas públicas na vida social de Bracara Augusta, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, Vitória, GM Editora, pp. 67-81.

- Martins, M. e Carvalho, H. P. (2010a). Vestígios Romanos no concelho da Póvoa de Lanhoso. 1º encontro – Itinerários do património, 6, 7 e 8, Póvoa do Lanhoso (no prelo).
- (2010b): Bracara Augusta and the changing of rural landscape, C. Corsi e F. Vermeulen (eds.), Changing landscapes. The impact of Roman Towns in the Western Mediterranean. Proceedings of the International Colloquium, Bologna, pp. 281-298.
- (2016). As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro, */n Revista de Historiografia*, 25, pp. 219-243.
- (2017). A fundação de Bracara Augusta no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural. *Gerion. Revista de Historia Antigua*, Madrid, 35, pp. 723-743.
- Martins, M. e Delgado, M. (1989-90). As necrópoles de Bracara Augusta: A – os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, Série 2, 6-7, pp. 41-186.
- Martins, M., Fontes, L. O. F., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F. e Sendas, J. (2010). Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos ctt - Avenida da Liberdade (bra 08-09 ctt). Relatório Final, Braga, <http://hdl.handle.net/1822/11488>.
- Martins, M., Lemos, F. S. e Pérez Losada, F. (2005). O povoamento romano no território dos galaicos bracarense. In Fernández Ochoa, C. e García Díaz, P. (eds.), *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana*, Gijón, pp. 279-296.
- Martins, M., Magalhães, F., Martínéz Peñín, R., Ribeiro, J. (2016). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueologia Medieval*, VIII, Lérida, pp. 35-52.
- Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J. e Magalhães F. (2013) A construção do teatro romano de Bracara Augusta, */n História da construção. Arquiteturas e técnicas construtivas*, Braga, pp. 41-76.

- Martins M., Mar R., Ribeiro J., Magalhães F. e Martínéz Peñin, R. (2015). O teatro romano de Bracara Augusta e o processo de urbanização do NO peninsular, in Atas do Congresso Internacional de Arqueoloxía de Villalba, Villalba, pp. 321-330.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer, *In* Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade, Braga, pp. 29-68.
- Martins M., Ribeiro J., Magalhães F. e Martínéz Peñin, R. (2015). Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater, in Martínéz Peñin, R (org.) Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries, *Espai/temps*, 67, Lleida/Braga, pp. 11-28.
- Martins, M. e Silva, J. (2015). Evolução e análise funcional de uma domus romana. A unidade habitacional da zona arqueológica das “antigas Cavalariças” de Braga, in Martínez Peñin, R. e Caveró Domínguez, G (coords.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Atas de congreso, pp. 425-442.
- Matias, I. M., Pereira, P. e Ferreira, H. (2008). Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório de Factores Críticos para a Decisão. Proposta de Revisão do PDM da Póvoa de Lanhoso, Vastus, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, (policopiado).
- Morais, R. M. L. (2012). Las lucernas de producción regional de *Bracara Augusta*. *In* Cerámicas hispanorromanas II - Producciones regionales, Universidad de Cádiz, Cádiz, p.p. 369-393.
- (2005). Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-imperial: contribuição para o estudo económico da cidade, (Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas 2), UAUM/NARQ, Braga, 2 vols.
- (2010). Estudio preliminar de la terra sigillata hispánica tardía de *Bracara Augusta*. *In* RCRF Acta 41, pp. 437-461.
- Moreira, A. B. (2009). *Castellum Madiae*, Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave. Faculdade de Xeografia e Historia, Departamento de Historia I, Universidade de

-
- Santiago de Compostela, Dissertação de Doutoramento (policopiado) Santiago de Compostela, 2 vols.
- Pearce, J. W. E. (1997). The Roman Imperial Coinage. Vol.9 – Valentinian I to Theodosius I, reimp., Londres, 1997.
- Pérez Losada, F. (1987). Sobre el concepto de “*villa*” no mundo romano. Cadernos de Arqueologia, 4, pp. 79-110.
- (1995). Arqueoloxía e arte no mundo rural : Habitat e arquitectura das *villae* galaicorromanas. Monografías del Museo Arqueolóxico e Histórico de A Coruña, 7, pp. 165-188.
- (2000). Sistema viário e núcleos agrupados romanos no sector oriental galego do convento bracarense. Revista de Guimarães, 110, pp. 119-161.
- (2002). Entre a cidade e a aldea. Estudio arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia, (supl. Brigantium, vol. 13), A Coruña.
- Pinto, J. M. M. (2008). *Villa Romana de Sendim – Roteiro e exposição permanente*”, Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras.
- Ribeiro, J. M. P. (2010). Arquitectura romana em *Bracara Augusta*. Uma análise das técnicas edilícias. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Dissertação de Doutoramento (policopiado) Braga, 2 vols.
- (2015). Cerâmica e mudança social em Bracara Augusta: uma análise da evolução das produções e dos produtos desde a fundação da cidade à antiguidade tardia, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano. Vitória, GM Editora, pp. 67-81.
- Ribeiro, J. M. P. e Martins, M. (2015). A construção em Bracara Augusta. O processo construtivo no quotidiano de uma cidade: os agentes e os artesãos. *In* Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 6, pp. 73-87.

- Ribeiro, J., Magalhães, F. e Martins, M. (2015). Meios, técnicas e custos de construção em Bracara Augusta no século II. O balneário das Carvalheiras, Férvedes, nº 8, Vilalba, pp. 331-339.
- Reis, M. C. B. (2005). Caracterização de Sectores Potenciais para Exploração de Produtos Pétreos Graníticos do Concelho de Póvoa de Lanhoso, Departamento de Ciências da Terra, Curso de Geologia – Ramo Recursos e Planeamento, Universidade do Minho (relatório policopiado), Braga.
- Silva, M. F. M. (1994). O povoamento proto-histórica e a romanização da bacia superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação. Cadernos de Arqueologia, Monografias 2, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.
- Silva, A. C. F., Dinis, A.P., Oliveira, F., Queiroga, F. (2005). Vila Nova de Famalicão-Do Neolítico à Romanização. História de Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições.
- Soeiro, T. (1984). Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, Penafiel.
- Teixeira, R. (1996). De *Aquae Flaviae* a Chaves: povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média, Faculdade de Letras Porto Dissertação de Mestrado (policopiado), Porto.
- Tranoy, Alain (1977). À propos des “Gallaeci” de Pline. Epigraphis et peuplement. /n Bracara Augusta, 31, pp. 225-233.
- Tranoy, Alain (1980). Religion e société à Bracara Augusta (Braga), au Haut Empire romain. /n Revista de Guimarães, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Península, vol. III, pp. 67-83.
- Tranoy, Alain (1981). La Galice romaine: Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité, Diffusion du Bocard, Paris.

Lista de sites consultados:

http://dailymedieval.blogspot.pt/2012_08_01_archive.html

